UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Janaina Betto

CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES "JOVENS CAMPONESAS"

Santa Maria – RS
2016

Janaina Betto

CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES "JOVENS CAMPONESAS"

Santa Maria – RS
2016

Janaina Betto

CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES "JOVENS CAMPONESAS"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra Em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Botton Piccin

Santa Maria – RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Betto, Janaina
CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES \"JOVENS CAMPONESAS\" / Janaina Betto.- 2016.
156 p.; 30 cm

Orientador: Marcos Botton Piccin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. movimento de mulheres 2. juventude 3. trajetória 4. gênero 5. participação política I. Botton Piccin, Marcos II. Título.

Janaina Betto

CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES "JOVENS CAMPONESAS"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Extensão Rural.**

Aprovado em 26 de agosto de 2016:

Marcos Botton Piccin
(Presidente/Orientador)

Everton Lazzaretti Picolotto (UFSM)

Elisa Guaraná de Castro (CPDA/UFRRJ)

Santa Maria – RS
2016

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres e jovens camponesas do Brasil que resistem e constroem, através da luta cotidiana ou na luta organizada, um mundo melhor para todas e todos! Em especial a minha madrinha que, para mim, representa a força das mulheres do campo.

AGRADECIMENTOS

Não consigo descrever o meu sentimento em pensar que o ciclo do mestrado está encerrado. A dissertação está pronta! E soa quase como um desabafo, afinal foram bem mais que dois anos de "só estudar". Foram dois anos (e meio!) de novos aprendizados, reflexões, mudanças, permissões, construções, sorrisos e também algumas lágrimas, afinal, em meio a um sistema educacional voltado à (re)produção, assumir a autonomia exigida no processo de escrita da dissertação pode ser, em partes, doloroso.

No entanto, o maior sentimento é o de gratidão pela oportunidade de vivenciar essa rica experiência e de reafirmar que a vida deve ser um constante aprendizado e que conhecimento e humildade são palavras que andam juntas.

Rememorando os sinuosos caminhos trilhados, percebo que só foi possível caminhar devido aos inúmeros incentivos recebidos, motivo pelo qual meus agradecimentos serão direcionados a esses incentivadores.

Meu primeiro agradecimento se direciona a todo o povo brasileiro, verdadeiro mantenedor da universidade pública, na qual construí minha trajetória acadêmica até então.

Agradeço aos meus pais, Ione e Celso, pelo apoio, por sempre acreditarem em mim e por compreenderem as ausências. Além disso, não poderia deixar de agradecer as influências ao longo de minha trajetória que, direta ou indiretamente, entusiasmaram minhas escolhas de pesquisa.

Considerando que os dois anos (e meio!) de mestrado também foram dois anos e meio de vida em Santa Maria-RS, preciso estender os agradecimentos às pessoas com as quais vivi momentos que marcaram a história da minha vida.

Agradeço às queridas Franciele Coghetto e Iolanda Araujo, amigas que estiveram ao meu lado nesse período dividindo TODOS os momentos vividos e discutindo pós-graduação, política e a vida, por vezes enquanto bebíamos "aquela cervejinha" na locadora. Ao Vinicius Barth, que na reta final foi muito prestativo.

Aos colegas de mestrado, em especial ao Marcelo Rauber e Rodrigo Faccin pela nossa união no período de escrita e aos colegas Carima Atiyel, Lauro Bernardi e Diego Pitirini pelas ricas pessoas que são e com as quais tive a oportunidade conviver e ter aprendizados "para a vida".

Aos demais colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEXR, principalmente o Camelo, a Maura e a Andreia (oxi)!

Aos colegas da APG-UFSM (gestão Viração - 2014/2015). Essa experiência me levou ao entendimento que não basta "só" ser pós-graduando, é preciso lutar por condições mais dignas para o processo de se tornar pesquisador e para a construção do conhecimento no Brasil. O caminho se tornou mais árduo, mas sem esse envolvimento não teria tido o mesmo sabor e nem teria ocorrido o encontro entre "minha fala" e "minha prática". Assim, também estendo

os agradecimentos a todos os companheiros que acreditam que outro mundo é possível, pois a convivência com cada um de vocês é essencial para seguir firme, em frente e que **temer jamais**!

Aos estudantes que constroem a ABEEF, entidade em que me formei Engenheira Florestal para além da técnica!

Ao meu companheiro, Gian, pela pessoa maravilhosa que é e por estar ao meu lado nesse processo de escrita, compreendendo minhas ausências (e tudo mais!), me ensinando a olhar sempre de forma positiva e tornando o caminho mais leve e colorido.

Ao meu orientador, Professor Marcos Botton Piccin, que acreditou veemente em minha capacidade, do início ao fim, inclusive nos momentos que "vacilei". Além disso, agradeço pela sua contribuição no processo de construção da dissertação, pois sem dúvida a experiência vivida no processo de escrita e através da orientação é o maior aprendizado do mestrado (e também o maior produto final).

À professora Elisa Guaraná de Castro e ao professor Everton Lazzaretti Picolotto, por se mostrarem disponíveis como banca examinadora e pelas contribuições e exemplo de pessoas e pesquisadores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEXR da Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade e aprendizados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de estudos concedida, sem a qual teria sido impossível realizar o mestrado.

À presidenta Dilma por, em meio ao processo de pesquisa, demonstrar a força e resistência da mulher frente a um golpe político, jurídico, midiático e machista!

Não poderia deixar de agradecer também às jovens camponesas entrevistadas: pela forma como me senti acolhida em suas presenças, pela disponibilidade em contribuir com esse estudo e pela coragem, força e convicção na construção de um mundo melhor para as mulheres, pelas suas próprias mãos.

"Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa para nós, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente [...] No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente. Somente eles terão o poder de selecionar, entre os muitos significados oferecidos pelo nosso conturbado presente, e transmutar alguma parte de nosso processo em seu progresso."

A Miséria da Teoria - **Edward Palmer Thompson**

RESUMO

CHEGA DE FICAR DE FORA JÁ CHEGOU A HORA DE PARTICIPAR: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MMC/SC E O ENGAJAMENTO MILITANTE DAS DIRIGENTES "JOVENS CAMPONESAS"

AUTORA: Janaína Betto
ORIENTADOR: Marcos Botton Piccin

A presente dissertação tem por objeto de estudo o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, fundado em 1983 na região do Oeste Catarinense e inicialmente denominado Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Buscou-se compreender a trajetória política do MMC/SC a partir de suas experiências organizativas e o processo de engajamento militante das jovens dirigentes, considerando as experiências vividas em período anterior e posterior à militância no MMC/SC. A perspectiva de análise de trajetória é baseada nas contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu sobre tal processo. Nesse sentido, incorpora-se essa noção para evitar uma análise que siga a lógica de histórias enquanto sucessão de acontecimentos históricos, entendendo "trajetória" enquanto uma construção realizada a partir da consideração da série de posições que os sujeitos ocupam ao longo de suas vidas. Foram realizadas análises de documentos do movimento, análise de jornais e revistas disponíveis online na Hemeroteca "Luta pela Terra", acompanhamento de um encontro do MMC e entrevistas abertas com dirigentes. A partir do material gerado construiu-se a base de dados primários para as análises da dissertação. Na década de 1980 as mulheres do campo se organizam em Santa Catarina motivadas por questões de classe e de gênero, mas pautando principalmente o reconhecimento da identidade profissional de "trabalhadoras rurais" e a conquista de direitos sociais de cidadania. Diante disso, organizam seu próprio movimento específico de mulheres como forma de aproximação com a política e entre o final da década de 1980 e início de 1990, as militantes do MMA passam a questionar a autonomia do movimento em relação a instituições como a Igreja e sindicatos. Já na década de 1990 foi possível evidenciar elementos que revelam os caminhos para a transição de MMA/SC para MMC/SC, sobretudo a partir as experiências organizativas do movimento, os espaços de socialização das militantes e a aproximação com o conjunto de movimentos sociais que compõe a Via Campesina e com influência das significativas transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil na década de 1990. A partir da consolidação do MMC do Brasil e entrada na VC, o movimento passou por diversas transformações, sendo uma delas a centralidade em debates relacionados a modelos de agricultura, o que culminou na construção de um modelo de agricultura camponesa que considera o espaço rural enquanto um espaço de vida e de diversidade, para além das questões produtivas. É nesse período que ocorre o reconhecimento da juventude enquanto ator político e o engajamento militante das jovens camponesas. As experiências das jovens são marcadas pela socialização em um rural de incertezas e de relações familiares hierarquizadas, no entanto, com a particularidade de comporem famílias com trajetórias ascendentes e envolvimento político, o que favoreceu a aproximação das jovens com o movimento. A partir do envolvimento com uma série de responsabilidades e com as práticas políticas do movimento, as jovens incorporam a identidade coletiva de *camponesas*, mas com base na perspectiva de um rural transformado. O movimento específico de mulheres é considerado por suas militantes enquanto um local legítimo e ideal para a militância, sobretudo pela sua leitura de indissociabilidade entre questões de classe e de gênero.

Palavras-chave: trajetória; movimento de mulheres; juventude; gênero; participação política, Santa Catarina.

RESUME

« CA SUFFIT DE HORS D'ICI. IL EST ARRIVE DEJA LE MOMENT DE PARTICIPER »: LA TRAJECTOIRE POLITIQUE DU MMC/SC ET L'ENGAGEMENT MILITANT DES DIRIGEANTES « LES JEUNES FEMMES PAYSANNES »

AUTEUR: Janaína Betto
CONSEILLER: Marcos Botton Piccin

Ce travail a pour but d'étudier le Mouvement des Femmes Paysannes de Santa Catarina, fondée en 1983 à Santa Catarina et initialement appelé Mouvement des Femmes Rurales (MMA). Il a cherché à comprendre la trajectoire politique de MMC/SC de leurs expériences d'organisation et le processus d'engagement militant des jeunes dirigeantes, en considérant les expérience dans la période avant et après le militantisme dans le MMC / SC. Le point de vue de l'analyse de la trajectoire est basée sur les contributions théoriques et méthodologiques de Pierre Bourdieu sur ce processus. De cette façon, il faut incorporer dans cette notion afin d'éviter une analyse qui suivi la logique des histoires comme la succession d'événements historiques avec la compréhension de la «trajectoire» comme une construction faite à partir de la considération du nombre de positions que les sujets prennent sur leur vies. Les analyses de documents de mouvement ont effectué, d'analyse des journaux et des magazines disponibles dans le site *Hemeroteca*: "lutte pour la terre", sur une réunion de MMC et des entretiens ouverts avec les dirigeants. A partir du matériel généré a constitué la base de données primaires pour les analyses de cette travail. Dans la décennie des années 1980, les femmes de la campagne sont organisées en Santa Catarina motivée par les questions de classe et de genre, mais en basant principalement la reconnaissance de l'identité professionnelle des « femmes travailleuses ruraux» et la conquête des droits sociaux de la citoyenneté. Devant cette situation, elles ont organisé leurs propres le mouvement spécifiques de femmes comme un moyen d'approche de la politique et entre la fin des années 1980 et au début des années 1990, les militantes de MMA commencent à questionner l'autonomie du mouvement contre à des institutions comme l'Église et les syndicats. Dans les années 1990, il a été possible marqué les elements qui révèlent les chemins à la transition de MMA / SC MMC / SC, à partir des expériences d'organisation du mouvement, les espaces de socialisation des militantes et l'approche de l'ensemble des mouvements sociaux qui composent la Via Campesina et l'influence des changements politiques et économiques importants survenus au Brésil dans les années 1990. À partir de la consolidation de la MMC du Brésil et l'entrée dans la VC, le mouvement a passé par plusieurs transformations, comme les débats centraux connexes modèles agricoles, qui il a causé à la construction d'un modèle d'agriculture paysanne qui considère la campagne comme un espace de vie et de la diversité au-delà des questions produtivas. Dans cette période qui est la reconnaissance de la jeunesse comme un acteur politique et l'engagement militant des jeunes paysannes. C'est quand il y a la reconnaissance de la jeunesse comme un acteur politique et l'engagement militant de la jeunesse rurale. Les expériences des jeunes sont marqués par la socialisation dans une incertitude rurales et les relations familiales hiérarchiques, cependant, avec la différence qui composent les familles à la hausse des trajectoires et de la participation politique, qui a favorisé l'approche des jeunes avec le mouvement. À partir de l'engagement avec un certain nombre de responsabilités et avec des pratiques politiques du mouvement les jeunes incarnent l'identité collective des *paysannes*, mais du point de vue d'un rural transformé. Le mouvement des femmes spécifiques est considéré par ses militants comme un site légitime et idéal pour le militantisme, en particulier par la lecture de l'inséparabilité entre les questions de classe et de genre.

MOTS-CLEFS: mouvement des femmes; jeunesse; genre; participation politique ; Santa Catarina.

LISTA DE SIGLAS

AIMTR-SUL – Articulação Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul
ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única de Trabalhadores
DF – Distrito Federal
ELAA – Escola Latinoamericana de Agroecologia
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IALA – Instituto Agroecológico Latinoamericano Paulo Freire
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMC/SC – Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina
MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
VC – Via Campesina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL 15

CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA 26

1.1 A MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES NO OESTE CATARINENSE, A INSERÇÃO DAS MULHERES E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS 26

1.2 A CONSTITUIÇÃO DO MMA, O RECONHECIMENTO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA POLÍTICA 31

1.3 EXPANSÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS, MUDANÇAS NO INTERIOR DO MMA E A INFLUÊNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1990 40

1.4 OS ESFORÇOS PARA A TRANSIÇÃO DE MMA/SC PARA MMC/SC: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO ALTERNATIVO DE AGRICULTURA E DA IDENTIDADE CAMPONESA E A CONSOLIDAÇÃO DO MMC/BRASIL 49

1.5 SER CAMPONESA MILITANTE DO MMC/SC: NA LUTA CONJUNTA ONDE FICA A ESPECIFICIDADE? 60

CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DAS DIRIGENTES *JOVENS CAMPONESAS*: ASPECTOS SOCIAIS RELACIONADOS AO PERÍODO ANTERIOR À MILITÂNCIA 70

2.1 APRESENTAÇÃO: QUEM SÃO E O QUE FAZEM AS DIRIGENTES *JOVENS CAMPONESAS* DO MMC/SC? 73

2.1.1 Posição social: De "onde vem" as jovens dirigentes do MMC/SC? 75

2.1.2 No horizonte da geração das jovens: as perspectivas diante de aspectos de um rural vivido 81

2.1.3 Observações emergentes: demais aspectos ligados às experiências de vida das dirigentes 87

2.2 EXPERIÊNCIAS DE VIDA DAS JOVENS CAMPONESAS: ENTRE MUDANÇAS GERACIONAIS E TRAJETÓRIAS ASCENDENTES 95

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE TORNAR-SE UMA DIRIGENTE *JOVEM CAMPONESA* NO MMC/SC: UMA APROXIMAÇÃO COM O ENGAJAMENTO MILITANTE 100

3.1 PARA ENTENDER MELHOR: COMO SE ORGANIZA A ORGANIZAÇÃO? 102

3.2 O PROCESSO DE ENGAJAMENTO MILITANTE 105

3.2.1 O contato inicial das jovens dirigentes com o *universo da militância* 105

3.2.2 Experiências relacionadas à mudança nas posições ocupadas: de jovens socializadas com o MMC/SC a jovens dirigentes 109

3.2.3 PARTICIPANDO E FAZENDO PARTE DO MMC/SC 114

3.2.3.1 Práticas políticas do MMC/SC no processo de socialização das jovens: mobilizações públicas, cursos de dirigentes e os momentos da "mística" 114

3.2.3.2 Práticas políticas recentes do MMC/SC no processo de socialização das jovens: os encontros específicos de jovens e o acesso à educação formal 119

3.3 ENCAMINHANDO A DISCUSSÃO: O PROCESSO DE ENGAJAMENTO MILITANTE E A IDENTIDADE COLETIVA DAS CAMPONESAS MILITANTES DO MMC/SC 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS 138

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 142

APÊNDICE A – TABELA DE ENTREVISTADAS REALIZADAS 148

APÊNCICE B - TABELA DE ASSEMBLEIAS ESTADUAIS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS 149

APÊNDICE C – TABELA DE EVENTOS DE JUVENTUDE EM SANTA CATARINA 150

APÊNDICE D – FOTOS DE CARTILHAS UTILIZADAS COMO FONTE DE DADOS PRIMÁRIOS 151

APÊNDICE E – FOTOS DO ENCONTRO ACOMPANHADO NO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MMC/SC "MARIA ROSA" EM AGOSTO DE 2015 EM CHAPECÓ-SC E DA VISITA REALIZADA EM ABRIL DE 2016 152

APÊNDICE F – MÚSICA QUE COMPÕE O TÍTULO DA DISSERTAÇÃO 153

ANEXO A – DOCUMENTOS ACESSADOS/UTILIZADOS COMO DADOS PRIMÁRIOS 154

INTRODUÇÃO GERAL

O reconhecimento das mulheres enquanto personagens políticos na história do campesinato é bastante recente em nosso país e, de forma similar, a percepção de que a juventude do campo também tem sua importância e lugar nesse processo é ainda mais recente. Mesmo assim, a trajetória política dos movimentos de mulheres no Brasil é significativa e permeada por transformações que acompanham as mudanças no cenário político de nosso país. Um dos principais movimentos de mulheres que se destaca em nível nacional é o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, no interior do qual a partir da década de 2000 a juventude passa a ganhar maior visibilidade enquanto ator político. Frente a isso, a presente dissertação tem por objeto de estudo a análise da trajetória política do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e do engajamento militante das dirigentes *jovens camponesas*.

O Movimento de Mulheres Camponesas no estado de Santa Catarina (MMC/SC), inicialmente denominado Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), foi fundado oficialmente no ano de 1983, no distrito de Itaberaba pertencente ao município de Chapecó-SC, na região denominada de Oeste Catarinense. Três anos após sua fundação, uma das suas lideranças, Luci Choinacki, foi eleita deputada estadual. Nesse período, as agricultoras organizavam caravanas a Brasília buscando o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais e a conquista de direitos sociais que até então lhes eram negados. Atualmente, o movimento faz parte do MMC/Brasil, fundado em 2004, e alia sua luta em defesa das mulheres com lutas pelo fim do sistema capitalista e pelo fim do modelo de produção do agronegócio.

Iniciar o mestrado pode parecer uma tarefa mais “simples” para quem chega com a bagagem cheia de experiências profissionais e/ou com a certeza da problemática sobre a qual se quer investigar. Particularmente, acabando de sair da graduação, ao ingressar no mestrado só tinha a certeza de que me tornar mestre em extensão rural era uma aspiração, a qual representava a possibilidade de desenvolver uma pesquisa e contribuir no campo científico.

Formada em Engenharia Florestal e tendo o primeiro contato com o mundo da pesquisa social através do ingresso na pós-graduação, foram muitos os desafios que se colocaram, sobretudo em relação à temática da pesquisa e aos aspectos metodológicos. Diante disso, o primeiro ano do mestrado foi um período de aproximação com questões novas e com diversas temáticas e de eleger as de maior interesse: juventude, gênero e movimento social. A escolha dessas três temáticas pode ser entendida a partir de minha própria trajetória estudantil,

visto que são questões que me aproximei através da militância na graduação, principalmente por meio da executiva de curso da Engenharia Florestal (ABEEF) que compõe a Via Campesina. De qualquer forma, foi a partir dessas escolhas que se iniciou uma jornada de aprofundamento bibliográfico e teórico para a construção do problema de pesquisa e posteriormente da própria dissertação.

O olhar às temáticas e aos trabalhos já desenvolvidos permitiu perceber a existência de um processo em emergência: o reconhecimento da juventude enquanto ator político no interior dos movimentos sociais do campo. No entanto, também permitiu perceber que mesmo diante da ocorrência desse processo, em termos de bibliografia produzida, há uma escassez. Com isso, a problemática da presente dissertação foi construída a partir do interesse em compreender a inserção da juventude no interior dos movimentos sociais do campo, ou seja, no universo da participação política do campesinato no Brasil. Contudo, o interesse de olhar para a juventude se deu a partir de um recorte de gênero, visto que o questionamento estava em compreender as particularidades do engajamento das jovens mulheres.

O recorte de gênero se deve ao reconhecimento de que somente na década de 1980 as mulheres rurais foram consideradas personagens políticas na história do campesinato, momento no qual passaram a organizar seus próprios espaços, os movimentos específicos de mulheres. Dentre eles, o de maior destaque atualmente é o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, que surge a partir da unificação de diferentes organizações de mulheres trabalhadoras rurais, no interior do qual se observou que a questão da organização da juventude tem ganhado espaço e destaque, sobretudo no estado de Santa Catarina.

O primeiro momento na construção do problema de pesquisa exigiu a aproximação com o que vem sendo produzido na área do estudo. Diante disso, sobre o olhar acadêmico em relação à temática das mulheres rurais e seu envolvimento político merecem destaque principalmente os trabalhos realizados no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (CASAGRANDE, 1991; DABOIT, 1996; PAULILO, 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009; BONI, 2004, 2012), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (POLI, 1995) e recentemente no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ (BORDALO, 2011; JALIL, 2013), fato este que conferiu maior visibilidade à temática no meio acadêmico nas últimas décadas.

Já em relação à participação política da juventude do campo no interior dos movimentos sociais ocorre recentemente, principalmente a partir das contribuições de Castro

et. al. (2009) materializadas no livro *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*, o qual revela como os jovens do campo vêm se constituindo como um novo ator político. No encontro entre os trabalhos que tratam da participação política de mulheres e dos que tratam sobre a participação política de jovens, tem-se a dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, por Gaspareto (2009), pesquisadora e militante do MMC, que discute a emergência da categoria *jovem camponesa* no interior do MMC.

A partir do reconhecimento dessas contribuições em relação à participação política de mulheres e da juventude, foi possível perceber a existência de um campo de pesquisa em emergência, relacionado à participação política da juventude do campo, bem como sobre as particularidades dentro da categoria em relação a questões como classe, gênero, etnia e sexualidade. As pesquisas já realizadas são bastante recentes e existe uma carência de estudos sobre essa temática, principalmente no que tange as especificidades citadas, motivo pelo qual na presente dissertação se optou por compreender as particularidades da participação política das jovens mulheres nos movimentos sociais do campo, em especial no MMC/SC, o qual possui em sua essência a defesa da legitimidade da organização das mulheres em movimentos específicos.

Apesar de inicialmente o interesse de pesquisa estar relacionado ao entendimento da participação política das jovens mulheres, ao debruçar o olhar à participação das jovens no MMC/SC ficou perceptível que qualquer análise exigiria que inicialmente se conhecesse de que movimento se fala quando se fala no MMC em Santa Catarina. Diante disso, foi necessário compreender as particularidades de seu surgimento, bem como apreender as mudanças e transformações que ocorreram ao longo de sua existência e que levaram à consolidação de um movimento em nível nacional e com articulação internacional na Via Campesina. Para tanto trabalhos anteriormente citados e realizados por pesquisadores que voltaram seu olhar para o movimento em Santa Catarina, quando este ainda se denominava Movimento de Mulheres Agriculturas – MMA, foram centrais e se tornaram base para repensar o surgimento e as transformações ocorridas nas primeiras décadas de sua existência.

Mas também se percebeu uma carência de análises em relação às principais transformações que ocorrem a partir da metade da década de 1990 e início dos anos 2000, sendo a contribuição mais expressiva o trabalho realizado por Boni (2012) que analisou a passagem da condição de *agricultoras* a *camponesas* e a relação do movimento com vertentes do feminismo denominado de *ecofeminismo*, o que foi importante para a construção do presente trabalho. De qualquer forma, ficou perceptível a necessidade de apreenderem-se as

experiências organizativas do MMC/SC ao longo de sua trajetória que conformariam os caminhos políticos do movimento: por onde "caminharam" as militantes do MMC/SC para se constituírem enquanto personagens políticos que hoje assumem a identidade de *camponesas* e possuem um projeto próprio de agricultura? Realizar essa primeira análise foi essencial para que fosse possível compreender em que contexto e em que MMC as jovens se engajaram.

Assim, diante das motivações iniciais e das primeiras observações realizadas, bem como na necessidade de escrever uma dissertação, os questionamentos que nortearam a pesquisa foram: por que as jovens, hoje consideradas dirigentes, se engajaram no MMC/SC? E em que MMC/SC elas se engajaram? Diante desses questionamentos o objetivo central da dissertação está em **compreender a trajetória política do MMC/SC a partir de suas experiências organizativas e o processo de engajamento militante das jovens dirigentes, considerando as experiências vividas das jovens em período anterior e posterior à militância no MMC/SC**.

***

Explicitar os caminhos políticos pelos quais as mulheres se tornaram personagens políticos no interior do campesinato e legitimaram o MMC do Brasil enquanto organização que representa as mulheres trabalhadoras rurais em nível nacional na atualidade exige compreender as transformações pelas quais passaram ao longo de sua trajetória. Diante disso, visualizou-se a necessidade de reconstruir a história do MMC/SC a partir da releitura das experiências que lhe deram forma. De maneira semelhante, compreender por quais caminhos jovens oriundas do meio rural chegam à posição de dirigentes em um movimento específico de mulheres exige que se analisem suas trajetórias sociais, as posições ocupadas em diferentes momentos de suas vidas dentro dos grupos familiares, no conjunto da sociedade e no próprio movimento.

Diante disso, é dada centralidade ao uso de caminhos explicativos que informem sobre as experiências e percursos trilhados pelos movimentos e pelos seus sujeitos, para entender a multiplicidade de elementos envolvidos na unidade de um ator coletivo, de maneira a explicar como se "forma" a unidade. Diante dessa afirmação, uma das primeiras observações a serem feitas é a necessária negação de que um movimento social seja um todo unitário e homogêneo. Esse entendimento se deve à aproximação com Melucci (2001), autor que defende que é preciso extrair da suposta unidade a pluralidade de orientações, significados e relações que convergem no mesmo fenômeno, o que exige evitar o limite epistemológico

costumeiramente ocasionado ao se considerar o movimento social como um objeto empírico unitário.

Uma das principais contribuições de Melucci (2001) está na leitura de que a construção de uma identidade coletiva é produto de "trocas, negociações, decisões e conflitos entre atores" (MELUCCI, 2001, p. 23) e pode ser entendida enquanto resultado do que "vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e do campo de oportunidades e de vínculos que essa ação se coloca" (MELUCCI, 2001, p. 68), o que permite apreender a identidade coletiva *camponesa* enquanto uma identidade que é compartilhada, pois é assumida pelo conjunto de militantes, e também interativa, porque se dá a partir da interação entre diversos atores e é criada a partir dos aspectos culturais, materiais e simbólicos compartilhados entre determinado grupo.

Aliado às contribuições de Melucci (2001), para repensar os caminhos que permitiram a emergência da identidade de *camponesas* às militantes do MMC/SC e da organização da juventude no interior do movimento uma importante categoria utilizada no presente trabalho é a noção de *experiência*. Tal noção trata-se de um importante caminho metodológico elaborado por Thompson (1981), a partir da qual o autor explica a influência do ser social sobre a consciência social:

> Os homens e mulheres também experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

Diante da utilização dessa noção entende-se que a investigação deve partir da condição concreta do que é o movimento no presente para então compreender de que forma e através de quais processos se tornou enquanto tal. Para tanto, é necessário que se compreenda e se reconheça o papel central dos sujeitos nesse processo: o movimento reclama sua identidade camponesa na atualidade e defende seu projeto de agricultura camponesa a partir das ações elaboradas por suas militantes através das experiências organizativas ao longo da trajetória do MMC/SC. Com isso, percebe-se ser necessário reconhecer as diversas conquistas do movimento ao longo de três décadas e meia de existência, o reconhecimento da identidade camponesa e do projeto de agricultura camponesa para então investigar na sua trajetória passada: o seu *fazer-se*.

Assim, a *experiência* do MMC/SC é entendida enquanto conjunto de acontecimentos históricos, aspectos culturais e experiências organizativas que fornecem sentido à identidade e

projeto hoje defendidos pelas militantes do movimento, que significam o seu *fazer-se* e que norteiam as suas ações na atualidade e com vistas ao futuro, com base em um caráter conflitual e antagonista em relação aos considerados "inimigos" da classe.

A partir das contribuições de Melucci também se entende que a ação coletiva não é fruto de uma "condição social" (MELUCCI, 2001, p. 100), ou seja, uma jovem camponesa não se torna militante do MMC/SC apenas devido ao fato de ser jovem camponesa. Com essa afirmação, entende-se ser necessário compreender, a partir de suas trajetórias, quais experiências e elementos presentes em suas histórias contribuíram para a passagem de sua condição de jovens camponesas para a de jovens camponesas militantes do MMC/SC.

Com isso, a análise das do "encontro" entre trajetórias das jovens e a trajetória política do MMC/SC e de como esse encontro leva as jovens a se identificarem enquanto militantes se baseou em uma tentativa de diálogo entre os autores já citados e a literatura sobre engajamento militante (ou sociologia do militantismo). Por engajamento militante se entende "toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa" (SAWICKI e SIMEÁNT, 2011, p. 201). O uso nessa noção se deu principalmente a partir de contribuições desenvolvidas recentemente no Brasil e que destacam a sua dimensão processual (SILVA e RUSKOWKI, 2010; 2012), dando destaque às socializações prévias e mediação entre indivíduos e organização, além da ocorrência da interação associativa, que no presente estudo foi evidenciada a partir das experiências vividas das jovens com as práticas políticas do MMC/SC, as quais permitiram uma socialização política e a incorporação da identidade coletiva de camponesas.

Aliada à noção de engajamento militante tem-se o uso da noção de engajamento individual desenvolvida por Fillieule (2001), autor que entende o militantismo a partir de uma perspectiva processual. Embora o autor utilize o conceito de *carreira militante* ao invés de trajetória, noção a qual é utilizada no presente estudo, parte do entendimento de que a militância é uma atividade social que também é individual e dinâmica e que em cada etapa da carreira militante ocorrem influências de questões relacionadas ao seu passado e que também condicionam as possibilidades futuras (p. 200). Além disso, apreende-se do autor a noção de que o militantismo envolve etapas de acesso e exercício enquanto uma série de mudanças objetivas de posições, que envolvem responsabilidades e compromissos, bem como uma série de rearranjos subjetivos associados. Para ser possível compreender esses aspectos buscou-se a reconstrução das trajetórias das jovens dirigentes.

Diante dessas observações, a noção de experiência elaborada por Thompson (1981) ganha centralidade também para a análise das trajetórias sociais das jovens em diferentes

períodos de suas vidas: anterior e posterior à militância. Isso porque o uso da noção permitiu analisar seu engajamento no MMC/SC a partir de suas vivências, de aspectos culturais e relacionados à posição social ocupada perante a sociedade e dentro da estrutura familiar. No entanto, fazer essa análise pressupôs apreender "quem são" as militantes consideradas jovens camponesas pelo conjunto do MMC/SC.

Diante disso, a análise do engajamento militante das jovens camponesas se deu a partir de uma perspectiva geracional, pois as dirigentes consideradas jovens camponesas no MMC/SC representam a geração mais recente de mulheres camponesas que se engajaram no movimento, principalmente a partir dos anos 2000. Nesse sentido, a definição *jovem camponesa* na leitura das militantes diz respeito a uma construção que se deu dentro do movimento de mulheres e que, ao mesmo tempo, exprime uma intencionalidade do MMC/SC. Em comparação às dirigentes que fazem parte do MMC/SC desde sua origem ou as que ingressaram até a metade a década de 1990, as últimas dirigentes que se engajaram são as *jovens camponesas* do movimento: categoria de caráter político, que se construiu no bojo do movimento de mulheres. No entanto, se percebeu que as que são *jovens* no MMC/SC são também assim consideradas devido a posição social ocupada dentro de suas famílias.

Por isso, para as análises elaboradas na presente dissertação tomou-se por perspectiva de análise uma perspectiva geracional, considerando que a realidade de vida dessa última geração de dirigentes é condizente com a condição de vida vivenciada pela categoria *juventude rural* dentro da estrutura familiar do campesinato, ou seja, aspectos das trajetórias de vida das jovens do MMC/SC permitem afirmar que ocupam uma posição subalterna pela condição de serem mulheres e de jovens. Além disso, essa perspectiva se tornou mais relevante ao se perceber que os espaços específicos para jovens realizados pelo MMC/SC tinha por intuito serem espaços de formação para as filhas das militantes do movimento. Diante disso, nesse estudo se dá maior ênfase a alguns debates em detrimento de outros, a exemplo dos que se constroem em cima da categoria *juventude rural* e das diferenças geracionais dentro das famílias camponesas nos últimos anos. Para tanto referências como Seyferth (1995), Woortmann (1990), Tedesco (1999), Carneiro (2001), Renk (2004; 2010) e Stropasolas (2006; 2010) foram determinantes.

Com base nas perspectivas adotadas, as análises se dão com base no reconhecimento da existência de valores e regras no campesinato baseados em relações familiares hierarquizadas. Além disso, considerando que se trata de um movimento específico de mulheres e da atenção sobre as jovens, o uso das contribuições teóricas de Scott (1990) e Bourdieu (2014) permitiram apreender aspectos relacionados às diferenças socialmente

construídas e de poder nas experiências vividas por essa geração de mulheres. Dentro de suas famílias, as jovens ocupam posições particulares devido à questão geracional, na qual vivenciam a hierarquia familiar com base na "posição de autoridade" centrada na figura paterna (CASTRO, 2013): além de mulheres, são as *filhas*. No entanto, entende-se a partir das afirmações de Parry Scott (2010) que as hierarquias implícitas nas categorias de gênero e geração estão em constante jogo nas redefinições, nas relações de poder entre homens e mulheres, entre mais velhos e mais novos, tanto no âmbito da família, como também em outros espaços, a exemplo da comunidade. Diante do exposto, o esforço está na tentativa de compreender como essas pessoas vivenciam suas experiências de vida e a militância considerando-se que são jovens mulheres que vivenciaram boa parte de suas trajetórias no espaço rural.

***

Em relação aos aspectos metodológicos da pesquisa, primeiramente faz-se menção ao uso da noção de trajetória. Isso porque a noção tem centralidade em todos os capítulos da presente dissertação. Diante disso, se reconhece que as entrevistas realizadas podem trazer um conteúdo permeado por significações atribuídas por suas porta-vozes e que dizem respeito às leituras que as próprias informantes fazem de sua condição. Os discursos explicitados por elas no tempo presente não estão livres de um sentido e leitura adquiridos a partir da experiência da militância (e provavelmente em alguns momentos isso se fará visível).

Diante de tais fatos, a busca pela análise de trajetórias é baseada nas contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu sobre tal processo. Nesse sentido, incorpora-se essa noção pela tentativa de fuga de uma análise do MMC/SC e da vida das jovens camponesas que siga a lógica de histórias enquanto sucessão de acontecimentos históricos.

Portanto, parte-se do entendimento de que, como nos mostra Bourdieu (1996), quando as pessoas contam suas histórias elas tendem a organizá-la segundo relações inteligíveis a partir do sentido que atribuem à sua existência. Frente a isso, na presente dissertação se seguiu a proposta do autor de *trajetória* enquanto algo descontínuo, como "uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (p. 189). Assim, ao mesmo tempo em que se atribui centralidade aos sujeitos em questão quando da análise de sua trajetória, também se retoma a importância de considerar o meio no qual tais sujeitos se inserem, os sentidos e valores das posições nele ocupadas e suas influências sobre os sujeitos. Portanto, no presente

estudo, entende-se *trajetória* enquanto uma construção realizada a partir da consideração de série de posições que os sujeitos ocupam ao longo de sua vida a partir do uso de entrevistas e de demais documentos que foram acessados, refutando-se a ideia de trajetória enquanto conjunto orientado de relatos lineares de acontecimentos.

Em relação ao trabalho de campo foram realizadas análises de documentos, principalmente relatórios e cartilhas do MMC/SC a partir de uma visita realizada em abril de 2016 ao Centro de Formação "Maria Rosa" do MMC/SC, localizado no município de Chapecó-SC. Além disso, foi feita uma análise de jornais e revistas disponíveis online na Hemeroteca "Luta pela Terra", além de uma análise bibliográfica com base nas principais teses e dissertações elaboradas tendo como objeto de análise o MMC/SC, bem como outros materiais que envolvem as temáticas que são relevantes nesse estudo.

Em agosto de 2015 também foi feita uma visita ao referido centro de formação com o intuito de realizar entrevistas com militantes do movimento. Nesse momento foi possível acompanhar um encontro realizado pelo MMC e intitulado *Direito das Mulheres e Avanço do Conservadorismo no Brasil*, o que foi crucial para conhecer o movimento, entender os debates que tem centralidade na atualidade e para a aproximação com as jovens dirigentes.

Com isso, nesse mesmo encontro foram realizadas seis entrevistas abertas, quatro com dirigentes consideradas pelo conjunto do MMC/SC como *jovens camponesas*, uma com uma dirigente do MMC/SC que atua no movimento desde seus primeiros passos e outra com uma dirigente nacional que atua no movimento em Brasília-DF há 13 anos. Além dessas entrevistas, mais uma foi realizada por e-mail com uma jovem dirigente, devido ao fato de ter sido citada várias vezes nas demais entrevistas, o que levou ao entendimento de que é considerada uma importante dirigente do MMC/SC.

A partir do material gerado com as entrevistas, análise de documentos e a observação no encontro referido construiu-se a base de dados primários para construção das análises da dissertação. Além disso, a análise de outros trabalhos sobre o movimento permitiu a construção de uma base de dados secundários que também foram importantes para a elaboração da dissertação, afinal conforme exposto por Gil (1996), é fundamental observar as contribuições já existentes de outros autores sobre determinado assunto.

Além dessas questões, é necessário elucidar os motivos da delimitação em analisar o movimento apenas no estado de Santa Catarina. Primeiramente se deve ao reconhecimento de uma real diversidade dentro do MMC/Brasil, dadas as diferentes realidades encontradas no espaço rural de nosso país. Além disso, os esforços para compreender as particularidades do MMC/SC se deve ao fato de que representa uma das regiões do país mais atuante dentro do

movimento e que vem realizando nos últimos anos uma série de encontros específicos para jovens e tendo um número considerável de dirigentes consideradas jovens, ao contrário do que ocorre no movimento em outros estados, a exemplo do MMC/RS, onde foi informado que todas as dirigentes já têm "mais de 40 anos". Cabe ressaltar que os primeiros contatos foram feitos via ligações telefônicas e e-mail, sendo que posteriormente, durante todo o período do mestrado mantive contato com as jovens entrevistadas através das redes sociais e e-mails.

***

Além da introdução e das considerações finais, a presente dissertação se divide em quatro capítulos.

O capítulo 1 foi elaborado para analisar as transformações pelas quais passou o MMC/SC para compreender duas importantes questões: o seu *fazer-se* e o contexto no qual ocorreu o engajamento militante das jovens dirigentes. Assim, inicialmente buscou-se analisar a trajetória política do MMC/SC com foco no seu surgimento nas principais transformações ocorridas na sua primeira década de existência, com foco em questões que influenciaram na mobilização e surgimento do MMA/SC, destacando-se a busca pelo reconhecimento da identidade profissional de *trabalhadoras rurais*, a especificidade do movimento de mulheres no período e as mudanças que ocorrem a partir da busca das militantes por maior autonomia do movimento em relação a instituições como Igreja e sindicatos.

Além disso, em um segundo momento, o olhar se voltou à trajetória política do MMC/SC com foco nas principais mudanças ocasionadas a partir da metade da década de 1990 e início dos anos 2000. Percebeu-se que esse período é marcado por transformações na forma de atuação do movimento e é o período no qual se materializa o início da passagem de condição de agricultoras a camponesas, o que diz respeito a construção de uma identidade coletiva. Diante disso, se buscou compreender os caminhos da transição de MMA/SC para MMC/SC através de um olhar para as experiências organizativas e de socialização, além de uma contextualização do momento político pelo qual o Brasil passava no período. Posteriormente, foram abordadas as principais mudanças que decorrem dessa conversão, evidenciando qual a especificidade do espaço do movimento de mulheres no cenário contemporâneo, visto que hoje o movimento está ao lado de outras organizações compondo a Via Campesina do Brasil na busca pelo fim do capitalismo e construção do socialismo.

No segundo capítulo foi voltado o olhar às trajetórias sociais das jovens camponesas em período anterior à militância, com o intuito de apreender suas experiências de vida no

espaço rural, bem como de que forma elas olham para suas experiências, como as concebem e de que maneira essa vivência, diante das determinadas posições sociais e condição de vida, influenciam suas escolhas e caminhos trilhados.

Por fim, no terceiro e último capítulo buscou-se compreender os meios pelos quais as jovens se aproximam e conhecem o MMC/SC, bem como as experiências vividas a partir do envolvimento político e que contribuem para que as jovens se mantenham engajadas e assumam a posição de dirigentes. Diante disso, foi necessário articular elementos analisados nos capítulos anteriores, principalmente os que dizem respeito aos aspectos de suas trajetórias individuais em período anterior à militância e aos aspectos atuais na trajetória política do MMC/SC, com questões que emergem a partir de sua militância, para assim compreender o processo de engajamento militante das jovens em questão.

CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA

O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), inicialmente denominado Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), foi fundado oficialmente no ano de 1983, no distrito de Itaberaba pertencente ao município de Chapecó, na região Oeste de Santa Catarina. Nos anos seguintes as agricultoras organizaram diversas caravanas a Brasília buscando o reconhecimento da profissão de *trabalhadoras rurais/agricultoras* e a conquista de direitos que até então lhes eram negados. Ainda na década de 1990 o MMA/SC já estava articulado com outras organizações de mulheres trabalhadoras rurais dos estados mais ao sul do Brasil (RS, PR, SP e MS), ao passo que, em 1995 organizações de mulheres do campo de todo o país se articularam e criam a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR. Em 2004, em uma movimentação a nível nacional, ocorre a unificação de diversas organizações de mulheres do campo formando o MMC/Brasil.

Para entender esse percurso iniciou-se uma investigação a fim de se *transmutar a estrutura em processo* e apreender a origem dos grupos sociais que colaboraram para o surgimento do movimento, os caminhos trilhados a partir de então e as principais transformações pelas quais passou ao longo de suas três décadas e meia de existência e que permitiram hoje ser parte de um movimento com caráter nacional e que faz parte da Via Campesina do Brasil, evidenciando sua especificidade em relação aos diferentes movimentos sociais do campo. Diante disso, no primeiro capítulo da dissertação buscou-se compreender a trajetória política do movimento com foco no seu surgimento, nas experiências políticas e principais transformações ocorridas, abordando também as mudanças decorrentes da conversão de *agricultoras* para *camponesas* e a especificidade do movimento na atualidade.

1.1 A MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES NO OESTE CATARINENSE, A INSERÇÃO DAS MULHERES E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Atualmente existem diversos movimentos sociais do campo organizados no estado de Santa Catarina, os quais possuem sua origem atrelada a mudanças que ocorrem na década de 1980. Na década em questão, ocorreram diversas transformações políticas no Brasil, marcadas pela reabertura democrática do país após 20 anos de regime militar. Para Picolotto (2011, p. 131), o surgimento de novos atores no meio rural neste período, deve ser relacionado a fatores

de ordem político-econômica (como a crise econômica vivida, consequências no meio rural, enfraquecimento do regime militar) e fatores de ordem subjetiva (como a crise de velhas instituições organizadoras do pensamento social e sua reformulação sob novas bases).

Ao encontro dessas observações, percebeu-se que a organização de movimentos sociais do campo na região do Oeste Catarinense teve influência de dois fatores centrais: a crise da economia camponesa tradicional (ou problemática da pequena produção) e a mudança de postura do setor mais progressista da Igreja Católica (CASAGRANDE, 1991; POLI, 1995; DABOIT, 1996; GASPARETO, 2009; BONI, 2012).

Conforme apontado por Poli (1995, p. 214) a crise da economia camponesa tradicional diz respeito à ruptura do processo de produção agrícola implantado durante o processo de colonização[1]. O processo de modernização da agricultura, aliado ao processo industrialização, levou os agricultores a passar por uma transformação de seu modo de fazer agricultura diante de um processo produtivo caracterizado pela submissão da pequena produção à lógica das agroindústrias que surgiram (principalmente agroindústrias de frangos e suínos). Nesse contexto aconteceram mudanças profundas, as quais contribuíram para uma crise na produção camponesa tradicional. Segundo o autor, essa crise parece ter sido um dos principais fatores que levou a Igreja iniciar um trabalho de informação e conscientização dos agricultores dessa região, com o intuito de orientá-los a protestar e resistir e as manifestações que surgiram foram importantes para desencadear o processo de mobilização que culminou na organização de quatro movimentos sociais do campo na região na década de 1980 (MST, MAB, MMA e Movimento de Oposição Sindical).

A postura dos agentes religiosos no momento está ligada ao fato de que, nesse período, setores da Igreja Católica passaram a ressignificar sua leitura, a partir de três principais eventos: o Concílio Vaticano II[2] e os encontros episcopais de Medellín e Puebla[3]. Com isso, alguns setores passam a reorientar suas ações pelo viés da Teologia da Libertação[4]. Na região em questão isso se dá principalmente através da Diocese de Chapecó na figura do Bispo Dom José Gomes[5], tendo como pano de fundo dessas ações uma estratégia da Igreja para que

[1] Agricultura com produção diversificada de gêneros alimentícios e de base familiar, praticada pelos então designados como colonos. Colono é a designação nativa atribuída aos agricultores descendentes de europeus e, segundo Renk (2004), foi atribuída aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a politica de colonização e expressava a identidade social do pequeno proprietário rural policultor

[2] O II Concílio Vaticano foi o concílio ecumênico mais representativo da história da Igreja Católica, foi um concílio pastoral não dedicado a apontar erros, mas a procurar a atualização da doutrina da Igreja face à sociedade contemporânea.

[3] Encontro do episcopado da América Latina para interpretar os documentos do Concílio Vaticano II.

[4] Reflexão Teológica desenvolvida principalmente na América Latina.

[5] O Bispo Dom José Gomes era membro do Vaticano II.

setores da sociedade, dentre eles os agricultores, criassem suas ferramentas para a *libertação do povo*.

Para os colonos que migraram ao Oeste catarinense esse processo, além de constituir uma estratégia de reprodução social, tinha uma conotação religiosa, representada na ideia de *busca da terra prometida*. Segundo Renk (2004, p. 31), "os descendentes de europeus lembram que seus antepassados vieram ao Brasil em busca de terra e de liberdade". Nesse sentido, Poli (1995) aponta que o encontro do patrimônio cultural dos agricultores com os discursos da Igreja é peça fundamental para entendermos a eficácia do trabalho pastoral. Da mesma forma, Thompson (1997), ao analisar os motins com fins de garantir a subsistência das famílias na Inglaterra do século XVIII, se contrapõe às visões reducionistas que levam em conta somente os aspectos econômicos como motivadores da revolta. Para o autor, era possível perceber em quase todas as ações de massa alguma noção legitimadora, pois as pessoas acreditavam estar defendendo costumes tradicionais ou direitos.

A partir desse intermédio, os próprios espaços já existentes e que faziam parte do cotidiano da população rural, como a organização social em torno da comunidade e suas instituições (igreja, por exemplo), passam a ter novas conotações e significados. Ademais, a ação da Igreja possibilitou a criação de novos espaços, sendo os principais deles os grupos de reflexão, as pastorais específicas, os cursos de formação de lideranças e por fim os movimentos sociais (POLI, 1995).

Conforme apontado por Medeiros (2001), nesse mesmo período duras críticas eram feitas à estrutura sindical vigente, em relação às práticas cotidianas comuns no sindicalismo, por parte de um setor da Igreja Católica adepto à Teologia da Libertação. Bordalo (2011) também aponta que as ações da Igreja tiveram grande contribuição para o surgimento das Oposições Sindicais no sindicalismo rural. A autora evidencia que a movimentação inicialmente difusa de crítica às práticas contaguianas ganham contornos definidos quando as Oposições passam a se articular ao *novo sindicalismo*. No caso em questão, entende-se que setores da Diocese de Chapecó foram os principais estimuladores para o surgimento das *oposições sindicais*, processo no qual se inicia a organização das mulheres e posterior surgimento do movimento de mulheres.

Em seu estudo, Picolotto (2011, p. 141) identificou matrizes discursivas presentes no discurso de uma chapa de oposição que denotam o caráter formativo adquirido da Igreja progressista e do novo sindicalismo: "fazer o povo se unir para ter força", "reuniões de base", "luta por direitos", "o sindicato não é o prédio [...] mas somos todos nós". Da mesma forma, é comum encontrar nos documentos do MMA expressões como "fazer o reino de Deus aqui na

Terra", "nossos inimigos são os padres e sindicatos pelegos" e "trabalhadoras organizadas lutando por seus direitos".

Um dos primeiros passos para o surgimento do movimento das mulheres em Santa Catarina foi dado no dia 25 de julho de 1981, durante as comemorações do dia do colono, no então distrito de Itaberaba, no município de Chapecó. As comemorações eram promovidas por setores da Igreja ligados à Comissão Pastoral da Terra – CPT e pela organização popular que começava a surgir a partir de atividades pastorais desenvolvidas no interior da própria Igreja (POLI, 1995). Nesse dia, os agricultores organizaram uma chapa de oposição sindical nesse município e questionamentos, referentes à impossibilidade de sindicalização[6] das mulheres na época, surgiram durante o evento.

A partir dos questionamentos feitos por algumas mulheres presentes, a sindicalização das mulheres passa a ser uma das bandeiras que garante a vitória da oposição no município, devido à participação ativa das agricultoras na campanha e nas eleições. Assim, as agricultoras passam a participar ativamente das lutas e mobilizações dos sindicatos em que a direção já havia passado por um processo de renovação[7].

Ademais, os questionamentos feitos por parte de mulheres presentes na formação de Oposição Sindical demonstram o processo que estava em curso e que se iniciou reunindo-se mulheres agricultoras nos grupos de reflexão, geralmente nos domingos, e cursos de lideranças (GASPARETO, 2009, p. 96) para a leitura e reflexão sobre textos bíblicos pela ótica da nova matriz teológica. É importante ressaltar que, historicamente, o espaço da Igreja representa um espaço público de maior circulação das mulheres (PAULILO, 2009), onde elas exerciam o papel de catequistas, agentes pastorais e até mesmo líderes dentro dos chamados "Clube de Mães".

Para Paulilo (2004) a quase totalidade das militantes iniciaram sua trajetória junto a grupos religiosos, principalmente ligados à igreja católica. Sobre essa ligação, uma das dirigentes do MMC/SC afirma que "os bispos não falavam para organizar o movimento, falavam que outra vida era possível" (Entrevista Dirigente 1 – 28/08/15). Segundo Gaiger (1987), a religião exerce uma importante função quando intervém na ética que fundamenta a

[6] Somente mulheres solteiras ou autônomas podiam ser sócias do sindicato. (POLI, 1995).

[7] O crescimento do novo sindicalismo e a aproximação com o movimento de mulheres foi tão expressivo que pode explicar inclusive a abertura da CONTAG para mulheres, pois segundo Deere (2004) o crescimento do novo sindicalismo e a competição entre a CONTAG e a mais radical Central Única dos Trabalhadores (CUT) que explicam a abertura da CONTAG para as mulheres, visto que as mulheres estavam sendo uma força expressiva de enorme potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional.

ação dos camponeses e desse modo representa um fator mobilizador, a observar na fala da dirigente 1:

> Então, lendo a bíblia e voltando para a realidade, as mulheres começam a se repensar, a repensar o seu lugar de subalternidade, de segundo sexo que estavam impostas e muito teve o apoio deste olhar mais pastoral de uma releitura bíblica para mulheres começarem a se libertar. (Entrevista Dirigente 1 – 08/04/16)

É eminente a influência das ações dos agentes e das leituras bíblicas no processo de mobilização das mulheres. Para Daboit (1996) o trabalho da Igreja com as agricultoras foi em vista da sua sindicalização, das oposições sindicais em vista a reais mudanças nos sindicatos da região oeste. Mesmo concordando com essa observação, entende-se que foi a partir de discussões organizadas por agentes pastorais e que relacionavam histórias dos textos bíblicos e o cotidiano vivenciado pelas mulheres, que inicia, de forma institucional, a estruturação do movimento de mulheres em Santa Catarina. A forte relação entre o papel da Igreja e o surgimento do MMA pode ser observada em registros da primeira grande mobilização do movimento de mulheres ocorreu no dia 8 de março de 1984, no ano seguinte às primeiras reuniões específicas com mulheres. A ação se dava em função da comemoração do dia internacional da mulher e reuniu cerca de 500 mulheres agricultoras da região do Oeste Catarinense e contou com como atividade principal a realização de uma missa.

Percebe-se que foi a partir do descobrimento da relação entre os problemas que vivenciavam no seu cotidiano e causas mais amplas que os geravam e sustentavam essa condição subalterna que começam a emergir as primeiras demandas que se tornaram pautas reivindicatórias das agricultoras. Nota-se que as principais pautas que geraram as primeiras mobilizações das mulheres na esfera pública diziam respeito à conquista de direitos trabalhistas, sobretudo porque a partir da conquista do direito da sindicalização, as mulheres vão percebendo que a falta de igualdade de acesso a direitos sociais era condicionada pela falta de reconhecimento de seu trabalho, de sua profissão de agricultora.

Sobre a construção de novos autores no campo, Picolotto (2011) aponta que também se deu diante das contradições da estrutura sindical e das suas "incapacidades de absorver e encaminhar as novas demandas que iam surgindo", o que levou também ao questionamento do papel e práticas de lideranças que construíam os sindicatos. Boni (2004) observa:

> Setores progressistas da Igreja foram formando essas lideranças para que pudessem assumir a coordenação dos movimentos, processo que era parte das ações de grupos da Igreja identificados com a Teologia da Libertação, que buscava a construção de um sindicalismo "autêntico", combativo, envolvido com as bases. (BONI, 2004, p. 291).

Percebe-se a importância central da formação de lideranças para dar vazão ao processo de estruturação do *novo sindicalismo* e de surgimento dos movimentos do campo, diante de uma realidade sindical que já não dava conta das demandas populares. Entende-se que ocorre nessa região o que foi apontado por Medeiros (1989), pois o processo de organização do movimento sindical questionava a própria legitimidade de antigas lideranças que não se formaram nesse processo.

No caso do MMA/SC, ou seja, no Oeste Catarinense, é no bojo deste processo de influências mútuas que se formaram as primeiras lideranças do MMA. Além do mais, mesmo que algumas das principais lideranças não se formem nesse contexto inicial, elas também tiveram uma ampla socialização na estrutura sindical renovada, visto que até a década de 1990 o movimento e sindicatos "combativos" mantinham relações bastante próximas e lutas em conjunto. Segundo Cappellin (1994) o processo de socialização política se refere justamente aos processos e influências pelos quais se constitui um sujeito político que passa a aderir a um sistema de regras político-sociais.

No estudo realizado pela autora, é demonstrada a influência processo de renovação sindical no perfil de lideranças da geração que se engajou e se mobilizou ao longo do período de efervescência dos movimentos populares, sobretudo no interior das Oposições Sindicais. A autora defende que, naquela realidade em que estudou sindicalistas no Nordeste, as mulheres lideranças tinham no espaço social do sindicato uma forma de adquirir conhecimentos, formar opiniões, de maneira a realizar uma identificação com um grupo e um sentido de pertencimento, construindo um grupo de referência. Nesse sentido, pelo contexto de surgimento do MMA, entende-se existir muitas características em comum entre as representações, formas de ação política e de encaminhamento de lutas entre este e as Oposições Sindicais, desenvolveram formas de agir politicamente semelhantes e que dialogam, justificando suas aproximações no campo de lutas por representações políticas. Assim, é inegável que na realidade estudada é o modelo de atuação do *novo sindicalismo* que se torna uma referência para as trabalhadoras rurais organizadas no MMA.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DO MMA, O RECONHECIMENTO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA POLÍTICA

Quando se fala na criação de um movimento específico, também é necessário observar as condições socioculturais materiais e simbólicas em que as mulheres estão inseridas no

campesinato para se compreender como as desigualdades de gênero se configuram nesse meio social e a relação dessas questões com a mobilização das mulheres. Para tanto, é preciso compreender a forma como as relações sociais se constituem em relações de poder, tomando a categoria *gênero* enquanto categoria de análise que permite reconhecer a existência das desigualdades entre homens e mulheres e desnaturalizá-las. Com essa perspectiva, é possível analisar o papel socialmente construído das mulheres em determinadas realidades, a exemplo do espaço rural. Desta forma, é preciso fazer alguns apontamentos sobre a situação da mulher no campesinato, sobretudo a partir de autoras que trabalham com esse tema.

Woortmann (1990), estudioso do campesinato, afirma a existência de regras sociais baseadas na relação com a honra e a hierarquia dentro do campesinato. Para Tedesco (1999), na configuração social do campesinato as mulheres foram educadas para entender que é através do trabalho, de seu esforço e sacrifício que sua identidade encontra lugar no mundo. Conforme evidenciado por Brumer (2004), na configuração do campesinato a divisão do trabalho por sexo na agricultura demonstra que as mulheres ocupam uma posição subordinada, tendo seu trabalho geralmente um caráter de *ajuda*.

Em estudo sobre diferenças geracionais no Oeste Catarinense, Renk (2004) nos mostra que no contexto rural, há poucas décadas, a própria identificação civil das mulheres só era usada para atos de vida civil como registro de nascimento, casamento, óbito ou venda de terras, ao passo que em ocasiões sociais costumavam ser apontadas enquanto "filhas de alguém" ou no caso de já casadas "mulher de alguém".

A identificação da mulher esteve sempre ligada ao seu papel enquanto esposa e mãe, e não pela sua contribuição enquanto *trabalhadora rural/agricultora*. Carneiro (1996, p. 352) demonstrou que o trabalho feminino é entendido como parte das obrigações recíprocas no casamento. Isso faz com que exista essa simbiose entre mulher e família, além de uma valorização do homem enquanto provedor e responsável pela respeitabilidade dos membros de seu grupo doméstico, o que transforma a própria contribuição do trabalho feminino em *obrigação* ou *ajuda*, sustentando a subordinação à esfera masculina. Além do mais, faz com que as próprias mulheres se identifiquem como tal e careçam de uma identidade profissional própria que esteja desvinculada dos papéis que lhes são atribuídos e por elas incorporados historicamente.

Diante dessas afirmações, entende-se o sentido do trabalho pastoral realizado pela Igreja junto às agricultoras no processo inicial de incentivo à sindicalização das mesmas, o que posteriormente permitiu acesso a direitos que os homens já acessavam através da identificação enquanto *trabalhador rural*. Isso leva a concordar com apontamentos feitos por

Casagrande (1991, p. 34), de que inicialmente as mulheres tiveram que "se perceber enquanto trabalhadoras e buscar o reconhecimento dessa identidade pela sociedade".

As mulheres passam a perceber a contribuição e valor de seu trabalho e que a conquista da identidade de *trabalhadora rural/agricultora* era essencial para transformar essa realidade e ter acesso aos benefícios da Previdência social, afinal esse status de profissional que garantia direitos sociais e trabalhistas. Esse processo demonstra que nos primeiros passos que culminariam na organização das mulheres esteve a necessária mudança de percepção por parte das próprias agricultoras e da sociedade, do significado de seu trabalho, concebido em partes como *obrigação* e em partes como *ajuda*.

Para Picolotto (2011) a construção das pautas na área da saúde e previdência fez emergir a ideia de que era necessário lutar pela ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais, tomando por referência a equiparação com os trabalhadores urbanos. Da mesma forma, as mulheres que também eram trabalhadoras, passam a exigir a sua inclusão nos benefícios previdenciários em igualdade com os homens. Isso porque, na previdência[8], se a inclusão dos trabalhadores rurais, em comparação com a dos trabalhadores urbanos já ocorreu tardiamente, a das trabalhadoras rurais ocorreu ainda mais tarde, visto que dependia dessa mudança de percepção em relação ao trabalho exercido pela mulher na agricultura. Assim, em 1983 as mulheres definiram que suas pautas centrais eram pela sindicalização, o reconhecimento da profissão de trabalhadora e o direito à aposentadoria.

No entanto, não parece correto afirmar, devido a na mobilização inicial das mulheres estar o processo de renovação sindical, de direito à sindicalização e da profissão – questões consideradas de classe – que as questões específicas de gênero surjam apenas em um segundo plano, como afirmou Casagrande (1991):

> É a partir das dificuldades e problemas de classe que surge o movimento. As questões específicas, as quais chamaremos de lutas de gênero começaram a ser colocadas e discutidas em um segundo momento. (CASAGRANDE, 1991, p. 26)

Mesmo com maior visibilidade e impactos calculáveis na vida das agricultoras, não se pode atribuir unicamente às questões de classe, entendidas no sentido da busca de direitos trabalhistas, o poder de mobilizar as mulheres agricultoras e principalmente a criação do MMA. O que parece correto é que tanto as questões ditas de classe quanto as questões de gênero estão presentes no discurso das mulheres e ambas exerceram influências no processo

[8] Conforme exposto por Brumer (2002), a inclusão dos trabalhadores rurais na previdência iniciou em 1971 através do Programa de Assistência Rural ligado ao FUNRURAL, que previa benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde aos trabalhadores rurais. Nesse momento, as mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família ou assalariadas rurais.

de mobilização das mulheres e, sobretudo, de surgimento do movimento, no entanto, de formas diferenciadas.

A grande visibilidade que alcançam algumas questões se deve ao fato de serem requisitos para o acesso aos benefícios da previdência social. Os encontros e discussões organizados pelos agentes da Igreja com as mulheres faziam parte de uma estratégia maior de organização popular e os debates realizados estavam vinculados às ideias presentes na leitura teológica da Teologia da Libertação que emergia, as quais tomam contorno de "questões de classe". Ocorre que, quando as agricultoras do Oeste catarinense discutiam sua situação de subalternidade na agricultura, elas construíam um entendimento em torno da existência de causas estruturais da organização da sociedade e de sua divisão em classes como condicionantes da sua condição subalterna, mas também faziam desses momentos, momentos de discussão sobre condições impostas devido a desigualdades de gênero. Além disso, as discussões demonstram que até mesmo a negação de sua condição de *trabalhadoras*, e consequentemente da sindicalização, se deve ao fato de serem mulheres.

A emergência das reivindicações das mulheres com um viés mais classista deve ser entendida pelo caráter das primeiras discussões que as agricultoras tiveram acesso, onde a discussão da problemática da mulher não se dava a partir de reflexões advindas de teorias feministas do período, mas sim da leitura teológica dos agentes pastorais. É importante observar que apesar de nas grandes mobilizações, geralmente organizadas em conjunto com outros movimentos, serem as questões trabalhistas as de maior visibilidade, nas pequenas reuniões, encontros e primeiras assembleias as questões relacionadas à condição da mulher e suas experiências sempre foram discutidas, seja na perspectiva da família, da sociedade e até mesmo da política[9].

Quando os agentes da Igreja organizaram os primeiros encontros, a principal questão discutida era referente aos problemas que as mulheres sofriam, tanto na agricultura, como também na igreja e família. Foram nesses encontros, que eram espaços de reuniões específicas com mulheres, que se debatia a situação de subalternidade da mulher, onde elas falavam sobre suas experiências e reconheciam a similaridade existente entre suas histórias. Segundo um dos relatórios dos encontros, os principais temas debatidos em um dos primeiros encontros foram: a necessidade da mulher entrar na luta; igualdade entre homens e mulheres; necessidade das agricultoras se unirem e se organizarem para terem seus direitos e dignidade respeitados

[9] Isso é algo que percebido em relatório do primeiro encontro realizado com mulheres em 1983, mas também em diversos outros relatórios de assembleias e reuniões. Além disso, foi algo presenciado no encontro acompanhado durante a pesquisa, inclusive nas conversas paralelas e informais, momento em que a troca de experiência sobre questões de gênero se destacou.

(MMA,a 1983). Demonstra-se que as mulheres sentiam que não eram ouvidas e que suas ideias não eram aceitas e valorizadas, justamente por serem mulheres.

Desde as primeiras reuniões as agricultoras debatiam que os problemas que vivenciavam também tinham ligação com a desvalorização de seu trabalho e de suas ideias tanto pela comunidade, pela família e sociedade, como também por elas mesmas. Assim, é possível compreender que as motivações que levam ao engajamento político se aproximam tanto das questões trabalhistas quanto de questões fruto de sua condição enquanto mulher, pois ambas eram discutidas e contribuíram para que elas começassem a se mobilizar. A mobilização inicial das mulheres deve ser dividida entre questões de classe, que ganham maior visibilidade nos protestos e mobilizações, e questões específicas de gênero, que eram amplamente discutidas nas reuniões específicas com mulheres, mas não tinham tanta visibilidade.

No entanto, há de se incorporar à reflexão as valorosas contribuições de Paulilo (2009) sobre essa difícil divisão – e aproximação – entre questões de classe e de gênero, e os diversos nuances das questões ditas específicas de gênero. Há no presente estudo uma consideração de que é impossível atribuir apenas às questões de classe, devido ao MMA surgir em meio a um processo de renovação sindical, o poder de mobilizar e organizar inicialmente as mulheres, visto que há um entendimento, nas discussões travadas na época, da relação entre os problemas vivenciados e a condição de ser mulher nessa realidade. No entanto, se reconhece o apontado por Paulilo (2009) quando afirma que as questões ditas de gênero, quando tomam forma de pautas e lutas no MMA, se tratam de questões que não entram em confronto com a estrutura da família patriarcal (licença maternidade, reconhecimento profissional, aposentadoria), sendo que questões que fazem maior enfrentamento passam a ser incorporadas lentamente a partir da década de 1990, ganhando maior espaço nos últimos anos.

Em se tratando da criação do movimento, também se percebe que apesar da conquista do direito de sindicalização das mulheres a partir da renovação sindical, a realidade é que velhas práticas dentro da estrutura sindical por muitas vezes podem ter impedido uma maior aproximação das mulheres com a política, a se perceber na fala de uma dirigente: “as mulheres começam a se pensar em Santa Catarina na contradição, **no sindicalismo que não dava espaço**” (Dirigente 1 – 29/08/15).

Em uma das primeiras mobilizações das mulheres, realizada em 8 de março de 1984 e que reuniu 500 mulheres, elas buscavam justificar a sua realização dizendo que se tratava de um encontro de “mulheres que querem lutar, não sermos contra os homens” (MMAa, 1984),

pois essa era uma visão bastante comum entre os “companheiros”. Ainda na IV Assembleia do MMA em 1990, as militantes colocam enquanto principais “problemas políticos de relacionamento” (MMAa, 1990) o fato de companheiros de outros movimentos lutarem pelo fim da discriminação e pela libertação da mulher, mas acharem que não é necessário um movimento específico de mulheres.

No entanto, é possível perceber que as mulheres queriam lutar pela transformação da realidade que elas e suas famílias vivenciavam, mas por se sentirem pouco ouvidas e com ideias não reconhecidas, passaram a construir um movimento específico de mulheres como forma de ter maior aproximação com a política. Nesse sentido, se percebe que as ações de mobilização inicial influenciadas pela Igreja, ao propor espaços em que as mulheres conversem entre si, troquem experiências e identifiquem o que há de comum entre elas, se sentindo à vontade para tanto e que elas se sintam ouvidas umas pelas outras, tomou forma de uma estratégia de aproximação das mulheres com a política, a qual acabou incentivando a criação de um movimento de mulheres. Ou seja, as experiências políticas no início da organização das mulheres ajudaram a construir a ideia de que um espaço específico era legítimo e necessário.

Cabe aqui retomar a definição de gênero elaborada pela autora Joan Scott (1990), ao definir que, além de ser um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primeira de significar as relações de poder. Quando as mulheres passam a fazer parte da estrutura sindical politicamente, mas não se sentem à vontade para expressar suas opiniões, por exemplo, é uma questão de relações sociais como parte do sentido do poder. Mais do que uma diferença percebida entre os sexos, essas situações denotam construções simbólicas, sobre as quais se sustenta uma visão de que o espaço da atuação política é um espaço masculino. Ou seja, a própria noção de político, em referência às instituições e organizações sociais, remete a representações de poder.

As questões de gênero tanto estavam presentes nos discursos dessas mulheres que permitiram o entendimento de que a criação de um movimento específico de mulheres era também uma forma de romper e transformar o que impedia a mulher de ter maior aproximação com a política. Isso porque o movimento sendo específico de mulheres e contando só com a participação delas se tornava um lugar privilegiado para as discussões de gênero e para a troca de experiências entre as mulheres, o que fazia com que elas reconhecessem a dimensão de poder que estava por trás das relações de gênero e que dificultava sua atuação política.

Para a mulher agricultora, que ao longo de sua socialização teve pouca ou nenhuma oportunidade de se manifestar em público, de expor sua opinião sobre questões que dizem respeito à organização da sociedade e das próprias relações sociais entre homens e mulheres, é normal que sintam certo desconforto ou que não se sintam à vontade para tanto. Em estudo feito por Paulilo (2004) é percebido que no espaço de discussão específico entre mulheres elas podem falar livremente das desigualdades que lhes são mais cotidianas, as que se reproduzem dentro do grupo familiar, sem que isso seja considerado "bobagem", "falta de assunto sério" ou "choradeira geral".

Como nos lembra Bourdieu (2014, p. 56), a violência simbólica da dominação masculina se institui por intermédio da adesão que o dominado "não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe de mais instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que fazem essa relação ser vista como natural". Essa situação se transforma a partir do momento que as mulheres passam a se encontrar e discutir entre elas os elementos em comum pelos quais todas se encontram na situação de subordinação (falta de direitos, não reconhecimento de seu trabalho, sentimento de inferioridade, dificuldades de falar em público) e assim vão transformando a percepção que possuem das relações sociais que fazem parte de suas vidas e motivos pelos quais elas tem dificuldade de atuação política.

Dialogando com as considerações de Bourdieu no livro *Dominação Masculina*, pode-se dizer que a situação de subordinação da mulher remete a questões que não se interrompem com um "simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora" (BOURDIEU, 2014, p. 61), mas sim através das experiências que as mulheres camponesas vão experimentando. As mulheres agricultoras passam também a participar de espaços políticos já existentes, como os sindicatos, onde vivenciam a experiência de ver as relações sociais imbricadas em relações de poder entre homens e mulheres também dentro do campo político.

Conforme demonstrado por Paulilo (2007, p. 405), através de entrevistas e conversas informais com uma importante liderança do MMC/SC, para essa liderança o "ritmo de vida" da mulher agricultora não permitia que ela despertasse interesse sobre as questões sociais e políticas, pois a sua experiência de vida está muito alicerçada na necessidade de "atender a todos (da família) da melhor forma possível".

Cabe salientar que, em documentos do MMA, é entendido como uma das primeiras conquistas da mulher agricultora o *sair de casa* (MMAa, 1990; 1998) e participar da sociedade politicamente, o que representa um processo evidente de des-historicização daquilo que Bourdieu (2014, p. 14) chama de "longo trabalho coletivo de socialização do biológico e

biologização do social que produziu nos corpos e nas mentes aparências biológicas que criam uma construção social naturalizada", onde a elas era destinada a esfera privada e sua representação através das vozes masculinas.

Nota-se que, assim como a partir de encontros entre mulheres para discutir sua condição social elas se organizaram para ocupar os espaços existentes, a partir da experiência do distanciamento com a política dentro desses espaços, elas passam a construir novas ferramentas que permitiram uma maior aproximação. Ou seja: uma das grandes novidades da constituição de um movimento específico de mulheres no período foi que a própria experiência de participação política das mulheres levou à conformação de um espaço institucional onde elas se sentem à vontade para questionar as desigualdades de gênero a partir de suas experiências vividas e para criar condições concretas de romper com desigualdades nos demais espaços e campo político. A outra é que a partir de sua constituição as mulheres passam por experiências específicas que permitiram construir uma compreensão diferenciada "da luta", pois emerge um discurso particular por acreditarem que conflitos de classe e de gênero estão intimamente relacionados.

Ainda, cabe salientar aspectos relacionados ao processo de reconhecimento do MMA no campo político. Foi nos primeiros anos de existência do movimento de mulheres, final da década de 1980, que se intensificou a luta pela seguridade social, devido ao processo Constituinte que estava ocorrendo. Nesse processo, o movimento de mulheres teve uma participação expressiva tanto organizando suas bases localmente, como se engajando na construção da luta previdenciária junto aos demais movimentos sociais e organizações de trabalhadoras rurais de todo o Brasil, ganhando maior visibilidade enquanto sujeitos políticos, por ter sido o movimento que mais se empenhou na luta pela Previdência social em Santa Catarina. Outro fato marcante nesse período foi a candidatura à deputada estadual de uma das lideranças do MMA, Luci Choinacki, que após ser eleita se tornou o principal canal, em SC, de todos os movimentos sociais do campo dentro da estrutura do Estado.

Com isso, durante toda a década de 1980 a principal demanda foi o reconhecimento da profissão de *trabalhadora rural/agricultora*, buscando a garantia de acesso a direitos sociais, fazendo com que a movimentação da sociedade civil nesse período tivesse como principal característica um caráter reivindicatório. Para o MMA, o confronto com o Estado, visto que é a quem as mulheres reivindicam seus direitos, se intensifica nos próximos anos devido às várias tentativas do governo federal, via executivo e legislativo, em derrubar pautas conquistadas pelas mulheres, como é o exemplo do salário-maternidade, o qual entra como direito da mulher trabalhadora rural na nova constituição federal, mas só teve sua

regulamentação em 1994, por forte pressão popular na jornada *Gritos da Terra Brasil* e em audiências reivindicando a regulamentação. Com isso, aumenta o caráter de embate, visto que além da conquista de novos direitos os atores sociais precisam se mobilizar pela garantia dos já conquistados.

Diante desse processo mais amplo, também emerge nas discussões do movimento no final da década de 1980 a existência de dificuldades em ter maior autonomia para dar direção e definir os passos do movimento. Nesses primeiros anos, em muitos municípios, quem definia a orientação no movimento eram a Igreja e o sindicato. Elas avaliam que quem deveria dar a direção eram as próprias agricultoras. A perceber:

> Devemos nos organizar financeiramente para ter autonomia, sem precisar depender do sindicato, igreja, porque dependendo deles financeiramente eles nos dominam, e sempre dirão o que temos ou não que fazer [...] temos autonomia quando caminhamos sozinhas, tomamos as decisões por nós mesmas, sem interferência dos outros (MMAa, 1986).

Os questionamentos sobre a necessidade de maior autonomia do movimento acontecem em paralelo com a formação de articulações regionais entre organizações de mulheres trabalhadoras rurais/agricultoras. A partir desse processo de expansão das ações e de novas relações com movimentos e organizações de outros estados, aos poucos as mulheres buscam seus próprios espaços formativos, buscando reflexões mais analíticas condizentes com as questões que emergem no espaço específico de mulheres.

Nesse processo, as mulheres discutiram a necessidade de um plano de formação que contemple também temas específicos, como afetividade e sexualidade, temas que até então tinham certo receio em discutir. Isso porque se tratam de temas não contemplados nas discussões iniciais propostas por agentes religiosos, visto que a Igreja tem centralidade na unidade família, o que levava a evitar (e também não incentivar) discutir questões que eram consideradas como de *falsa libertação*, pois remetiam a uma libertação sexual (CASAGRANDE, 1991).

Gaiger (1995, p. 120) traz algumas contribuições sobre o processo de engajamento militante dos camponeses e a relação com a Igreja e afirma que nesse processo "inicia uma nova etapa da sua vida, a partir da qual tudo se torna suscetível de questionamento", o que no caso se percebe quando as mulheres começam a aspirar um contato com outras interpretações para além do discurso apreendido através da Igreja sobre a condição da mulher e inclusive a questionar a totalidade deste discurso, o que se percebe na visão de que entre os inimigos das mulheres estava a "ideologia conservadora da família (tradicional)" (MMAa, 1990).

Assim, a expansão para novas referências se deu a partir de questionamentos das mulheres agricultoras sobre discursos até então desconhecidos (ou pouco conhecidos), como é expresso por elas na IV Assembleia Estadual do MMA (MMAa, 1990) quando demonstram a preocupação quanto a existência de conflitos internos de concepção de *feminismo*, a partir do qual decidem aprofundar o entendimento sobre o tema. Assim, começam a construir e ter entre seus objetivos a capacitação de lideranças para mulheres, buscando assessores (as) com acúmulos teóricos em temáticas que lhes interessava.

A busca de autonomia do MMA frente às instituições e organizações que fazem parte de sua gênese é uma necessidade que emerge a partir da experiência de militância das mulheres em diferentes espaços. Parte-se do entendimento de que a organização mista não permite a mesma oportunidade para homens e mulheres exercerem livremente sua vida política, o que consideram ser mais provável através do MMA. Da mesma forma, a partir do espaço específico de mulheres, da socialização militante através da militância no MMA e das novas relações que estabelecem, elas sentem a necessidade de ter maior liberdade para definir e expandir suas interpretações sobre as lutas que elas constroem. Não mais é suficiente a interpretação feita até então.

Considerando os espaços da sociedade civil enquanto espaços que refletem relações de poder e nos quais estão em disputa diferentes projetos políticos (DAGNINO, 2002), percebe-se que a participação das mulheres nesses espaços passou a exigir novas bases interpretativas para elas terem uma ação política qualificada. Essa questão da autonomia se alicerça no entendimento de que o movimento ser autônomo não significa ser independente das demais organizações, mas sim tomar as próprias decisões e traçar o próprio rumo (MMAa, 1990). Uma das principais formas de tornar isso possível foi construindo os próprios espaços formativos sobre questões específicas e gerais, expandindo seus horizontes para novas concepções analíticas para dar conta das particularidades de sua luta enquanto classe trabalhadora e mulheres e para uma intervenção qualificada nos diferentes espaços de atuação efetiva das mulheres.

1.3 EXPANSÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS, MUDANÇAS NO INTERIOR DO MMA E A INFLUÊNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1990

Ainda na segunda metade da década de 1980 foi observada a ocorrência encontros em Santa Catarina organizados pelas lideranças do MMA que visavam a articulação entre

diferentes movimentos de mulheres[10]. Além disso, no ano de 1986 que quatro militantes do MMA participaram do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que ocorreu em Barueri-SP e contou com a participação de 36 mulheres de 16 estados. A partir de considerações feitas por Deere (2004) percebe-se que esse 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras que ocorreu em Barueri/SP foi organizado com a contribuição da CUT e do MST e tendo por objetivo central debater a criação de uma organização nacional de mulheres.

O fato de o encontro ter sido organizado por setores envolvidos diretamente com a CUT e com o MST também é bastante revelador. Isso porque, como observado por Bordalo (2011, p.34), o MST era portador de uma nova concepção de mobilização e organização e com isso, através do processo de engajamento e mobilização que essa concepção envolvia, emergiam aspectos que dotavam de sentido a ação política do MST em oposição ao sistema contaguiano, criando um campo de disputas. Nesse sentido, as conformações que as práticas da articulação das mulheres da região Sul e posterior ANMTR passam a ter, parecem se aproximar mais da concepção de mobilização e organização desenvolvida pelo MST.

No ano de 1988 foi realizado o II Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras também em Barueri/SP, encontro no qual, segundo materiais da ANMTR (ANMTR, 2000) surgiu uma espécie de *coordenação nacional*, por mais que ainda inexistisse uma articulação de abrangência nacional no período. Na V Assembleia Estadual do MMA realizada em 1992 (MMAa, 1992) as militantes reafirmam a posição do MMA/SC de busca de uma articulação entre os estados do sul e demais estados para a realização de ações conjuntas.

A articulação da região Sul, principalmente através da atuação dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, liderou a campanha da luta pelo direito à previdência social em nível nacional, e também criou a campanha *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos* (AIMTR-Sul, 1994), conseguindo 100 mil assinaturas de mulheres do campo, a fim de colocar seus direitos na pauta constitucional. Foi nesse mesmo período que as mulheres lutaram para que a licença-maternidade já aprovada fosse enfim regulamentada (AIMTR-Sul, 1994). Sobre isso, Deere (2004) afirma que uma das estratégias da AIMTR-Sul foi estabelecer um escritório em Brasília para pressionar pela regulamentação. Com essa afirmação e pela abrangência das campanhas tocadas pela articulação Sul, é possível perceber que mesmo se

[10] Em 1985, as lideranças do MMA organizaram juntamente com mulheres do Rio Grande do Sul, um encontro regional onde foi eleita a primeira comissão regional de mulheres do MMA, o que certamente influenciou na formação do MMTR-RS em 1989. Em 1986, ocorreu o I Encontro Interestadual de mulheres agricultoras em Chapecó-SC, onde se firmou a articulação entre os estados de SC, RS, PR, SP e Mato Grosso do Sul, estando entre os objetivos dessa aproximação entre os estados "articular a luta (das mulheres) a nível nacional" (MMAa, 1986).

tratando de uma articulação regional, por vezes acabava por assumir um caráter de representante "nacional" das trabalhadoras rurais do país.

Em encontro a tal afirmação, percebe-se que em 1994 foi muito forte a atuação da Articulação Sul na construção de debates sobre a "necessidade" de ser realizado um encontro nacional que oportunizasse, às diferentes organizações de mulheres que existiam no Brasil, um momento de aprofundamento de temas comuns e possibilidades de articulação mais efetiva entre si. É com esse propósito que a AIMTR-Sul se dispôs e também viabilizou em 1995 todo um processo preparatório para a realização de um encontro nacional com esse caráter, o qual culminou na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) no ano de 1995.

Segundo Deere (2004), ocorreu nesse momento a construção de uma organização nacional vagamente "estruturada", a qual continha entre suas primeiras ações a nacionalização da Campanha *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos* construída inicialmente pela AIMTR-Sul, sobretudo pelo MMA/SC e MMTR-RS. Ao encontro dessa afirmação se coloca a contribuição de Bordalo (2011) de que a criação da ANMTR representou a convergência de movimentos ligados a AIMTR-Sul[11], ao passo que os demais movimentos apenas adotaram a posição de construir em conjunto as lutas que são unificadoras, dentre elas a campanha em questão. Sobre a construção da ANMTR Bordalo (2011) evidencia:

> Este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros. Quando nos debruçamos sobre os Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram de forma visível. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido a de constituir um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas as avaliações dos movimentos presentes apontam para uma clara divisão. Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. (BORDALO, 2011, p. 62).

As observações da autora vão ao encontro do entendimento construído até então que diz respeito à existência de concepções das mulheres do Sul que prevalecem sobre o conjunto de organizações e que encontra na criação da ANMTR um espaço privilegiado para "nacionalizá-las". Com isso é possível reconhecer a existência de um campo de disputa pela representação das trabalhadoras rurais que demonstra existir importantes diferenças, ao encontro do observado sobre a criação do MMA ter relação com a emergência do novo

[11] Segundo consta em diversos materiais o AIMTR-Sul deixou de existir a partir da criação da ANMTR.

sindicalismo. Isso porque a forma de conceber a política, de fazer mobilizações das mulheres do Sul não tem relação com às de militantes do sistema da CONTAG, mas sim se aproxima de organizações como CUT e MST. Além do mais, há diferenças, já observadas por Paulilo (2004; 2009), no que diz respeito a importância que diferentes organizações (MMA, MST, sindicatos) estabelecem para a articulação entre classe e gênero, o que também é percebido entre as próprias organizações de mulheres (BORDALO, 2011).

Frente a isso, se pode perceber que a emergência da ANMTR representa a prevalência de uma forma de conceber a ação política e a própria importância atribuída à relação "classe e gênero", concepções atreladas às socializações e experiências particulares vivenciadas pelas lideranças do MMA. Não é difícil perceber que no processo de criação da ANMTR se sobrepuseram as condutas e práticas políticas de lideranças dos movimentos de mulheres do Sul, via AIMTR-Sul, perceptível até mesmo no fato de que tanto a coordenação como a secretaria da ANMTR estavam localizadas na região Sul.

Outro processo que ganha destaque e trata-se de uma chave explicativa para se entender as alterações políticas pelas quais o MMA passou ao longo da década de 1900 diz respeito às mudanças políticas e econômicas que ocorreram nesse período no Estado Brasileiro. Sallum Jr. (2003) chama atenção para dois processos que alteraram o Estado e as suas relações com a ordem social e ordem econômica: a democratização política e a liberalização econômica. Esses processos fazem parte de uma transição política de uma forma autocrática e desenvolvimentista de Estado que a partir da década de 1970 entra em crise.

Notoriamente, os processos apontados anteriormente, referentes à mobilização dos camponeses na década de 1980, se alinham ao primeiro processo desencadeado com a crise: a democratização política do país, que possibilitou a emergência de organizações políticas das classes populares que se tornaram politicamente mais autônomas e com posicionamentos de caráter reivindicatório frente ao governo. No processo de transição, a liberalização econômica ganha destaque durante a década de 1990, através do ideário econômico liberal e forte redução da participação do Estado na economia.

A partir do primeiro governo FHC (1994) foi implantada a perspectiva neoliberal com novas formas de regulamentar o mercado, principalmente com a abertura ao setor privado e articulação com a economia mundial. Ao mesmo tempo, as lutas dos setores populares no período de democratização política e suas participações em diversos processos, como na Constituinte de 1988, contribuíram para consagrar o princípio de participação da sociedade civil.

Nesse sentido, Dagnino (2004) aponta para o que chama de *confluência perversa*[12] entre um projeto político democratizante, participativo e um projeto neoliberal. Desta maneira, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira vivenciava um momento de alargamento da democracia, aumento da participação popular nas definições que orientam a ação do Estado, por outro lado com a emergência de um programa de governo alicerçado numa visão política onde o Estado passa a se retirar da responsabilidade de garantir direitos sociais. No entanto, a própria autora alerta que essa confluência se dá principalmente pela utilização de termos semelhantes por ambos os projetos, mas com sentidos diferentes, como é o caso das expressões *participação*, *cidadania* e *sociedade civil*. Dado seu caráter, a disputa política entre os projetos distintos assumiu a forma de uma disputa de significados para essas referências em comum.

Dagnino (2004) demonstra que a partir da atuação dos movimentos sociais nas últimas décadas se construiu uma concepção de cidadania, denominada *nova cidadania*, enquanto redefinição da noção de direitos, cujo ponto de partida é a ideia do "direito a ter direitos", a qual foge da concepção tradicional de cidadania enquanto "maior integração social de setores excluídos" e assume o caráter de constituição de sujeitos políticos ativos que definem o que consideram ser seus direitos e que lutam para seu reconhecimento. É frente a esse caráter político da noção, dado seu potencial transformador, que o projeto neoliberal busca fazer enfrentamento.

Para Delgado (2009) nesse período a agricultura brasileira passou por um processo de "especialização" devido a estratégia de ajustamento externo, para produzir para a exportação, de maneira a transformar o agronegócio no principal protagonista e no grande beneficiário do projeto neoliberal no meio rural. Para o autor, tratou-se de um processo de atualização do modelo de modernização da agricultura predominante desde a década de 1970, como forma de legitimá-lo como proposta dominante de desenvolvimento para a agricultura brasileira.

A emergência de diversos movimentos na década de 1980 também trazia críticas diretas às consequências trazidas para a população rural diante das transformações desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura. Toda essa movimentação também foi capaz de introduzir novos temas e demandas como reivindicações dos diferentes atores que surgiram. Dadas as transformações desencadeadas nesse período e as concepções políticas consideradas legítimas pelas lideranças do MMA devido suas trajetórias e socializações, se identifica a passagem do movimento de um caráter inicialmente mais

[12] Perversa = fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar (DAGNINO, 2004).

reivindicatório para outro mais propositivo e conflitivo no final do século XX e início do século XXI, o qual se opera ao lado de movimentos sociais como o MST, que consagrou a bandeira da *reforma agrária* nesse período.

Assim, da mesma forma que entre as organizações de mulheres e no próprio processo de construção de uma articulação nacional existiram dissidências relativas principalmente à forma de "fazer política" decorrentes das diferentes trajetórias das lideranças dos diferentes movimentos, ocorre a aproximação entre movimentos de mulheres com outras organizações mistas, devido a certas concordâncias, entre elas a necessidade que sentiam de construção de um projeto político para toda a classe trabalhadora e em contraposição ao projeto neoliberal em ascensão. Nesse momento o MMA/SC se posiciona em defesa do encaminhamento das "lutas concretas da classe trabalhadora" (MMAa, 1996; 1999; 2002), avaliadas pelo movimento enquanto questões que envolvem "cidadania, terra e trabalho" e que exigem a aliança com outras entidades representativas, a exemplo do MST.

Além disso, outros autores como Daboit (1996) e Boni (2012) percebem que desde o final da década de 1990, muitos movimentos sociais se afastam dos sindicatos, fato também observado por Picolotto (2011) ao evidenciar a criação do Movimento de Pequenos Agricultores-MPA como um processo de dissidência do sindicalismo rural. Para Boni (2012, p. 72), isso deve ao fato de que os movimentos sociais carregam um ideário de luta por mudança social impactante, que toma a forma de socialismo, ao passo que os sindicatos já não esperam mais uma mudança radical.

Na VI Assembleia Estadual do MMA realizada em 1996 merece destaque um dos princípios do movimento: o de formar, incentivar e capacitar as trabalhadoras rurais para participarem efetivamente na construção e direção de um projeto político para toda a classe trabalhadora (MMAa, 1996). É nesse momento em que as lideranças do MMA dão maior ênfase à necessidade de encaminhamento das pautas que consideram como lutas concretas dos trabalhadores e trabalhadoras que se pode perceber uma mudança nas "linhas políticas" do movimento.

Entre os anos de 1996 e 1998, por exemplo, a ANMTR assume enquanto inimigo maior o *projeto neoliberal* e por isso mesmo passa a integrar a construção de um projeto alternativo a este, denominado em seus materiais como *Projeto Popular para o Brasil* que assume uma perspectiva socialista. Na VII Assembleia Estadual do MMA/SC realizada em 1999 foi feito um balanço da atuação do movimento até tal momento, onde as militantes discutem avanços e os novos rumos, "por onde o movimento andou, por onde ele vai andar" (MMAa, 1999). Segundo o balanço realizado, ao longo dos 15 anos de construção do MMA

foi grande a contribuição para a libertação das mulheres e a construção da cidadania, mas que desse momento em diante 90 % dos "trabalhos" dependem dos passos que serão dados a partir desta assembleia.

Ou seja, é perceptível a aproximação do MMA/SC no final da década de 1990 com outros movimentos e que desembocou na construção de um projeto alternativo que toma traços de um projeto de oposição ao projeto neoliberal. O mesmo se percebe ao voltar-se o olhar para o IV Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela ANMTR em 1999 (ANMTR, 1999), com o lema "Unidas contra o neoliberalismo por pão, justiça e igualdade", onde a articulação define linhas de ação para a construção de uma sociedade igualitária através do Projeto Popular para o Brasil, e como forma de combater o projeto neoliberal.

Evidentemente, a construção deste projeto se dá via articulação da ANMTR, principalmente via MMA/SC com outros movimentos como MST, MAB, CNBB, e que pela abrangência das proposições feitas demonstra uma passagem do caráter inicialmente mais reivindicatório do movimento para outro mais propositivo, que assume também uma feição conflitiva. Para Dagnino (2002), a articulação com outros sujeitos ocorre para ampliar os espaços públicos de participação política, bem como para a criação de um novo projeto político participativo, que seja resultado da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e demais atores políticos, não simplesmente um movimento de caráter reivindicatório e por isso requer um reconhecimento da visão da sociedade em seu conjunto e da totalidade dos interesses em jogo.

Caldart (2012) identifica que o MST passa se envolver diretamente nas discussões sobre alternativas de desenvolvimento para o país a partir de 1997 ao integrar o conjunto de iniciativas conhecida como *Consulta Popular*[13], junto com outros movimentos sociais. Nesse espaço se discutia a construção de um "projeto popular de desenvolvimento para o Brasil", evidentemente, o mesmo que o MMA em Santa Catarina e a própria ANMTR assume como contraposição ao modelo econômico que o governo FHC estava implantando no período. Nesse sentido, essa articulação entre movimentos sociais, intelectuais da esquerda, algumas pastorais e sindicatos buscou propor um programa de transformações estruturais, voltando a atenção para o cumprimento de três tarefas consideradas essenciais: "elaborar teórica e politicamente uma alternativa para o Brasil, formar e articular os lutadores do povo e apoiar os movimentos sociais" (Consulta Popular, 2004 apud FOSCHIERA, 2015, p. 222).

[13] Organização política que surge em 1997 (www.consultapopular.org.br).

Uma das ações concretas realizadas e que fazem referência à construção do referido projeto foi a *Marcha Popular pelo Brasil: em defesa o Brasil, da democracia e do trabalho*, ação massiva realizada em 1999, representativa deste processo e do projeto em questão. Iniciada através de um ato público em frente à sede da Petrobrás no Rio de Janeiro tendo como destino final o *Banco Central* em Brasília, "símbolo do entreguismo da economia brasileira e do controle que os norte-americanos fazem sobre nós" (Jornal Sem Terra, 1999, nº194), teve o objetivo de denunciar a realidade do país e a necessidade de mudar a política construindo um projeto alternativo para o Brasil.

A marcha foi construída a partir da marca *Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular*. Na edição de outubro de 1999 do Jornal Sem Terra aponta-se a construção da marcha pela Consulta Popular, através dos movimentos CMP (Central de Movimentos Populares), MST, CNBB (Conferência Nacional dos bispos do Brasil), ANMTR, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens) e sindicalistas. Essa articulação diz respeito principalmente ao caráter que ganha o conjunto de lutas articuladas em torno do projeto proposto pelos movimentos sociais, uma vez que, se mobilizam em torno de questões nacionais consideradas referentes a toda população brasileira, a exemplo do apontado por Caldart (2012) sobre o destaque que ganhou a ideia de que a luta pela reforma agrária é uma luta de todos, bem como que outras lutas do povo brasileiro devem ser lutas do MST.

Nesse contexto, no início do século XXI a ANMTR assumiu um conjunto de lutas, dentre as quais se destacam os acampamentos nacionais para defesa da construção do projeto popular. No entanto, nota-se que estes também foram organizados com o intuito de avançar na articulação nacional das experiências organizativas das trabalhadoras rurais no Brasil, o que acabou culminando no processo de unificação em MMC no Brasil, que será melhor explicitado no próximo tópico. O I Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi realizado em Brasília em 2000, reuniu cerca de 3000 mulheres de todo o país e é um importante exemplo da atuação da ANMTR dentro da construção de um projeto mais amplo para toda a nação.

Em materiais preparatórios do acampamento constam como principais desafios da ANMTR naquele período a continuidade nas bandeiras de luta para ampliar e consolidar a ANMTR e a contribuição da articulação na construção de um Projeto Popular para o Brasil. O I Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais recebeu o lema *Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil*, enfatizava o potencial da mulher para a construção de uma nova nação e tinha entre seus principais objetivos a construção de um projeto a partir

do debate *Brasil que temos e Brasil que queremos* a partir da leitura dos movimentos de mulheres.

Em cartilhas formativas da ANMTR (ANMTR, 1999; 2001) é possível perceber um maior incentivo por parte da articulação para que as militantes e principalmente dirigentes, se desafiassem a fazer a leitura da realidade e estudar para então escrever e comunicar as ideias das mulheres (ANMTR, 2001, p. 24). Ademais, é enfatizada a importância do estudo para que as mulheres estivessem cada vez mais capacitadas a assumir tarefas para fora de suas próprias entidades, na construção de soluções conjuntas com demais organizações do campo para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras na construção de uma sociedade mais igualitária.

Paralelo à realização da Marcha Popular pelo Brasil anteriormente citada, aconteceu em Brasília o *I Grito Latinoamericano dos Excluídos/as: por Trabalho, Justiça e Vida* que teve por objetivo denunciar o modelo neoliberal, ocorrendo simultaneamente em 14 países da América Latina e nos Estados Unidos e Espanha. Esses apontamentos também vão ao encontro de um momento político de avanço das articulações populares de camponeses em nível mundial através da Via Campesina[14]. Sobre isso, representantes do MMA/SC através da ANMTR participaram em 1997 da II Conferência da *Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo- CLOC*, organização de base regional da América do Sul, onde ocorreu a I Conferência Latino-Americana de Mulheres do Campo. Para Foschiera (2015), essa articulação tratou-se de uma leitura feita por alguns movimentos sobre uma necessária adequação de suas práticas à nova dinâmica mundial, entendida como uma nova onda de expansão do capital na forma imperialista, mas que assume a forma neoliberal.

Destaca-se a importância da realização da VII Assembleia Estadual do MMA em 1999, bem como IV Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizado pela ANMTR no mesmo ano. Na Assembleia Estadual do MMA é perceptível o quanto esse momento significou a definição de novos caminhos, "por onde o movimento vai andar" (MMAa, 1999), para a articulação local e nacional das mulheres agricultoras, com base nos diversos avanços realizados e diante das mudanças políticas e econômicas do período. No IV Encontro Nacional, que contou com a presença de mulheres da Comissão ConeSul da CLOC, as militantes reafirmaram a luta contra o neoliberalismo e a necessidade de manter articulação nacional e internacionalmente entre as organizações de mulheres do campo.

[14] A Via Campesina é um movimento internacional criado em 1993 na Bélgica que hoje compreende 164 organizações locais e nacionais de 73 países da África, Ásia, Europa e América. Além disso, agrupa milhares de camponeses e camponesas na defesa de uma agricultura sustentável em pequena escala, como modo de promover a justiça social e a dignidade, se opondo firmemente ao agronegócio e as multinacionais (VIA CAMPESINA, 2016).

Observou-se que da mesma forma com quem a AIMTR-Sul foi o principal incentivadora da criação da ANMTR me 1995, os movimentos de mulheres do Sul se empenharam assiduamente para que a construção de um movimento de mulheres em nível nacional fosse possível. Notoriamente, o processo de "unificação" que culminou no MMC-Brasil só foi possível diante de experiências e articulações políticas para tanto, sobretudo quando falamos da tentativa dos movimentos do Sul de reunir as diferentes iniciativas do Brasil e de também realinhá-las às questões políticas articuladas internacionalmente.

1.4 OS ESFORÇOS PARA A TRANSIÇÃO DE MMA/SC PARA MMC/SC: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO ALTERNATIVO DE AGRICULTURA E DA IDENTIDADE CAMPONESA E A CONSOLIDAÇÃO DO MMC/BRASIL

Durante esse período que vai do final do século XX e início do XXI, as consequências do ideário do liberalismo econômico para a agricultura brasileira podem ser entendidas a partir de estudos como os de Delgado (2009). Ao analisar este processo, destaca que uma das principais medidas dessa política econômica que influenciou negativamente o setor agropecuário diz respeito à liberalização comercial e o desmonte dos instrumentos de intervenção do Estado, além da liquidação da política governamental de estoques públicos de alimentos em 85 % em 5 anos o que, aliado a queda considerável das tarifas de importância de produtos alimentares, transformou o Brasil em um grande importador de alimentos. Em outro estudo, Delgado (2005) também evidencia a ocorrência de um "relançamento" do agronegócio no Brasil a partir de 1999.

Nesse contexto de emergência e fortalecimento da visão do agronegócio enquanto "representante legítimo" da agricultura brasileira não demorou para surgirem tecnologias tidas como "soluções" para os problemas vivenciados na agricultura. Conforme exposto por Picolotto (2011) a soja transgênica e demais produtos apareciam como forma de empresas, que dominavam a produção de insumos e a compra dos produtos agrícolas, terem maior domínio sobre os agricultores. Diante de tais fatos, a implementação das políticas neoliberais abriu espaço para um maior ajustamento externo, o que aprofundou a especialização da agricultura brasileira e beneficiou e fortaleceu o setor do agronegócio, gerando maior produção para a exportação e dependência por parte dos agricultores na compra de sementes, insumos e agrotóxicos.

Nas mobilizações da entrada no século XXI fica bastante evidente o caráter conflitivo e antagonista da construção de um projeto alternativo como embate direto ao agronegócio, por

este ter sido assumido pelo governo federal enquanto modelo "ideal" para a agricultura, gerando benefícios para grandes produtores e empresas estrangeiras. Pela fala de uma das militantes do MST e da ANMTR, em mobilização de 8 de março de 2001 realizada pela ANMTR através de acampamentos em diversas capitais e comissão de negociação em Brasília, é possível verificar elementos desse antagonismo entre o projeto dos movimentos sociais e o agronegócio:

> É incontestável que a Reforma Agrária e a pequena agricultura dentro de um projeto popular é um dos pilares. Quem tem a responsabilidade de produzir alimentos somos nós, pequenos agricultores, não os grandes. Um povo que é dependente da comida é um povo escravo. Temos que defender um Projeto Popular para o Brasil que defenda o resgate da auto-sustentação, da soberania e da independência. Isso aumenta ainda mais a nossa responsabilidade [mulheres] em participar da construção e conquista deste projeto. (Jornal Sem Terra, nº 209, 2001, p. 3).

O debate de modelo de agricultura é um dos debates que ganha maior centralidade no final da década de 1990, principalmente a partir da aproximação da ANMTR com a Via Campesina e ganha contornos específicos dentro do movimento de mulheres. Na própria Via Campesina, a articulação em torno das questões de gênero iniciou a partir da II Conferência Internacional da Via Campesina realizada em Tlaxcala no México. Nesse momento foi formado um comitê especial para trabalhar com as mulheres na Via Campesina e após quatro meses da II Conferência ocorreu a primeira reunião da *Comissão de Mulheres da Via Campesina*, como ficou conhecido o comitê (DESMARAIS, 2013). Para Desmarais (2013), foi na primeira reunião da recém-criada Comissão de Mulheres da VC, em 1996 em El Salvador, que se iniciaram alguns debates específicos relacionado a discussão de um novo modelo de agricultura com a contribuição da mulher para tal, o que culminou no encaminhamento de um documento com reflexões feitas por mulheres da Via em relação às necessidades da mulher do campo e a questão da segurança alimentar.

Desmarais (2013) demonstra que a partir dessas definições são centrados esforços por parte da Comissão para iniciar trabalhos na América Latina através de uma série de oficinas e intercâmbios entre mulheres, com o intuito de aumentar a participação e representação das mulheres latino-americanas nas atividades da Via Campesina. Uma das estratégias mais bem sucedidas nesse trabalho de envolvimento das mulheres latino-americanas dentro da VC foi a realização da I Assembleia Latino-Americana das Mulheres Rurais dias antes do 2º Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo promovido pela CLOC, realizado em novembro de 1997 em Brasília.

Conforme exposto por Desmarais (2013), a realização da assembleia próxima ao Congresso da CLOC permitiu que a participação das mulheres no congresso fosse expressiva, gerando significativo impacto das análises de gênero nos encaminhamentos do congresso. Diante disso, é possível afirmar que, para a América do Sul, esse momento representou um importante avanço para a consolidação da organização das mulheres do campo em nível internacional, bem como gerou uma articulação entre as ações e estratégias locais dos movimentos de mulheres com as orientações da VC. Observa-se que, a partir da realização da I Assembleia Latino-Americana das Mulheres Rurais, as militantes da ANMTR passam a aprofundar alguns debates, como a própria questão do modelo de agricultura.

Outro marco nesse processo deve-se a 1ª Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina realizada em 2000. Essa assembleia foi essencial para garantir a aprovação do *Documento Sobre a Posição de Gênero da Via Campesina*[15] na 3º Conferência Internacional da Via Campesina. Segundo o documento:

> As mulheres experimentam o impacto destas alterações [da agenda neoliberal] de maneiras diferentes do que os homens por causa de sua história, papéis e relacionamentos. Por isso, é apropriado e necessário articular uma análise de género, a fim de moldar soluções inclusivas, justas e viáveis a longo prazo [...] Como aqueles que produzem alimentos e cuidam da terra, camponeses e mulheres são duplamente desfavorecidos pelas politicas e mudanças sociais com base nesses valores neoliberais [...] essas alterações negativas, juntamente com uma história de subjugação e invisibilidade, muitas vezes minam a autoestima e confiança das lideranças mulheres camponesas (VIA CAMPESINA, 2000)

Diante dessas inferências a VC assumia uma série de compromissos, calcados no entendimento do quão fundamental são as mulheres do campo para construir um novo modelo de agricultura, pois "produzem grande parte do alimento que nutre as famílias" e são "atual e historicamente responsáveis por protegerem e fortalecerem a biodiversidade" (VIA CAMPESINA, 2000). Nesse processo, na II Assembleia Latino-Americana de Mulheres do Campo (2001) as mulheres se declaram enquanto guardadoras ancestrais das sementes que consideram ser patrimônio de toda a humanidade e rechaçam o patenteamento das sementes e o uso de transgênicos.

[15] Disponível em: https://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/3-bangalore-2000-mainmenu-55/37-gender

No Brasil no ano de 2001 diversos movimentos sociais, incluindo a ANMTR, protestaram em defesa da EMBRAPA[16], pelo fortalecimento da pesquisa nacional na agricultura e como forma de denunciar a entrega do patrimônio genético da semente de soja do Brasil à multinacional Monsanto. Outra ação que ganhou visibilidade foi realizada durante II Acampamento Estadual de Mulheres da Via Campesina no Rio Grande do Sul no ano de 2002, momento em que mulheres da ANMTR e MST realizaram uma manifestação contra os alimentos transgênicos no Supermercado Zaffari.

No ano de 2002 também foi realizado o III Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais com o lema *Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade*, onde aparecem fortemente discussões relacionadas aos transgênicos, a defesa das sementes enquanto patrimônio da humanidade e sobre a necessidade de um projeto que contemple um modelo de agricultura alternativo, principalmente em defesa da soberania alimentar nacional. Nota-se que para as mulheres a discussão sobre a necessidade de um projeto alternativo para o Brasil começa a ter imbricação com uma discussão sobre modelo de agricultura, na busca da valorização do trabalho e conhecimento das mulheres para a construção de um projeto inclusivo. Desta forma, buscaram redesenhar um projeto político onde a construção de um novo modelo de agricultura se tornou parte constitutiva.

Foi percebido que dentro da ANMTR, o MMA/SC teve papel central no debate acerca da contribuição das mulheres do campo para a construção de um novo Brasil calcado em outro modelo de agricultura. Mesmo que tenha se tornado um debate com proporções nacionais a partir dos acampamentos nacionais realizados pela ANMTR e a partir da unificação no MMC, no MMA/SC já era debatida a importância de modelo de agricultura alternativo desde a metade da década de 1990 (MMAa, 1996).

Quando as militantes do MMA/SC realizaram sua VIII Assembleia Estadual em 2001 com o tema *O MMA/SC e o modelo de agricultura que queremos* elas tiveram como objetivo central debater, aprofundar e definir estratégias para a construção de um modelo de agricultura. Diante disso, o modelo de agricultura a ser construído buscava encontrar respaldo nas experiências concretas da realidade das mulheres e do movimento nesse estado. Parte do tempo da Assembleia foi destinado para a apresentação de experiências construídas pelas militantes do MMA e que serviriam de base para a construção de um novo modelo pela ótica das militantes (MMAa, 2001):

[16] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

> Aqui nós mulheres destacamos um novo modelo de agricultura a partir de suas experiências, onde possamos viver bem, sentirmo-nos valorizadas e sermos felizes. Enfim termos orgulho de sermos agricultora, viver na roça e produzir alimentos [...] queremos um modelo de agricultura sustentável, agro ecológico, equilibrado, diversificado, onde a produção é voltada para a auto sustentação familiar. Capaz de garantir a permanência dos agricultores e agricultoras no campo [...] além do esforço de resgatar e recuperar os alimentos e remédios medicinais, sabedoria e experiência herdada das nossas avós. Nessa perspectiva asseguramos uma alimentação saudável e natural [...] esse novo modelo exige novas relações entre as pessoas, a terra, as sementes, as plantas, a água, os meios de produção. [...] Com alegria podemos apresentar várias experiências que nós mulheres viemos construindo, como horta e pomar agroecológico, doces, sucos, conservas naturais. [...] são experiências realizadas individuais, familiares ou coletivas. Entretanto, nós do MMA/SC sabemos que um novo modelo agrícola pressupõe o fim deste modelo de sociedade neoliberal.(“Agricultura que as mulheres precisam”, VIII Assembleia Estadual do MMA/SC - 2001).

Notoriamente, o objetivo da assembleia se relacionava com a construção de um novo modelo de agricultura a partir das experiências das mulheres e do MMA/SC também como forma de explicitar que mesmo diante de um modelo que expropria os agricultores de seus conhecimentos, as mulheres resistem e tem alternativas para apresentar ao conjunto da classe trabalhadora. Também é apontado que, além das práticas, a mudança exige que as militantes aprofundassem seus estudos em relação às discussões que ocorrem sobre modelos de agricultura, sejam elas sobre vertentes sustentáveis ou sobre o agronegócio. No plano de ação desenhado para o próximo período, a centralidade é dada à “agricultura que as mulheres precisam”.

As militantes também fizeram uma discussão sobre “ser dirigente” e os espaços de atuação que cabem a quem assume essa tarefa. Nesse sentido, aparecem como espaços de atuação e formação tão fundamentais como qualquer outro interno do MMA/SC, a participação das dirigentes do MMA/SC nas seguintes instâncias/organizações: AIMTR-Sul, ANMTR, Consulta Popular, CLOC e Via Campesina. Nota-se que esse é um momento em que já se centram esforços para trilhar os caminhos que levariam a ANMTR a se transformar em MMC do Brasil e que certas discussões, como o “ser dirigente” e as instâncias de atuação também dizem respeito a esforços para ter condições concretas das militantes assumirem a frente desse processo tão amplo que representa a unificação.

Esse tipo de observação também pode ser vista em Boni (2012) que evidenciou que no processo de consolidação do MMC os dois movimentos do Sul (MMTR/RS e MMA/SC) se destacaram na organização do movimento em nível nacional. Esse destaque não diz respeito apenas a uma maior atuação nesses dois estados, mas principalmente sobre hegemonia e

concentração de poder no processo de unificação por parte desses dois estados. Nesse contexto, a própria discussão de modelo de agricultura parece assumir contornos semelhantes.

Nesse sentido, retoma-se o fato de que a busca por construir um modelo de agricultura a partir da realidade de mulheres e do MMA/SC antecedeu o processo de unificação das diversas organizações autônomas de mulheres do campo, e contou com diversas discussões nos grupos de base em municípios e regionais do MMA/SC. Todos esses esforços se tornaram fatores constitutivos do processo que levou à consolidação do MMC. Da mesma forma, em 2003 ocorreu um Curso Nacional que contou com a presença de 50 mulheres de movimentos autônomos de 14 estados[17], onde se decidiu que o movimento de mulheres de caráter nacional que viria a se consolidar no ano seguinte se denominaria *Movimento de Mulheres Camponesas*.

O MMC/Brasil foi criado oficialmente em 2004, momento em que a ANMTR deixou de existir. Diante do processo de nacionalização representado pela criação do MMC/Brasil, as antigas categorias *trabalhadora rural* e *agricultora*, além de tantas outras definições regionais, foram substituídas pela designação *camponesa*, o que representa uma das mudanças mais significativas a partir da consolidação do MMC/Brasil e que envolvem intensas discussões e significados.

No ano de 2004, em Santa Catarina, foram inúmeros os esforços por parte das militantes do MMA/SC para discutir em todas as instâncias o processo de consolidação do MMC. A 9ª Assembleia Estadual, por exemplo, teve como um dos principais objetivos a capacitação de dirigentes para assumir o "comando" do recém-criado MMC e a definição de estratégias do MMA/SC a partir das deliberações do MMC do Brasil no ato de sua fundação. Além disso, centrou-se esforços em discussões sobre a mudança da definição de *trabalhadoras rurais/agricultoras* para *camponesas* através do estudo de textos sobre campesinato. O sentido atribuído à troca de designação é encontrado no site do MMC do Brasil:

> *Mulher camponesa* é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (Fragmentos retirado da história do MMC-Brasil relatada em seu site).

[17] http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44

Observa-se que há um entendimento no movimento de que a designação *camponesa* é mais abrangente que os demais termos costumeiramente utilizados até então. Além do mais, o termo estaria representando um conjunto de mulheres que vivem no espaço rural e que possuem diferentes experiências e relações com esse espaço. As entrevistas realizadas também trazem elementos para entender o uso da designação:

> A gente sentiu que estes termos não abarcariam a diversidade do que é as mulheres do campo, da água, das florestas, que tem no Brasil inteiro que são parte do MMC, que são as mulheres pescadoras, que são as mulheres ribeirinhas, que são mulheres negras, que são mulheres indígenas, que são mulheres quebradeiras de coco, que são mulheres pequenas agriculturas aqui, principalmente na região sul [...] a gente entendeu que o termo camponesa, camponesa seria esse termo que conseguiria abarcar toda essa diversidade da vida do campo, da identidade do campo né. (Entrevista Jovem Dirigente 4 - 29/08/15).

É percebido que a principal justificativa no discurso das militantes para a passagem à nova designação se relaciona à tentativa de abranger um maior público e incluir em sua base toda a diversidade de mulheres presentes no espaço rural brasileiro. Para Boni (2012), apesar de uma das principais justificativas do movimento sobre a mudança estar na afirmação de que o termo é mais abrangente, também se trata de uma estratégia do movimento para abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento, de maneira semelhante ao que foi feito pela Via Campesina para justificar a pluralidade de movimentos que a compõem.

No discurso das militantes entrevistadas é eminente que o uso da designação *camponesa* diz respeito a uma tentativa de estar representando toda a diversidade presente no espaço rural brasileiro. No entanto, levando em conta o caso particular de SC, parece existir uma dificuldade em estar englobando toda essa diversidade no interior do movimento, pois há uma predominância nesse estado de seu público mais tradicional (mulheres de famílias de descendência europeia). Diante disso, a construção da identidade pode dizer respeito também à busca pelo reconhecimento de representação legítima do conjunto de mulheres rurais do país, visto que o movimento compõe um campo de disputas pela representação dos trabalhadores rurais.

Além disso, no período de discussão sobre a troca de nome do movimento, no estado de Santa Catarina as militantes revisaram as diversas teorias existentes sobre campesinato, para entender o universo de concepções que existem. Para elas, o sentido de campesinato perpassa as definições criadas no século XIX sobre tal, principalmente aquelas que pretendem anunciar o seu fim, a sua recriação ou sua metamorfose em *agricultura familiar* (MMAa,

2002). Diante disso, é notório que para as militantes o conceito de *agricultura familiar* leva à perda da história de resistência do campesinato no Brasil e carrega um caráter de conformismo. Em contraposição, *camponês* denotaria um sentido de continuidade, de resistência:

> Somos mulheres camponesas filhas dessa terra brasileira, que há 500 anos vem sendo regada com suor, sangue e muito trabalho de tantas gerações de mulheres e homens de diferentes etnias. Mesmo com todas as lutas de resistência dos povos indígenas, negros e brancos pobres, nosso país continua sendo um território para extração de riquezas que alimentam os lucros de grandes grupos capitalistas. (Manifesto das Mulheres Camponesas da VC lido em Conferência da FAO realizada em 8 de março de 2006 em Porto Alegre-RS).

Observa-se assim que uma das principais motivações da utilização do termo pelo movimento se deve ao caráter de resistência que o termo *camponesa* carrega, permitindo que se mantenha uma ligação das lutas atuais com a história de resistência do campesinato no Brasil, similar ao observado por Martins (1995) ao evidenciar que o uso do termo carregava um sentido político, ou seja, era para marcar a contraposição aos grandes proprietários e a aliança entre as classes populares.

Esse caráter de resistência foi evidenciado por Martins (1995) ao designar que, em outros tempos, foi o crescimento das lutas camponesas e a entrada da situação do campesinato no debate político nacional que levou a uma progressiva inutilidade de diversos termos pejorativos que eram utilizados para designar diferentes camponeses no Brasil[18]. Assim, o autor considera que o uso da palavra *camponês* passa a designar não só um novo nome, mas, sobretudo um lugar social na estrutura da sociedade. Assim, os termos camponês e latifundiário, a partir desse momento, ganham um caráter político para expressar a unidade das respectivas situações de classe e também unidade às lutas camponesas.

Além disso, Martins (1995) faz menção a Guerra do Contestado que aconteceu nos estados de Santa Catarina e Paraná no período de 1912-1916, como a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil, a qual foi uma guerra camponesa, envolveu 20 mil rebeldes e metade do Exército brasileiro da época. Frequentemente, as mulheres do MMC/SC lembram desse fato histórico e fazem referência à Maria Rosa, jovem de 15 anos que assumiu a liderança e condução do processo de organização e guerra após morte do líder monge José Maria (MMC, 2009). Maria Rosa se tornou um símbolo da participação feminina nas lutas

[18] Caipira para regiões de SP, MG, GO, PR e MS; Caiçara para o litoral Paulista; Tabaréu no Nordeste e Caboclo em diversas outras partes do país.

camponesas e do ser *camponesa* em uma sociedade dividida em classes, dando nome ao Centro de Formação do MMC/SC localizado na cidade de Chapecó-SC.

Além desses aspectos, é importante mencionar as conformações da relação com a Via Campesina a partir da nacionalização. Sobre essa relação, no mesmo ano de consolidação do MMC (2004), ocorreu a IV Conferência da Via Campesina no Brasil, momento no qual o MMC passa a compor a VC[19]. Para os movimentos da Via Campesina, a identidade *camponesa* também carrega uma conotação política, uma perspectiva onde as mulheres do campo são sujeitas ativas, tanto na agricultura, como também politicamente, pois são elas que contribuem para construir um modelo de agricultura que faz enfrentamento ao projeto neoliberal.

Ao refletir sobre os significados da Via Campesina, Desmarais (2013) observa que uma importante estratégia adotada pelo movimento corresponde justamente a construção de uma identidade camponesa coletiva como resposta à expansão do modelo de agricultura corporativo e neoliberal e que permitiu que os movimentos sociais que compartilham dessa leitura pudessem construir alternativas às forças da globalização. Diante disso, na realidade em questão pode-se falar em *camponês* enquanto sujeito político que procura fazer enfrentamento também através da construção de um modelo alternativo de agricultura, que é considerado legítimo.

Assim, nota-se que o uso de *camponesas* não está desconecto do debate que ganha maior força a partir de 2004 sobre modelo alternativo de agricultura e se relaciona a discussões mais amplas realizadas no país, sobretudo as realizadas pelos movimentos sociais que se alinham internacionalmente através da Via Campesina. Isso demonstra que a aproximação de lideranças do movimento de mulheres camponesas no Brasil com outros movimentos do campo de caráter mais conflitivo e a articulação em redes na atualidade, diz respeito a forma de se fazer enfrentamento ao projeto neoliberal.

Contribuições de Wanderley (2003) também demonstram que na atualidade a definição de campesinato no Brasil assumiu uma dimensão diretamente político-ideológica, visto que engloba a construção de novas facetas de uma identidade social que representa uma posição crítica ao modelo dominante de agricultura. Essa perspectiva pode ser notada nas entrevistadas a seguir:

[19] Só não se pode esquecer que a ANMTR se aproximou da VC ainda no final da década de 1990 quando militantes do MMA/SC participaram da I Assembleia Latina-Americana de Mulheres Rurais. De maneira semelhante, é possível perceber os efeitos dessa aproximação nas linhas políticas adotadas pela ANMTR e MMA/SC a partir de tal contato.

> Para você identificar um pouco como camponês, é esse povo que observa semente, que observa o clima, que tem concepção de que ele por mais que ele tá plantando aquela semente, que ele quer saber de onde que ela vem [...] é tá preocupado com o preço do mercado, de quais as correlações de forças que vão gerar o preço do produto. (Entrevista Jovem Dirigente 1 – 29/08/15).

*

> Ser camponesa que vai pra além da questão só produtiva para vender, mas que toda essa identidade de apego a terra, da produção, dos alimentos saudáveis, das sementes crioulas, dos conhecimentos, do uso das plantas medicinais, então tudo, essa identidade, essa identidade comunitária que existia [...] então toda essa identidade ela é uma identidade camponesa então por isso a gente se entende como camponesa. (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/15).

Observa-se que, além da utilização dessa designação envolver a busca pela unidade no plano político, da representação legítima do conjunto de mulheres e do caráter de resistência atrelado à conotação política, o uso dessa designação está associado à busca pela ressignificação do que é ser *camponês* no espaço rural brasileiro, de forma contrária a uma conotação negativa, mas também expandindo seus significados. Diante disso, a expansão dos significados vem aliada à construção de um projeto de agricultura camponesa.

A partir dessas evidências pode-se fazer referência à perspectiva de Shanin (2005, p. 1) que considera que camponês se trata de uma *mistificação*, sem um sentido imediato e estritamente específico, uma vez que, não é possível compreender camponeses sem entender a estrutura societária mais geral e o determinado contexto histórico, "em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo". Para as mulheres organizadas no MMC/SC o processo de ressignificação não se dá apenas no sentido produtivo, mas principalmente no âmbito das relações envolvidas:

> A gente quer mudar essas relações sociais tanto de relações do ser humano com a natureza, quando a gente defende a agricultura camponesa, defende a agroecologia, uma produção sem fazer dano pra o meio ambiente, produzir de maneira harmônica, mas também de novas relações entre os seres humanos, principalmente entre os homens e as mulheres, não é o ser humano dominar a natureza, não é o ser humano dominar a mulher, o homem dominar a mulher, mas relações de igualdade [...] então o camponesa é enfrentar, é essa identidade de relação com o campo, mas claro, com uma relação nova que enfrenta esse patriarcado que enfrenta esse machismo. (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/15).

*

> Nós estamos falando de projeto de agricultura, de projeto de novas relações [...] não só do espaço de produção, mas o espaço de convivência e de construção de novas relações porque, isso significa vida saudável, isso significa uma compreensão bem maior de tudo que tem, de todos os bens que a gente tem, estou dizendo bens no sentido da natureza, das sementes, do cuidado e da reprodução da vida. (Entrevista Dirigente 2 – 29/08/15).

Particularmente, as falas de lideranças do MMC/SC deixam perceptível o uso dessa designação também diz respeito aos novos significados que buscam atribuir para as relações sociais entre homens e mulheres, relações sociais de produção no espaço rural e para a relação com a natureza, no caso das mulheres principalmente com a recuperação de sementes. Nesse processo de construção de alternativas, uma das leituras dos movimentos sociais alinhados à Via e que possuem relação direta com a questão das mulheres na agricultura é o debate sobre soberania alimentar. Nesse sentido, das discussões sobre "que agricultura as mulheres precisam" que ocorreram na 8ª Assembleia Estadual do MMA/SC em 2001 surgiu a ideia de criar o *Programa de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças*, algo bastante significativo para o enfrentamento aos transgênicos, visto que nesse período estava em discussão no Brasil a entrada das sementes transgênicas.

Dado que nesse momento as mulheres do MMC se empenham na construção de um projeto popular para o Brasil, entendem que dentro deste cabe contribuir na construção de um modelo de agricultura camponesa, fazendo isso a partir da construção de experiências concretas das mulheres, como o referido programa. Esse processo permite ter condições de demonstrar como seria a agricultura que elas querem, onde há valorização de sementes crioulas e há soberania alimentar pelas mãos das *camponesas*.

A alternativa oferecida pelo MMC diz respeito exatamente a construção de um modelo de agricultura baseado nas experiências concretas das mulheres que evidenciam o caráter histórico e o valor do trabalho das mulheres para a garantia da soberania alimentar. Para Boni (2012) ocorre uma "resistência camponesa" a partir das práticas das mulheres do MMC, uma vez que, recuperam e produzem as próprias sementes, utilizam técnicas naturais para controle de pragas, questões que demonstram formas de autonomia frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos.

Essa estratégia também permitiu que as atividades desenvolvidas pelas mulheres cotidianamente, como a preocupação com alimentação, manutenção da diversidade, a sua relação com a natureza e a reprodução das sementes, fossem pensadas de uma forma que ressignifica o espaço que lhe é comum sem naturalizá-lo, mas sim atribuindo-lhe importância no processo geral de construção de uma nova sociedade. E nessa ressignificação fica evidente que o uso de insumos químicos e a monocultura, por exemplo, não fazem parte do ideário das *camponesas*, pois dizem respeito ao projeto de agricultura do agronegócio.

1.5 SER CAMPONESA MILITANTE DO MMC/SC: NA LUTA CONJUNTA ONDE FICA A ESPECIFICIDADE?

A aproximação do MMC com outros movimentos sociais gerou influência direta nas suas formulações, leituras e definições estratégicas, principalmente porque os movimentos articulados na VC tem esse caráter conflitivo de enfrentamento ao capitalismo e construção do socialismo. Dessa forma, muitos questionamentos, sobre a especificidade do MMC, dizem respeito justamente ao fato que, para além de ser um movimento onde só mulheres participam, o projeto defendido pelas militantes do MMC abrange causas globais da classe trabalhadora. Mesmo assim, a realidade é que muitas mulheres continuam considerando o MMC/SC como o espaço "ideal" para atuarem politicamente.

Diante dessas observações e após buscar entendimento sobre os caminhos trilhados pelo MMC/SC, julga-se oportuno que a conclusão do presente capítulo envolva uma reflexão sobre o que o MMC representa atualmente no bojo da luta pela transformação radical da sociedade, a partir de algumas questões observadas durante a pesquisa e que dizem respeito a especificidades do MMC frente às organizações mistas. Ou seja, dadas todas as questões que envolveram o seu *fazer-se* até o presente, torna-se importante tratar do que define as ações do movimento nesse momento histórico e como se porta em relação ao seu futuro, considerando as palavras de Thompson "qualquer momento histórico é, ao mesmo tempo, resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro." (Thompson, 1981, p.58). Esse direcionamento final do capítulo ganhou ainda maior fôlego a partir de observações e reflexões realizadas com o trabalho de campo, em que se acompanhou um encontro do MMC/SC realizado em agosto de 2015.

Hoje as militantes do MMC/Brasil consideram que o movimento tem identidade e projeto de agricultura camponesa e feminista. Referências a um caráter feminista no movimento aparecem pela primeira vez na 10ª Assembleia Estadual do MMC/SC realizada em 2007: "O MMC tem como princípios de ser um movimento de luta, novas relações, autônomo, **feminista**, camponês, classista e socialista" (MMCa, 2007). No entanto, entende-se que foi apenas na 11ª Assembleia Estadual do MMC/SC realizada ano de 2010 que as mulheres assumem oficialmente que o movimento tem um caráter feminista, momento em que as discussões foram realizadas com base no tema *identidade camponesa e* ***feminista*** e no lema *mulher camponesa produzindo alimento saudável, construindo libertação* (MMCa, 2010). O resultado das discussões pode ser observado no fragmento de documento referente à assembleia:

> O estudo que realizamos sobre identidade camponesa e feminista veio reafirmar nossa luta pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica, e ao mesmo tempo, a luta feminista como um movimento e uma teoria que nos desafia a ter atitude pessoal e coletiva de da construção da igualdade entre homens e mulheres. (Carta de Xaxim – MMCa, 2010).

O intuito de reafirmar a identidade camponesa e feminista com projeto em construção está atrelado ao sentido que se atribui ao papel da mulher para a soberania alimentar, pois a produção de alimentos é entendida como uma responsabilidade/atividade da mulher a partir de uma ressignificação, pois busca valorizar e atribuir importância a uma atividade comumente feminina, mas que historicamente foi atribuída como extensão do papel enquanto mulher/mãe ou *ajuda*, não enquanto trabalho. Assim, nota-se que a partir do reconhecimento de uma identidade camponesa e também feminista as mulheres reafirmam a necessidade de valorizar e reconhecer o trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas para a soberania alimentar e para a construção de uma nova sociedade. No entanto, é nessa assembleia que ocorre o reconhecimento do feminismo enquanto parte constitutiva do movimento, enquanto teoria e prática, no âmbito das relações sociais entre homens e mulheres. Além disso, novas questões emergem na assembleia seguinte realizada em 2014:

> Para o MMC, ser feminista é lutar pela emancipação da mulher que se concretiza no direito de decidir, no acesso a documentação, fazer carteira de motorista, acesso ao credito, tomar juntas as decisões, coordenar e exercer liderança, participar nos espaços de decisão da sociedade, valorizar e reconhecer seu trabalho, divisão de tarefas, no acesso a saúde, a educação. Ser feminista é assumir a luta por todas as formas de vida. (Carta de Dionísio Cerqueira-SC – MMCa, 2014).

Nota-se que após as militantes reconhecerem o caráter feminista de suas práticas e do movimento, no período seguinte também esboçam considerações sobre o que elas avaliam como ser feminista. Nesse sentido, fica evidente uma perspectiva de valorização da contribuição das mulheres para o exercício de novas relações (sociais e de produção) entre as pessoas e com a natureza. Para Boni (2012), isso representa uma base ecofeminista[20] dentro do MMC, mesmo que não haja reconhecimento por parte das militantes de tal fato. Na presente pesquisa não foi possível aprofundar essa questão, no entanto, entende-se que a aproximação do feminismo do MMC com ideias referentes à relação das mulheres com o

[20] O termo ecofeminismo passou a ser utilizado na década de 1970 e surgiu dos diversos movimentos sociais engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente (BONI, 2012, p. 92).

meio ambiente leva a concordar com os apontamentos da autora e ao entendimento de que, em alguma proporção, há uma aproximação entre o discurso das militantes e *o ecofeminismo*.

Além disso, as inferências presentes na Carta de Dionísio Cerqueira-SC, elaborada a partir da 12ª Assembleia Estadual do MMC/SC (MMCa, 2014), demonstram que as militantes do MMC/SC passam a considerar em marcha a construção de um projeto de agricultura camponesa e também feminista e que, para tanto, necessitam aprofundar seus conhecimentos sobre o *feminismo*, principalmente aumentando os espaços de formação para isso. Nesse momento, as militantes passam a delinear qual seria esse *feminismo* do movimento, visto que consideram que deve se diferenciar do feminismo urbano, dadas as particularidades das experiências vivenciadas pelas mulheres camponesas. Isso também é verificado a partir do uso mais recente da expressão *feminismo popular camponês* presente no discurso das militantes e em materiais do movimento.

A principal inferência a ser feita a partir destes fatos é de que entre as questões assumidas pelo movimento, sem dúvidas o seu reconhecimento enquanto movimento de caráter feminista é a mais recente e que o *feminismo* das militantes do MMC e a definição do *feminismo popular camponês* é algo ainda em plena construção. Nesse momento, também retoma-se apontamentos anteriores sobre o caráter das questões de gênero defendidas pelas militantes do MMC/SC. Nota-se uma mudança em curso desde a década de 1990, quando se passou a dar maior espaço no movimento para questões específicas de gênero, menos presentes na mobilização inicial das mulheres.

No entanto, entende-se que é a partir das transformações na última década, do recente reconhecimento desse caráter feminista e dos esforços reflexivos, elaborativos e práticos consequentes disso, que as militantes passam a alargar o olhar sobre questões específicas e engrossar as lutas de gênero, através de uma maior incorporação de pautas que entram em confronto com "família patriarcal"[21]. Um exemplo disso é a campanha internacional *Basta de Violência contra as mulheres* lançada pela VC em 2008. Notoriamente, essas mudanças exigem aprofundar reflexões sobre a difícil aproximação – e distinção - entre questões de classe e de gênero, bem como do caráter e nuances das próprias questões de gênero, tanto no âmbito de movimentos de mulheres, como também no nível reflexivo a respeito de tais movimentos.

Ademais, mesmo que a referência ao ano de 2010 apareça como momento de reconhecimento das dirigentes de que o movimento carrega um caráter feminista em suas

[21] Para compreender a divisão entre questões de gênero que não entram em confronto com "família patriarcal" e as que entram ver Paulilo (2009).

leituras e práticas, nesse estudo se considera inverossímil "datar" o *feminismo* do MMC/SC. Nesse sentido, acredita-se ser mais coerente apontar experiências para entender como esse caráter vem sendo construído ao longo dos mais de 30 anos do movimento, bem como da forma como é considerada essa questão atualmente. Isso porque se parte do pressuposto de que não assumir o caráter feminista do movimento, não significa que quando debatem a imbricação entre questões de gênero e de classe, não estejam fazendo uma leitura feminista. Isso se evidencia a partir do entendimento de que é ainda na década de 1990 que se consolida entre as organizações de mulheres do campo o reconhecimento de uma relação entre exploração de classe e opressão de gênero, mesmo que não houvesse uma visão unânime de como se daria essa relação.

Um entendimento sobre essa questão será realizado a partir de inferências com base em materiais acessados, entrevistadas e pelo observado e ouvido no encontro realizado em agosto de 2015 e que contou com a presença de uma assessora da SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia[22]. Uma primeira observação a ser feita é que, considerando a trajetória política do movimento, e com base nos discursos observados no debate realizado no encontro, é possível afirmar que o feminismo do MMC tem bases marxistas.

O encontro acompanhado se intitulou *Direito das Mulheres e Avanço do Conservadorismo no Brasil* e reuniu mulheres de Santa Catarina, Rondônia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Participar desse momento de debate permitiu um maior entendimento do que difere este movimento das demais organizações ao lado das quais o MMC/Brasil busca construir um projeto de sociedade com unidade política. Além do mais, com a participação nesse espaço foi possível entender melhor de que movimento social se fala quando se fala em MMC. Para "desenhar" os contornos dessa organização houve uma aproximação com reflexões realizadas por Melucci (2001), entendendo como relevante ter em conta o conceito de movimento social do autor, enquanto *uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica os limites da compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere*.

Foi possível compreender que o objetivo "final" do MMC é a transformação radical da sociedade a partir da manifestação de um conflito que se dá pelo reconhecimento de seus dois adversários tradicionais: o capitalismo e o patriarcado. O capitalismo enquanto sistema que

[22] O SOS CORPO é uma organização da sociedade civil criada em 1981 e com sede no Recife- Pernambuco e que busca a emancipação das mulheres. A ação do SOS CORPO tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Informações acessadas em: http://soscorpo.org/

explora a classe dos trabalhadores, da qual fazem parte os camponeses e as camponesas. O patriarcado enquanto sistema que oprime as mulheres por meio da apropriação dos homens sobre as mesmas, na forma de dominação, tendo como principal meio de reprodução as relações sociais estruturais, através das quais, na visão das lideranças do MMC, o capitalismo se sustenta. Ou seja, para as militantes do MMC/SC o capitalismo não existe sem o patriarcado e é essa conexão que representa e dá forma ao que chamam de inimigos.

Diante disso, as mulheres do MMC/SC enquanto indivíduos buscam a mudança das relações sociais interpessoais, pois atingem diretamente suas vidas. Essas mudanças se dão em nível de relação com o marido/filhos dentro de casa, na relação com os *companheiros* dos sindicatos e demais organizações mistas ou ainda no sentido das militantes ressignificarem o sentido de ser mulher e ocupar espaços até então de maior circulação masculina, como é o exemplo do campo político. No entanto, ao participarem do MMC enquanto coletividade o confronto que se coloca é contra o sistema que sustenta as desigualdades de gênero entre homens e mulheres, pois na visão construída a partir da militância as desigualdades de gênero se reproduzem ao longo dos tempos devido a estrutura da própria sociedade. Nota-se então existir uma leitura de que a luta por conquistas individuais não são suficientes para transformar a vida das mulheres, sendo necessário romper com o sistema que se alimenta dessas relações hierarquizadas.

Recentemente, dadas as circunstâncias de luta na qual o MMC se insere e os desafios políticos colocados a partir da década de 1990, incluiu-se como adversário das camponesas também o chamado *agronegócio*, por considerarem este como um sistema produtivo que legitima a monocultura e o latifúndio, destrói a biodiversidade, ignora os saberes tradicionais (principalmente os das mulheres) e percebe a natureza como algo a ser dominado e explorado para o avanço do capitalismo através do projeto neoliberal.

Desta forma, ao falarmos da defesa por parte do MMC/Brasil de um novo projeto de sociedade construído a partir de modelo de agricultura camponesa que valoriza o trabalho das mulheres e seus saberes tradicionais, falamos também de um enfrentamento direto ao agronegócio, principalmente quando este ameaça a soberania alimentar que as camponesas defendem. Melucci (2001, p. 123) também aponta que o papel dos movimentos sociais está inscrito no fato de "provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma" para que com isso possam explicitar "conflitos e necessidades de mudanças" e operar "como motores da transformação". Sobre isso, o MMC se fez presente na ação realizada por mulheres da Via Campesina no ano de 2006 quando ocuparam um laboratório da Aracruz Celulose destruindo

milhares de mudas. A visão das camponesas sobre essa ação pode ser entendida a partir dos trechos a seguir:

> Onde o deserto verde prospera a biodiversidade está destruída, os solos estão deteriorados, os rios estão secos e a enorme poluição das fábricas de papel ameaça a saúde humana e a água. Se o deserto verde continuar crescendo, em breve, não haverá água e terra para produzir alimentos [...] Somos mulheres camponesas filhas dessa terra brasileira, que há 500 anos vem sendo regada com suor, sangue e muito trabalho de tantas gerações de mulheres e homens de diferentes etnias. Mesmo com todas as lutas de resistência dos povos indígenas, negros e brancos pobres, nosso país continua sendo um território para extração de riquezas que alimentam os lucros de grandes grupos capitalistas. O Brasil está longe de ser uma nação livre e soberana. (Manifesto das Mulheres Camponesas da VC lido em Conferência da FAO realizada em 8 de março de 2006 em Porto Alegre-RS).

Nota-se que a ação tinha por objetivo expor ao conjunto da sociedade os malefícios gerados a partir de um sistema produtivo diretamente relacionado ao avanço de setores do agronegócio no país e que se contrapunha ao que as camponesas defendem. Essa ação reuniu mais de duas mil mulheres, foi de grande impacto e teve repercussão internacional. O horto florestal onde a ação foi realizada era tido como um espaço central para a reprodução do modelo de produção baseado na monocultura de eucalipto, pois era considerado o maior viveiro de mudas de eucalipto de toda a América Latina.

De maneira semelhante, mulheres da Via Campesina ocuparam a sede de uma empresa de fertilizantes em Porto Alegre no 8 de março de 2016. A ação fez parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas que teve como lema *Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio* e teve o objetivo de denunciar o uso abusivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos na produção de alimentos. Evidentemente, essas ações de caráter conflitivo rompem com os limites de compatibilidade do sistema de relações sociais a que a ação se destina, pois rejeitam regras existentes, colocam em questão a legitimidade do poder dessas empresas e demonstram a oposição e a incompatibilidade entre o modelo de agricultura camponesa defendido como condição para atingir uma soberania alimentar no país e o modelo de produção do agronegócio.

Além do mais, as lideranças do MMC entendem que é com - e somente - leituras políticas que reconheçam a imbricação entre capitalismo e patriarcado, entre as noções de gênero e classe, que as mulheres camponesas conseguem enxergar a própria experiência de vida e construir uma trajetória de emancipação humana. Talvez aqui resida uma das principais particularidades do MMC: a centralidade para essa análise que reconhece uma dependência existencial entre capitalismo e patriarcado.

Aponta-se isso a partir de algumas falas acompanhadas durante o referido encontro do MMC/SC, particularmente no último espaço onde foram convidados representantes de outros

movimentos e organizações. Nesse momento foi discutido como o avanço do conservadorismo se dá através do ataque aos direitos das mulheres. Dentre os presentes, a fala de uma dirigente do MST chamou a atenção ao colocar em debate que ela considerava que na realidade "estavam tirando o foco, tinha outras coisas maiores por trás", retirando a ênfase à consideração feita de que o ataque aos direitos das mulheres era parte constitutiva do processo de avanço do conservadorismo para o rearranjo do capitalismo na atual conjuntura. Uma das lideranças do MMC/SC que compunha a mesa enfatizou que "capitalismo e patriarcado andam juntos, cabendo às mulheres apontar isso e fazer esse debate". Para as militantes do MMC, não há dúvidas de que os direitos das mulheres são os primeiros a serem afetados quando ocorre algum retrocesso nas conquistas dos trabalhadores em geral.

A leitura delas é objetiva quando dizem que "a luta feminista só é emancipatória se for contra o capital", assim como "a luta contra o capital tem que ser feminista", caso contrário não está englobando todo o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. A observar na fala das dirigentes:

> No MMC aprendemos a luta de gênero e classe, respeitar as diferenças e construir a igualdade, sermos firmes nas propostas, naquilo que queremos (Justina Cima, uma das principais dirigentes do MMC/SC).

> Ao dizer a nossa identidade camponesa de enfrentar o agronegócio, mas também enfrentar o patriarcado e também enfrentar o machismo, então essa, esse ser camponesa pra nós enfrenta esses dois pilares da sociedade capitalista que não vivem, como a gente tava discutindo, vivem juntos, precisam um do outro pra sobreviver e que a gente quer enfrentar. (Entrevista Jovem Dirigente 4 - 29/08/15).

> É a partir do movimento que a gente consegue perceber o quanto nós mulheres somos exploradas, é num coletivo, é numa organização que a gente consegue buscar essa libertação, essa transformação, esse outro projeto de sociedade, isso significa um projeto de vida, mas um projeto maior também pensado para todos, que a gente quer ter uma vida mais feliz, mais digna, que todos tenham direito, que todos tenham acesso à terra, acesso à condições de vida digna né, então pra mim assim significa muito, significa uma liberdade pessoal, mas também pensando um projeto maior de sociedade. (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15).

A partir dessas citações pode-se questionar: se não existisse o movimento específico, em que outro espaço seria permitido que essa leitura política tivesse centralidade nas análises sobre a transformação radical da sociedade? Parece evidente que a experiência da militância no espaço específico contribuiu para a mulher participar da política e construir uma leitura própria desse fenômeno a partir das particularidades do "ser mulher" em uma sociedade que reproduz relações de gêneros hierarquizadas com base em relações de poder entre homens e mulheres.

Com isso, pode-se dizer que na atualidade a luta das mulheres camponesas se dá a partir de três principais eixos: a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa. As lideranças do MMC conseguiram construir referência nacionalmente para uma luta que é realizada por mulheres que buscam combater o capitalismo e o patriarcado de forma indissociável. O caráter conflitivo do movimento toma a forma antagonista por se referir à própria lógica de funcionamento do sistema capitalista através de relações hierarquizadas de classe, de gênero e com a natureza. Isso é perceptível em uma frase muito presente em materiais e discursos elaborados pelas mulheres do MMC: *transformar as relações sociais de classe*, *mudar as relações com a natureza e construir novas relações de gênero*. Além disso, chama-se a atenção para as contribuições feitas por Cisne (2014) sobre a relação entre o feminismo e a consciência de classe no Brasil:

> No interior da classe trabalhadora, o feminismo também provoca conflitos. Isso não significa dividir a classe, como muitos acreditam. Significa, acima de tudo, colocar em marcha a construção da necessidade de valores condizentes com a luta socialista, indo além do economicismo ou mesmo do evolucionismo em que tantos recaíram, ao acreditar que com a transformação do modo de produção capitalista, a libertação da mulher seria automaticamente alcançada. (CISNE, 2014, p. 199).

Associando as falas das militantes com essa passagem nota-se que as leituras que relacionam questões de classe e de gênero emergem do entendimento de que a mudança do modo de produção capitalista não é suficiente para a libertação da mulher, sento necessário também um rompimento com as relações sociais de gênero que sustentariam esse sistema. Diante dessa inferência, as interpretações realizadas pelas militantes do MMC carregam a particularidade do entendimento que a construção de outro sistema de cultura e de valores a partir de suas lutas e práticas contribuem para a construção de novas relações sociais que, além da superação do modo de produção, são consideradas essenciais para que ocorra a emancipação humana.

No interior do MMC/SC as militantes colocam em marcha a construção de novas relações sociais que julgam necessárias para construção de uma nova sociedade, mesmo que ocorram majoritariamente entre as militantes ou no plano de suas relações pessoais e familiares, onde observam resultados concretos. Essas novas relações dizem respeito às experiências modificadas sobre o ser mulher, que se dão a partir de uma construção que ocorre no espaço da coletividade através da militância, pois *as mulheres começam a se*

repensar, a repensar o seu lugar de subalternidade, de segundo sexo que estavam impostas (Entrevista Dirigente 1 – 08/04/16) e assim o fazem a partir de suas próprias interpretações.

Nesse sentido, a capacidade dos atores se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social (MELUCCI, 2001), enquanto solidariedade específica é muito presente nas falas das militantes do MMC/SC, a observar:

> Acho que pra mim e pra muitas das mulheres, a participação no MMC representa essa construção de eu ser um sujeito, de eu me sentir sujeito, de eu me sentir parte mesmo construtora [...] o movimento faz esse trabalho de que eu vejo que aquilo que eu faço lá na roça, que o trabalho doméstico, o trabalho da produção de alimentos, que isso tem valor, que justamente o que interessa que isso não seja visto que isso é uma ajuda [...] esse trabalho do movimento da gente se sentir sujeito, de se libertar inclusive dessas formas de opressão [...] dai perceber que você está sendo proibida e está sendo dominada e desnaturalizar tudo isso [...] ter a capacidade de dizer "não isso não é por aqui", de tomar decisão né, de escolha na vida e não só aceitar aquilo que dizem que é nosso lugar, que é nosso papel [...] é fundamental na vida das mulheres, essa **questão imaterial** mesmo, delas, da gente se sentir valorizada, da gente se entender como sujeito político, como um sujeito de participação, como um sujeito de voz na sociedade e que a gente tem que fazer a nossa luta [...] eu acho que o movimento é isso na minha vida, a luta do movimento e a construção política do movimento é isso na minha vida, é quem eu sou hoje é o movimento, eu devo ao movimento [...] o resto fica em segundo plano em relação a eu me sentir capaz, eu me sentir pessoa, eu me sentir sujeito político, e de capacidade de participação, de capacidade de intervenção, de capacidade de discussão, de ser mesmo [...] acho que isso tudo eu devo ao movimento de mulheres, a luta das mulheres camponesas. (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/15).

> Eu me construí muito mais junto com as minhas companheiras do que junto com a minha família, do que junto com colegas de aula, do que junto com amigos, então as minhas verdadeiras amigas que me ajudaram a me construir enquanto mulheres são o movimento de mulheres camponesa. (Entrevista Jovem Dirigente 1 - 29/08/15).

> Ser gente, sabe [...] eu acho que o movimento ele proporciona a gente a se reconhecer enquanto ser humano, enquanto mulher, enquanto o que é ser mulher, ser humano não tem um peso tão grande do que é ser mulher na sociedade e eu acho que o movimento nos proporciona pensar isso, e é não ter medo de ser mulher, não ter vergonha de ser mulher e de tá em vários espaços, de ser reconhecida como gente, como mulher [...] ter essa coisa de tato com as pessoas, de pensar a vida humana, de pensar a relação humana, eu acho que é muito particular do MMC isso. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

As falas deixam fulgente a importância de se organizarem no movimento de mulheres para que o processo de reconhecimento de si enquanto sujeito seja possível. Consequentemente, a partir da apropriação de si e da ruptura com a naturalização do sexo (CISNE, 2014) passam a construir uma consciência coletiva para a transformação social. Dessa forma, mesmo diante da diversidade de experiências de vida, a partir dessa experiência específica de militância pode-se remeter a uma nova forma de consciência das *camponesas*, que diz respeito aos seus interesses e à sua situação como classe (THOMPSON, 1981), onde

descobrem elementos comuns entre si, dentre eles – e principalmente - a sua condição de mulher em uma sociedade marcada por desigualdades sociais.

Nesse sentido, se considera classe enquanto um fenômeno que é histórico e que acontece nas relações humanas. Ademais, que também contém uma relação histórica que é corporificada em pessoas reais em determinado contexto concreto (Thompson, 1981). Desta maneira, ao considerarmos que *classe* não é um conceito dado, a-histórico e homogêneo, entende-se que as experiências de militância das camponesas levaram à identificação da heterogeneidade presente na *classe trabalhadora* com a qual se identificam, de maneira a criar essa unidade identitária entre suas militantes, em torno da noção de *camponesa*.

Como demonstram as palavras de Thompson (1997, p. 10) "a classe constitui-se no seu *fazer-se* e é fruto de experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade". Se inicialmente as mulheres buscaram o reconhecimento de sua identidade de *trabalhadoras rurais* e somente após duas décadas de existência passam a *camponesas*, isso diz respeito às experiências vividas, as socializações e concepções políticas, bem como às alianças que as lideranças do MMC/SC construíram ao longo de suas trajetórias para atingir seus objetivos finais. Se hoje elas se reconhecem entre si sobre a identidade *camponesas* devido ao seu fazer-se, é preciso reconhecer a importância da incorporação nas leituras políticas da indissociabilidade entre as questões de classe e as de gênero para a construção dessa identidade coletiva: a partir da militância no movimento específico elas não se sentem mais contempladas por leituras que não compreendam essa relação.

A compreensão de que o sistema que explora a classe é o mesmo que oprime a mulher denota a solidariedade das militantes entre si e permeia o projeto construído pelo movimento específico de mulheres, mesmo que este diga respeito à busca de uma transformação radical da sociedade para todos os seremos humanos. Dessa maneira, a experiência vivida pelas camponesas no processo de militância, onde elas participam ativamente da política e construíram uma leitura própria deste fenômeno na perspectiva feminista, levou à emergência de uma consciência social particular que remete a uma solidariedade específica que ultrapassa a homogeneidade da *classe*.

CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DAS DIRIGENTES *JOVENS CAMPONESAS*: ASPECTOS SOCIAIS RELACIONADOS AO PERÍODO ANTERIOR À MILITÂNCIA

No presente capítulo se analisa a trajetória das dirigentes do MMC/SC consideradas *jovens camponesas*. Diante de tal afirmativa, julga-se necessário que algumas "definições" sejam feitas. Por dirigente se entende os indivíduos que possuem sua trajetória social marcada pelo engajamento militante no MMC/SC, mas que além de participarem através de reuniões, formações e lutas sociais, assumiram cargos de direção em diferentes instâncias (direção regional, direção estadual, direção nacional, coordenação executiva e secretaria), ou seja, contribuem direta e ativamente na construção do MMC/SC, sendo as "porta-vozes": aquelas que assumem a reponsabilidade de responder pelas ações do movimento.

Durante a pesquisa, como já citado, foi acompanhado um encontro de formação do MMC/SC realizado em agosto de 2015, com o objetivo de realizar algumas entrevistas com as *jovens camponesas* do movimento. Foi manifestado o interesse em realizar essas entrevistas ao conjunto das militantes presentes e a partir disso foram indicadas algumas militantes para serem entrevistadas. Com isso, foi preciso definir algumas questões que dizem respeito à perspectiva a partir da qual seria realizada a análise das trajetórias e do processo de engajamento militante. A primeira, diz respeito a "quem são as militantes consideradas jovens camponesas pelo conjunto do MMC/SC" e em consequência disso, a partir de que perspectiva seria feita a análise.

Com esses questionamentos, se percebeu que a perspectiva de análise, a qual tinha inicialmente esse foco de compreender o engajamento das *jovens camponesas*, se tratava de uma análise do engajamento a partir de uma perspectiva geracional. Nem todas as dirigentes consideradas *jovens camponesas* possuem idade entre 15 e 29 anos, tampouco se autodenominam *jovens camponesas*. Algumas acreditam que só possuem uma "militância camponesa". No entanto, as militantes indicadas para entrevista eram as consideradas, pelo conjunto do MMC/SC, como tais.

Diante disso, a geração de dirigentes entrevistada é composta por militantes designadas como as *jovens camponesas* do MMC/SC, mas que não são assim consideradas a

partir de uma determinação baseada no critério de faixa etária[23]. São consideradas as jovens do movimento principalmente devido ao momento em sua história em que se engajaram e passaram a fazer parte da direção do mesmo e pela posição que ocupam dentro de suas famílias. Essa é uma questão geral que serve de "guarda-chuva" para um conjunto de considerações que precisam ser feitas.

Primeiramente, cabe ressaltar que existem diversas vertentes dentro do debate sobre juventude. Nessa dissertação, não se tem por objetivo discutir exaustivamente o conceito *juventude* e sua gênese, tomando por perspectiva de análise a perspectiva geracional que emerge a partir do entendimento das militantes do MMC/SC. Com isso, é preciso considerar que as experiências de vida dessa última geração de dirigentes permitem apreender questões referente à condição de vida vivenciada pela categoria *juventude rural*. Por isso, para fins de análise da posição e condições sociais das dirigentes em questão, nesse estudo se dá maior ênfase a alguns debates em detrimento de outros, a exemplo dos que se constroem em cima da categoria *juventude rural* e das hierarquias e diferenças geracionais dentro das famílias camponesas.

Com isso, uma segunda consideração diz respeito a demonstrar a ocorrência de alguns processos sociais nos últimos anos, como a intensificação das dificuldades de reprodução social das famílias camponesas e a emergência de novas estratégias, bem como os "impasses sociais" da sucessão familiar. Sobre isso, são diversos os autores que abarcam a questão (SILVESTRO *et al*., 2001; CARNEIRO, 2001; RENK, 2004; RENK *et al*., 2010; STROPASOLAS, 2006; AGUIAR e STROPASOLAS, 2010; CASTRO, 2013) e que serão trabalhados ao longo do capítulo para melhor entendimento dos contextos sociais de origem das dirigentes.

Também é preciso considerar que *jovem camponesa* diz respeito a uma categoria política, dada a sua construção no interior do movimento de mulheres, o que também exprime uma intencionalidade do MMC/SC para com esse público. Diante das dirigentes que fazem parte do movimento desde sua origem ou as que ingressaram até metade da década de 1990, as dirigentes que se engajaram mais recentemente são as *jovens camponesas* do movimento, o que demonstrou ao longo da análise se tratar da emergência de um *ator político*, mas que também diz respeito à posição e condição social de origem dessas jovens dentro da estrutura familiar no campesinato. Por isso, entende-se que a categoria *jovem camponesa* toma sentido

[23] Esse é um critério comumente utilizado para definir juventude. Segundo Castro *et. al.* (2009) pesquisas recentes e organismos governamentais tem utilizado no Brasil e no mundo a faixa etária de 15 a 29 anos, a exemplo da Secretaria Nacional de Juventude-SNJ.

de renovação, geração de família e geração de movimento, similar ao observador por Castro *et. al.* (2009, p. 163).

As análises do presente capítulo foram realizadas com base em informações coletadas principalmente através das entrevistas realizadas com as dirigentes do MMC/SC. O relato de uma história de vida realizado no presente tende a carregar significados, valores e sentidos atribuídos a partir do peso da posição que se ocupa nesse momento e que visa significar, para o próprio informante, a sua própria história, ou seja, dar sentido à sua trajetória a partir da sua posição no presente. Desta forma, reconhece-se que as entrevistas podem trazer um conteúdo permeado por significações atribuídas por suas porta-vozes e que dizem respeito às leituras que as próprias informantes fazem de sua condição. Os discursos explicitados por elas no tempo presente não estão livres de um sentido e leitura adquiridos a partir da experiência da militância (e provavelmente em alguns momentos isso se fará visível).

Diante disso, a busca pela análise de trajetórias surge a partir das contribuições de Pierre Bourdieu sobre tal processo. Nesse sentido, incorpora-se essa noção pela tentativa de fuga de uma análise de vida das *jovens camponesas* que siga a lógica de uma história enquanto sucessão de acontecimentos históricos:

> Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo uma origem, no duplo sentido do ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término que também é um objetivo. (BOURDIEU, 1996, p. 184).

Parte-se do entendimento que analisar a história de vida dos entrevistados a partir de tal lógica tende a permitir que se aceite um relato, carregado de sentidos subjetivos, enquanto uma verdade absoluta, uma representação oficial de si. Na realidade, como nos mostra Bourdieu (1996), quando as pessoas contam suas histórias elas tendem a organizá-la segundo relações inteligíveis a partir do sentido que atribuem à sua existência. Tal fato, nos leva a uma representação da existência que carrega uma visão de que a vida é uma história construída a partir de uma sequência de relatos que além de um sentido, possuem também direção.

Frente a isso, segue-se aqui a proposta do autor de que se considere a *trajetória* enquanto algo descontínuo, como "uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (p. 189). Desta forma, ao mesmo tempo em que se atribui centralidade aos sujeitos em questão quando da análise de sua trajetória, também se retoma a importância de

considerar o meio no qual tais sujeitos se inserem, os sentidos e valores das posições nele ocupadas e suas influências sobre os sujeitos.

Logo, no presente estudo, entende-se *trajetória* a partir de elementos presentes em relatos nos quais os indivíduos reelaboram e constroem percursos e representações de suas vidas e dos espaços socioculturais que ocuparam e ocupam, além de elementos que surgem da análise de materiais diversos. Ou seja, há uma refutação ao tipo de análise que vê a *trajetória* enquanto um conjunto orientado de relatos lineares de acontecimentos, o que representa uma aproximação com a perspectiva apresenta na *A Ilusão Biográfica* de Pierre Bourdieu.

Por fim, afirma-se também a perspectiva adotada de se visualizar a percepção dessa geração, as consideradas *jovens* no momento presente, sobre diversos elementos que fazem parte de suas trajetórias de vida. Isso porque, como coloca Thompson (1981, p. 189), "as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer agora, manipula a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação". Além disso, como bem exposto por Brumer e Paulilo (2004) sendo as diferenças de gênero construídas socialmente, elas podem variar no tempo e no espaço e são sujeitas a mudanças.

Cabe destacar que a pretensão foi observar dentro de suas trajetórias a experiência vivida no meio rural, na maior parte do tempo de vida delas, e de como elas olham para suas experiências, como as concebem e por fim de que maneira essa vivência, dadas as determinadas posições sociais e a condição dessa geração, influenciam suas escolhas e caminhos trilhados. Nesse sentido, pode-se falar em costume no sentido *sui generis* de que fala Thompson (1998, p. 14), enquanto um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa.

2.1 APRESENTAÇÃO: QUEM SÃO E O QUE FAZEM AS DIRIGENTES *JOVENS CAMPONESAS* DO MMC/SC?

A apresentação das dirigentes jovens será feita com base em elementos que ganharam maior ênfase e destaque em suas falas. J.D.1 tem 31 anos e é natural de uma comunidade rural do interior do município de Chapecó-SC. Atualmente vive nessa mesma comunidade em residência que construiu na propriedade de seus pais, mas não trabalha como agricultora, pois se graduou em Direito pela Unochapecó e hoje advoga. Atualmente está afastada da direção do MMC/SC, pois é assessora de um deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT) e entende que enquanto desempenha essa tarefa precisa ter esse afastamento. No entanto,

demonstra ter a pretensão de continuar militando dentro do MMC/SC após encerrado o mandato.

J.D.2 tem 32 anos e é natural de uma comunidade do interior do município de Campo Erê-SC. Formada em *Pedagogia da Terra* pelo convênio UERGS/ITERRA, possui mestrado em Educação pela Unijuí e está encerrando o doutorado em Educação pela UFRGS, motivo pelo qual reside em Porto Alegre - RS. Atualmente compõe a coordenação e direção nacional do MMC, tendo se afastado da tarefa no último período para a escrita da tese, devido ao fato do tema ser relacionado ao movimento e exigir um certo distanciamento.

J.D.3 tem 31 anos e também é natural de uma comunidade do interior do município de Campo Erê-SC, onde viveu aproximadamente 24 anos de sua vida. Atualmente, já casada, reside no meio urbano desse mesmo município em uma casa na pequena chácara de sua família. Possui formação em Tecnólogo em Agroecologia pela *Escola Latinoamericana de Agroecologia da Via Campesina* e Especialização em Educação do Campo através de uma parceria PRONERA/UFSC. Atualmente, tem dedicação exclusiva ao MMC/SC, onde faz parte da secretaria de formação a nível regional e estadual e da coordenação de educação.

J.D.4 tem 28 anos e é natural de uma comunidade do interior de São Miguel do Oeste-SC. Possui formação em Licenciatura em Agroecologia pelo *Instituto Agroecológico Latinoamericano Paulo Freire - IALA* (da Via Campesina), curso este realizado na Venezuela. Atualmente, tem dedicação exclusiva ao MMC e reside em Brasília-DF, compõe a direção nacional do MMC e a coordenação do escritório nacional, sendo responsável principalmente pelas articulações políticas do MMC no Brasil e com a Via Campesina e pelas articulações do MMC entre os estados.

J.D.5 tem 26 anos e é natural de uma comunidade do interior de Curitibanos-SC, onde vive até hoje com sua família. Possui formação em Licenciatura em Educação do Campo pelo convênio UnB/ITERRA e especialização em Educação do Campo e Educação em Linguagens no Campo pelo convênio entre a UnB e a Escola Florestan Fernandes. Atualmente assumiu tarefas na Direção Estadual e na Coordenação executiva, assumindo principalmente o setor de comunicação. Além de desempenhar essas tarefas no MMC/SC, J.D.5 atualmente exerce a profissão de agricultora junto à família.

Todas as cinco jovens dirigentes entrevistadas são filhas de pequenos agricultores do estado de Santa Catarina e viveram a maior parte de suas vidas no meio rural. Atualmente exercem diferentes tarefas relacionadas à militância no MMC/SC. Todas as jovens dirigentes possuem ensino superior, duas residem no meio rural, mas apenas uma exerce a profissão de agricultora atualmente. Além disso, duas têm dedicação exclusiva à militância no MMC/SC e

uma tem aliado sua militância à atividade de pesquisa como forma de contribuir também com o movimento.

2.1.1 Posição social: De "onde vem" as jovens dirigentes do MMC/SC?

Para fins de definição e análise compreende-se o meio rural a partir da significação atribuída por Wanderley (2001, p. 32): *espaço físico diferenciado que é também um lugar de vida*, onde se vive (modo de vida e referência identitária) e onde se vê e se vive o mundo (em termos de cidadania e inserção na sociedade nacional). Esse espaço físico resulta, em cada situação, principalmente da forma de ocupação do território, da estrutura de posse e uso da terra e dos recursos naturais e da relação campo-cidade.

A militância das cinco dirigentes em questão não iniciou da mesma forma para todas, visto que suas experiências de vida e trajetórias não são homogêneas. São inúmeras particularidades que envolvem diferenças de idade, locais de moradia, caminhos trilhados, concepções e expectativas de vida. Ao mesmo tempo, a análise demonstrou que essas jovens possuem origens semelhantes em relação à posição social ocupada em termos de origem, tipo de agricultura praticada pelas suas famílias e nas relações sociais do campesinato permeadas pela dimensão do poder. Nesse sentido:

> Os valores não são "pensados", nem "chamados"; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, as regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e 'aprendidas' no sentimento) no 'habitus' de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p.194).

Com isso, foi percebido as experiências concretas das jovens podem refletir questões simbólicas relacionadas a valores repassados a partir dessas vivências. Diante disso, a condição de vida, em termos de posição social que ocupam frente às relações sociais da sociedade capitalista, foi importante para se entender a influência das experiências e das referências socioculturais das jovens e de como, aliado ao trabalho de recrutamento do MMC/SC, chegam à posição de dirigentes em suas trajetórias.

Filhas de pequenos agricultores, principalmente da região do Oeste Catarinense, fazem parte de famílias que migraram do Rio Grande do Sul há muitas décadas para essa região. Das cindo dirigentes, apenas uma não é oriunda da região em questão. Contudo, se considera importante destacar que com o processo de expansão e crescimento do MMC em Santa

Catarina, principalmente no início da década de 1990, hoje existem dirigentes em todas as regiões do estado, mesmo que em termos numéricos a região do Oeste Catarinense se destaque, pois é onde o movimento é "mais forte".

Renk (2004) nos lembra que a criação do Estado de Santa Catarina se deu a partir de um acordo realizado em 1917 após a Guerra do Contestado, momento a partir do qual se iniciou um processo de revalidações e novas concessões de terra principalmente com a atuação da *Brazil Development*[24] em parceria com outras empresas colonizadoras. A partir disso, emerge a principal estratégia de ocupação do território do Estado via incentivo a sua colonização em pequenas propriedades com agricultores descendentes de europeus para preenchimento de um suposto "vazio demográfico".

Com isso, é perceptível um incentivo à migração dos chamados colonos do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense, o que para eles representava uma estratégia de reprodução camponesa através do acesso a terra por preços mais razoáveis e condizentes à sua condição financeira (RENK, 2004). Desta forma, a constituição da pequena propriedade nessa região se deu a partir de uma base étnica de alemães, italianos, principalmente, como contraponto a presença dos brasileiros que já habitavam este território. A motivação que desencadeia o deslocamento dos europeus é baseada na tríade "em busca da fartura, da liberdade e da obtenção de terras" e para estes a colonização representa o marco zero da história oficial da região (RENK, 2004, p. 21). Nessa perspectiva, foram os colonos que "derrubaram a mata" e implantaram as lavouras. A autora também demonstra que a colonização possibilitou, aos colonos vindos do Rio Grande do Sul, a sua reprodução social através da apropriação do solo e com o tempo, permitiu uma trajetória ascendente economicamente de parte desse campesinato, inclusive com ação no campo político, o que configura o campo no qual emerge a problemática desse estudo.

Conforme exposto, apenas uma das cinco dirigentes é de outra região. Sua região de origem (Planalto Serrano ou Serra Catarinense) no início do século XX foi palco da Guerra do Contestado, da qual o estopim foi a concessão de terras devolutas, onde viviam inúmeras famílias camponesas (os chamados *caboclos*), à empresa estrangeira[25] responsável pela construção de uma estrada de ferro. Nesse sentido, a própria exploração da madeira e os projetos de colonização posteriores (do mesmo caráter dos citados anteriormente) tinham como pressuposto final a expulsão das famílias camponesas de caboclos que ali viviam (CAZELLA e BÚRIGO, 2008).

[24] Companhia do ramo ferroviário, madeireiro e colonizador.
[25] Southern Brazil Lumber & Colonization Company, companhia do ramo ferroviário, madeireiro e colonizador.

Em termos de economia, os autores apontam que por muito tempo (1850-1914), as principais atividades se relacionavam à exploração da madeira e produção pecuária extensiva. Para Aguiar e Stropasolas (2010), o Planalto apresenta uma estrutura agrária altamente concentrada, marcada pela presença do latifúndio pastoril e extrativo cuja base de exploração é a madeira e seus derivados, e a pecuária extensiva, no entorno da qual se desenvolve uma agricultura de base familiar, em sua maioria produtora de grãos, gado de corte e fumo. No entanto, com o passar do tempo outras atividades passam a ter destaque, como a horticultura, fruticultura, bovinocultura de leite e cultivos de alho, milho e soja, principalmente nas microrregiões de Curitibanos e de Campos Novos (CAZELLA e BÚRIGO, 2008).

A Região Oeste, em termos de paisagens, apresenta um relevo cortado por vales e com declividade acentuada e uma estrutura agrária marcada pela presença dos minifúndios (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010). Para os autores, o dinamismo socioeconômico da região Oeste depende das pequenas unidades familiares de produção, em sua maioria integrada às agroindústrias, sendo este um dos principais diferenciais em relação às demais regiões do estado.

Para Poli (2008), na região do Oeste Catarinense, inicialmente os descendentes de imigrantes desenvolveram uma agricultura diversificada, com cultivos como arroz, feijão, trigo, batata e mandioca, sendo que as famílias utilizam a maior parte da produção para subsistência e outra para alimentação do gado e suínos. No entanto, foi a partir do processo de industrialização e modernização da agricultura que inicia na década de 1970 que ocorrem as principais transformações que afetaram diretamente a vida desses camponeses.

Segundo o autor, foi em meio a esse processo que a abertura de linhas de crédito acessíveis aos pequenos produtores coincidiu com uma série de estímulos à melhoria dos equipamentos e instalações das propriedades e à modernização das técnicas de produção, a exemplo do uso de sementes selecionadas, insumos industriais e mecanização. A contrapartida estava na exigência de qualidade dos produtos e expectativas de produtividade.

Todas as dirigentes, que participaram dessa pesquisa, cresceram e viveram a maior parte de suas vidas no meio rural e após já ter iniciado o processo de modernização citado. São descendentes de famílias camponesas que migraram do Rio Grande do Sul e que se reproduziram socialmente com base no trabalho familiar e em pequenas extensões de terra. A maior parte do trabalho de suas famílias, a partir de certo momento da história no território catarinense, passou a ser a produção para venda em mercados institucionalizados e no formato "integrado" às indústrias de produção animal e vegetal, e nos anos mais recentes ganhando

destaque a produção integrada de leite. Ademais, durante todo o tempo é explicitado que, em menores proporções, sempre se manteve a produção para autoconsumo da família.

J.D.1 é a última dos cinco irmãos, a filha caçula. Sua família, na maior parte da sua trajetória, contava com uma produção no formato convencional[26]. Seus pais sempre foram agricultores e por muito tempo trabalharam integrados à indústria de frangos, que tem seu pólo principal em Chapecó-SC, cidade onde residem em uma comunidade no meio rural. Com o passar dos anos, a propriedade de sua família passou a ser administrada também pelo seu irmão mais velho que trabalha a produção leiteira convencional, enquanto os pais de J.D.1 buscam exercer uma agricultura mais diversificada e com menor uso de insumos industrializados e ela elabora uma nova concepção de viver no rural, que terá maior atenção em outro tópico.

J.D.1 relata as dificuldades vivenciadas por sua família, principalmente as dificuldades para manter o sistema de produção convencional, o que gerava endividamentos na família que obrigavam a deixar outras questões em segundo plano. Segundo suas palavras:

> O dinheiro que dava era pra investir no aviário, sempre assim né, porque a indústria fazia a gente investir, tudo que tinha era no aviário, então né a casa, o carro, as roupas eram sempre segundo plano [...] eu lembro que na época o pai também tinha endividamento por causa do aviário, pra reformar os aviários, pra construir lá armazém, pra construir não sei o que, também se fez se fazia endividamento na época (Entrevista Jovem Dirigente 1 – 29/08/15).

J.D.4, da mesma forma, também é a filha mais nova em sua família. Relata que a partir de certo período sua família passa a trabalhar com o fumo, de forma integrada, mantendo contrato com uma empresa do setor. Nesse processo, a família necessitava de financiamentos para viabilizar a nova forma de produção o que gerava uma obrigação desta com a empresa, via compromisso em plantar fumo durante sete anos. Isso porque, ao longo desses sete anos, em cada um deles uma parcela do financiamento era paga à empresa através da entrega do próprio fumo. Diante de todas as dificuldades vividas e do endividamento gerado, relata que a família migrou para a produção de leite, setor bastante forte nessa região, mas que exigia muita mão-de-obra e, assim como o fumo, também exigiu que a família fizesse alguns investimentos.

Para J.D.2, filha mais nova, a situação de sua família, em termos de produção, se assemelha a situação das demais jovens, pois sua família tem como principal produção o

[26] Produção convencional é entendida como aquela com alta dependência externa de insumos sintéticos (industrializados), baseada no monocultivo e voltada para o atendimento do mercado prioritariamente.

sistema convencional de leite e as peculiaridades geradas a partir do processo de organização para atender as demandas para se adequar às exigências do mercado.

J.D.3, quinta filha entre oito irmãos, relata que sua família também trabalhou por muito tempo com a produção convencional nos sistemas do fumo e do leite. A principal atividade responsável pela renda que sustentava a família na propriedade era o leite. No entanto, a família também adquiriu muitos financiamentos para investir na atividade leiteira, o que gerou uma dívida muito grande para a família que, aliada ao falecimento de sua mãe principal responsável pela atividade leiteira na propriedade, gerou também a consequência de migrarem para o meio urbano. De acordo com sua declaração:

> [...] totalmente produção convencional e ai a gente tinha muito forte essa questão dos financiamentos. Até os financiamentos que a gente investiu na atividade leiteira que dai a gente tinha assim uma dívida muito grande [...] meu pai e meu irmão compraram uma chácara [na cidade] que ai a ideia era que a gente produzisse só pro autoconsumo e tivesse menos terra e também vendendo a terra pagava as dívidas e ai foi esse processo que nos tirou do campo, nos fez se afastar do campo, pela falta de mão-de-obra, pelo endividamento e ai por essa outra questão da perda da minha mãe que ai meu pai não conseguiu dar a volta assim de conseguir tocar a propriedade sozinho e ai a gente foi, foi pra cidade... (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15).

Esses relatos dão conta do teor de dificuldades enfrentadas pela pequena produção camponesa na região do Oeste Catarinense a partir do processo de modernização e industrialização que passou. O relato da ocorrência de muitos financiamentos, dívidas com o banco, escassez de mão-de-obra, penosidade do trabalho fazem parte das experiências de vida das jovens camponesas dirigentes dadas às posições sociais de suas famílias na organização da sociedade e do meio rural. Casos extremos, como o relato de J.D.3, demonstram que a migração para a cidade é uma realidade nessa região e uma face bastante perversa da modernização da agricultura.

J.D.5 relata que outros caminhos também foram trilhados pela sua família em busca da reprodução social. Seus pais, durante muito tempo, além de serem agricultores, também trabalharam como empregados em fazendas. Nessa experiência, além de seu pai trabalhar como tratorista nesses estabelecimentos, a família cuidava de pomares de fruticultura e horticultura, onde se faziam intensas aplicações de agrotóxicos, inclusive vivenciando uma experiência de intoxicação. Esse formato de trabalho, de andar de fazenda em fazenda, trabalhando como empregado nunca foi de agrado de sua mãe, que havia ganhado um pedaço de terra por parte do pai, para onde então a família de J.D.5 voltou e resolveu construir suas trajetórias a partir de então.

No caso de J.D.5, podemos perceber diferenças, mas também algumas similaridades em relação às realidades já citadas. Em determinado momento, sua família também aderiu ao sistema de produção integrado de fumo como meio de geração de renda para reprodução social. O plantio de fumo configurou uma tentativa familiar de melhorar a condição financeira, no entanto, ao contrário do esperado a família entrou num ciclo de endividamento com a empresa contratante, sendo apenas nos últimos anos que conseguiram terminar de pagar a dívida. Em partes, essas experiências levaram a família de J.D.5 a apostar em uma nova forma de produção dentro da propriedade, a qual permitiu que conseguissem pagar a dívida adquirida e uma nova organização do trabalho familiar, o que será mais bem abordado no próximo tópico.

No estudo de Poli (2008) é apontado que todos os camponeses entrevistados na época da pesquisa (metade da década de 90), ao abordarem a questão da modernização da agricultura referem-se aos financiamentos como um fator positivo de melhoria da produção nas propriedades. No entanto, demonstra também o outro lado desse processo: o fato desses estímulos terem como contraponto a exigência de maior qualidade e produtividade, questões que levaram a maior parte das unidades camponesas de produção a terem dificuldades de competir no mercado e em casos mais extremos, não conseguir atingir os níveis exigidos, gerando ou endividamento ou mesmo a necessidade de se desfazer de bens ou da terra para pagar dívidas.

Outro fato que chama a atenção diz respeito à conversão do modo de produção que, assim como antigamente ocorreu migração de uma produção mais diversificada para o formato de produção vegetal e animal (fumo, suíno e aves) via integração, em tempos atuais, está em curso a reconversão de muitas propriedades no Oeste Catarinense para a produção integrada, mas no sistema de leite. Segundo De Grandi (apud HERNANDEZ, 2010) no estado de SC, com o decorrer do tempo, o leite começou a significar uma alternativa a mais de renda, passando a ser vendido para cooperativas de leite e indústrias de laticínios particulares. Para Hernández (2010) a intensificação da atividade leiteira, devido à demanda das agroindústrias, implicou maior trabalho para as famílias que precisam manter a qualidade do leite se querem ter uma renda permanente.

Atualmente o Oeste Catarinense, local de origem de quatro das cinco entrevistadas, é a principal região responsável pela produção de leite em todo o estado de Santa Catarina. Segundo o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da EPAGRI, a produção de leite no Estado cresceu 191% de 2000 a 2013. No entanto, conforme os relatos apresentados, não é um processo isento das similaridades de processos ocorridos em outras épocas, visto

que essa mudança para a produção de leite também exigiu desses camponeses que buscassem financiamentos como forma de estruturar o modelo de produção e se adequar às exigências do mercado, além de aumentar a carga de trabalho - não há "finais de semana" para quem produz leite, de acordo com suas declarações.

As jovens dirigentes do MMC/SC possuem trajetórias diferentes e consequentemente, condições particulares que contribuíram para que em determinado período da história se engajassem no MMC/SC. No entanto, é possível observar que as estratégias familiares de reprodução social e a posição social que suas famílias ocupam no meio rural de Santa Catarina são semelhantes. São semelhantes no sentido de demonstrarem caminhos trilhados que são, em partes, decorrentes da condição de pequenas propriedades e das origens e processos de ocupação e produção semelhantes, mas principalmente por terem vivenciado o processo de modernização e industrialização que ocorreu em todo o país e, com seus nuances particulares, na realidade das famílias das jovens dirigentes em questão.

2.1.2 No horizonte da geração das jovens: as perspectivas diante de aspectos de um rural vivido

Para tratar de questões presentes nesse capítulo foi necessária uma aproximação com estudiosos do campesinato. Nesse sentido, obervou-se que para Woortmann (1990), no campesinato a *terra*, o *trabalho* e a *família* são constructos organizados e valorados conforme regras que tem relação com a honra e a hierarquia. Nesse sentido, as unidades produtivas familiares do campesinato brasileiro se caracterizariam por uma moralidade baseada na existência relacional entre os três termos. Além do mais, demonstra que foi o coletivismo interno da família um dos principais fatores que garantiu a existência desse campesinato no decorrer da história.

Para Seyferth (1985) a manutenção da estrutura social camponesa é assegura por mecanismos baseados na tradição, a qual a autora define no sentido de *direito costumeiro* que permite excluir da terra, justamente por ser tradição, um ou mais membros da família em prol da manutenção da estrutura social camponesa. De maneira similar, Tedesco (1999) aponta que historicamente os camponeses depositavam na terra (no sentido de propriedade) as esperanças de reconstrução do núcleo familiar, sendo a própria migração uma estratégia para tal finalidade.

Para Carneiro (1996) ser agricultora se trata de um *estado matrimonial*, ou seja, seu estatuto é de mulher, portanto, também responsável pela casa e por todos que dela dependem.

Isso faz com que exista essa simbiose entre mulher e família. A divisão do trabalho por sexo na agricultura permite concluir que as mulheres rurais (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como *ajuda*, mesmo quando eles trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (BRUMER, 2004).

O "aceitar" essa condição pode ser compreendido através da afirmação de Tedesco (1999) que mostra que as mulheres também foram educadas para entender que é através do trabalho, de seu esforço e sacrifício que sua identidade encontra lugar no mundo. Trata-se, evidentemente, de considerarmos a esfera da experiência humana e social vivida por essas mulheres por meio de uma socialização que lhes oferece essa forma de se compreender no mundo, que é através da compreensão de seu papel e função dentro da família para garantir a reprodução da mesma. Logo, em um espaço social altamente diferenciado, a experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços leva a sua reprodução, ou seja, o sucesso dessa ordem social "sexualmente" ordenada se mantem através da continuidade (ou ruptura) de experiências sociais e olhares intimamente vinculadas a essa ordem (e legitimando-a).

Para Tedesco (1999), ao homem incumbia o papel de "chefe do lar", indicando a organização familiar no formato patriarcal. Nos "jogos" de honra e hierarquia dentro das famílias se sobressai a figura paterna, configurando um coletivismo ordenado por uma dimensão de poder que por décadas foi inquestionável. No entanto, em tempos atuais, as diversas transformações pelas quais passa o meio rural, em diversos aspectos, tem questionado a face "perversa" desse coletivismo interno da família.

De qualquer forma, a dimensão de poder concebida conforme as diferenças percebidas e que constituem relações sociais de gênero hierarquizadas também estão presentes na organização do trabalho no meio rural e, consequentemente, em outras questões como padrões de herança, poder de decisão dentro da família, acesso a renda e a terra. Questões relacionadas à terra, ao trabalho e à família emergem nas lembranças das jovens entrevistadas, mesmo que assumam novas nuances (e conflitos) nessa geração. Nesse sentido, filhas de pequenos produtores, desde muito cedo aprenderam como pode ser dura a vida no campo, quanto ainda mais para as mulheres em uma posição dentro da família que gera forte dependência e restrições econômicas e socioculturais.

Para J.D.3 um fato bastante marcante de sua trajetória diz respeito à necessidade que sua família teve de vender a propriedade. Conforme ela relata foram diversos os motivos que desencadearam esse processo, sobretudo as dívidas adquiridas através de financiamentos relacionados ao tempo em que plantaram fumo e depois para estruturar a atividade leiteira.

Aliado a isso, um fator decisivo foi a falta de mão-de-obra, situação agravada com o falecimento de sua mãe.

É bastante significativo em seu relato a importância dela e da mãe para a ordenha das vacas, atividade esta exercida exclusivamente por elas, visto que o pai nunca tinha ordenhado as vacas até então. Diante disso, com a ausência da mão-de-obra feminina por parte da mãe e de J.D.3, que não estava residindo na propriedade neste momento, o pai e o irmão optaram por abandonar a atividade do leite e vender a propriedade, o que ajudaria a sanar as dívidas da família.

Conforme Hernández (2010), através da comercialização do leite as famílias conseguem adquirir uma renda mensal para o sustento de todos os membros. Dentro dessa lógica, a produção de leite (principalmente a ordenha) é tradicionalmente considerada uma atividade desenvolvida pelas mulheres e é através do ensinamento de mãe para filha que ocorre o aprendizado das técnicas de produção.

Durante todo o tempo em que viveu na casa dos pais, J.D.3 exercia atividades como a ordenha das vacas, junto à mãe. De maneira semelhante, sempre contribuiu com os afazeres domésticos, passando a assumir a responsabilidade principal por essas atividades quando sua mãe adoeceu. Enfatiza que logo que concluiu o ensino médio continuou residindo na propriedade tendo como principal responsabilidade as atividades citadas e o cuidado da mãe que estava com graves problemas de saúde.

J.D.4 lembra que mesmo diante de diferentes estratégias produtivas adotadas pela sua família, sua mãe nunca deixou de se preocupar com a alimentação da família: a mãe tomava para si a responsabilidade pela garantia do plantio e colheita de alimentos consumidos pela família. Além disso, relata que a mãe vendia alguns produtos para conseguir ter alguns "trocados", visto que da produção principal o pai era o único responsável pelo dinheiro e por definir seu uso.

De maneira similar, J.D.5 afirma que enquanto a família buscava diferentes estratégias produtivas, desde trabalhar "para os outros" até o plantio de fumo, a sua mãe não deixou de produzir para o autoconsumo da família e comercializava alguns produtos. Em todos os períodos relatados por J.D.5, ela lembra que a mãe, de porta em porta na cidade, vendia ovos, leite e queijo. Para Stropasolas (2006), geralmente é através da venda direta de produtos beneficiados pelas mulheres e jovens dentro da propriedade familiar que é possível que os demais membros da família obtenham uma renda própria. Para Renk *et al.* (2010) isso

configura uma atividade suplementar das mulheres, caracterizada como economia feminina[27], para além das atividades desempenhadas de sol a sol e as domésticas.

Sobre a vida no campo, a opção que J.D.1 construiu foi de morar meio rural, mas buscar uma renda própria através do exercício de outra profissão. Assim, com um salário proveniente de um emprego externo à atividade agrícola, a jovem garantiu uma renda própria e considera que depois "que tem uma profissão" é difícil trabalhar no campo e sobreviver do campo. Ao encontro da afirmação feita por Brumer (2007, p. 38) "a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural".

J.D.1 acredita que, tanto para ela quanto para a irmã, não ser agricultura se deve ao fato do trabalho na agricultura ser muito penoso, cheio de incertezas quanto à questão da renda e também algo que deixa muito suscetível ao adoecimento: se trabalha para sobreviver. Além disso, relaciona a questão da penosidade com o fato de que é um trabalho que "não dá folga". Em pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) é recorrente no depoimento de jovens rurais que "estabilidade" e "preço justo" são fatores fundamentais para se trabalhar na agricultura. Além desses aspectos, J.D.1 relata que seu irmão mais velho, que assumiu a propriedade da família junto aos pais, com 35 anos já apresenta sinais de doenças como artrose.

Já J.D.3 acredita que são poucas famílias que disponibilizam um pedaço de terra para os jovens fazer uma experiência ou construir sua vida. Ela entende que por mais que todos os membros da família trabalhem na propriedade é muito forte essa questão da herança, tanto que não criou expectativas de receber um "pedaço de terra" de sua família. Para ela, chegou um momento em que percebeu que as jovens também são "sem terra". Estudo realizado por Brumer (2000) evidencia que o acesso a terra por parte de jovens mulheres historicamente se deu a partir do casamento, visto que não herdavam a terra.

Para Aguiar e Stropasolas (2010) a condição ou não de ser sucessor dentro da propriedade familiar interfere na situação do jovem dentro da unidade. Elucidam que essa condição é capaz de determinar diferentes formas de inserção e de interesse na relação com a própria propriedade e com o trabalho familiar, pois o fato de não ter essa perspectiva pode afastar e causar desinteresse.

Carneiro (2001) evidencia que as regras de acesso à terra refletem mais do que as condições econômicas e sociais das famílias. Essas regras se configuram como uma forma de "espelho" que reflete a real hierarquia interna existente dentro do grupo familiar, de maneira a

[27] Conceito elaborado por Shanin (1973)

demonstrar a existência de relações desiguais que reforçam posições diferenciadas entre os gêneros. Para a autora, mesmo diante de um Código Civil que estabelece a igualdade, entre todos os filhos, nos padrões de herança, são as "regras culturais" que modificam a lei conforme interesses da família, dentre eles o funcionamento da unidade de produção como meio de reprodução social.

J.D.4 relata que quando morava com sua família ficava indignada, pois sua mãe parecia não ter os mesmos direitos que o pai, nem sua irmã era tratada como possível sucessora da propriedade. Apesar da indignação, como ela era a mais jovem, sabia que as mesmas questões se colocavam para ela, o que diminuía suas expectativas de exercer a profissão de agricultora. Em pesquisa realizada por Paulilo (2000) essa questão aparece de uma forma bem interessante. A autora relata que as mulheres têm dificuldades de expressarem seus descontentamentos em relação a sua condição no espaço rural e quando o fazem, timidamente, demonstram indignação e afirmam que deveriam ter os mesmos direitos que os demais.

Além do mais, J.D.4 via que apesar de sua mãe e ela trabalharem tanto em casa no trabalho doméstico, como no trabalho na roça e com os animais, não conseguiam ter poder de decisão ou controle sobre a questão econômica dentro da família. Na sua experiência de vida ela percebeu que para o homem é mais fácil conseguir alguma forma de renda do que para a mulher que é responsável pelo trabalho doméstico dentro das propriedades, pois isso compromete o tempo para exercer outras atividades e também a possibilidade de maior participação em outros ambientes, externos à propriedade familiar. Percebe-se nitidamente que ocorre uma delimitação dos diferentes papeis atribuídos aos membros da família. Em pesquisa realizada por Castro (2013) foi percebido que as atividades das moças costumam se restringir às atividades desempenhadas pelas mães, predominantemente no espaço doméstico.

Dessa forma, J.D.4 acredita que assim como ela, as jovens não querem continuar vivendo nesse processo de submissão e é na "fuga" para a cidade que acabam enxergando uma saída acessível, visto que na cidade a mulher pode trabalhar, ter carteira assinada e controlar seu dinheiro, se livrando da dependência econômica que a maioria vive dentro de suas famílias. A trajetória de sua irmã mais velha que saiu do campo muito cedo para aprender a profissão de *costureira* no meio urbano é bastante representativa desse processo para J.D.4. Isso vem ao encontro das assertivas feitas por Abramovay (1997) de que as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção para jovens homens e jovens mulheres estão na raiz do viés de gênero dos processos migratórios.

Além disso, quando fala sobre sua trajetória, J.D.4 demonstra que a questão da violência doméstica, presente no cotidiano de inúmeras mulheres camponesas e que já foi tema de uma campanha internacional promovida pela Via Campesina e da Marcha das Margaridas, é algo presente na sua infância e adolescência e que lhe toca bastante. Ela relata que, além da dependência econômica, a sua mãe também sofria violência praticada por seu pai, o que sempre lhe incomodou muito e causava indignação, levando ao entendimento de que não era justo que sua mãe, além de tanto trabalhar e "nada receber", sofresse violência dentro da própria casa.

No caso de J.D.5, podemos notar outra questão que remete à vida da jovem no campo, referente ao significado e sentimento de não pertencer a este meio. Segundo seu relato:

> Um sentimento de vergonha né e não queria pertencer àquele lugar, é isso, a gente tem essa questão de esconder a origem, de não querer viver, não querer ficar ali né, de não ver a hora de poder sair, de né, de fazer outra coisa da vida (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Na maior parte de sua vida ela não quis ser uma jovem do campo, pois tinha um sentimento muito forte de vergonha e de não pertença àquele meio. Isso pode ser justificado devido à imagem negativa do espaço rural, enquanto espaço atrasado, quando em comparação com o meio urbano, considerado moderno, ainda muito presente na visão da sociedade em geral.

Além disso, demonstra as suas expectativas de vida construídas a partir das experiências vividas, pois sempre foi muito forte a ideia de que o campo não era um lugar rentável para ela, que queria trabalhar para ter dinheiro e uma autonomia financeira. Entre os principais motivos era o difícil diálogo familiar para conseguir fazer algo em casa, pois sempre coube ao seu pai cuidar e administrar todo o dinheiro, mesmo que a realidade demonstrasse que todos da família trabalhavam. Em trabalho realizado por Castro (2013) a autora conclui que "sair de casa" pode significa ao jovem uma ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família.

Diante disso, dentre suas expectativas prevalecia a ideia de sair de casa, arrumar um emprego como forma de adquirir certa autonomia em relação à família. Segundo Aguiar e Stropasolas (2010), nessa região, é bastante comum no ideário das jovens a ideia de que sair da casa dos pais é passo fundamental para que consigam conquistar autonomia frente a família e principalmente à autoridade paterna.

Diante do todo exposto, nota-se que as perspectivas construídas pelas jovens em grande parte de suas trajetórias carregam as influências de hierarquias do rural que atribuem a essas jovens diferentes papeis e posições na família devido ao fato de serem mulheres.

2.1.3 Observações emergentes: demais aspectos ligados às experiências de vida das dirigentes

Nesse tópico foram reunidos outros aspectos relacionados à trajetória das jovens, os quais foram considerados importantes para entendermos os caminhos posteriormente trilhados e seu engajamento militante no MMC/SC. Para tanto a afirmação de Thompson (1981) é central:

> Parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a 'genética' de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto. (Thompson, 1981, p.189).

O olhar a partir dessa perspectiva permite apreender questões relacionadas ao acesso e importância da educação para jovens, a vida religiosa vivida por elas e seus familiares, além da importância atribuída à noção de comunidade, aos valores e costumes da vida no campo. Frente a isso, entende-se a aproximação com as definições de Thompson (1981) como um necessário olhar e atribuição de importância para diversos aspectos da vida cotidiana e suas influências no processo histórico. Assim, as experiências de vida dessa geração de dirigentes a partir do olhar para aspectos do processo histórico na experiência humana levou a caminhos explicativos que também demonstram existir rupturas e continuidades entre as diferentes gerações de militantes do MMC/SC.

A comunidade e as instituições formais que se apresentam nela (escola, igreja, clubes, campo de futebol) parecem ter um papel central e bastante significativo na vida e relações sociais das famílias camponesas e também nas experiências de vida das jovens entrevistadas. Em estudo realizado por Tedesco (1999), o autor enfatiza que a comunidade (ou "sociedade da capela") é o espaço social priorizado na vida social dos agricultores. Pode-se dizer, que é no espaço da comunidade e suas instituições que ocorre uma primeira ampliação das relações sociais para além da família e a própria socialização das jovens.

J.D.1 relata que, desde sua infância, tem na lembrança a participação dos pais como ministros na Igreja Católica e defensores da Teologia da Libertação apresentada por D. José Gomes. Para ela, os pais passaram à ela e os irmãos essa "responsabilidade" com a questão do cuidado coletivo e com as próprias coisas da comunidade. Nesse sentido, relata que sua família se envolvia com as festas da comunidade, com a arrecadação de recursos para construção de espaços de lazer de utilidade coletiva. Com esse envolvimento forte na comunidade também construíram uma aproximação com a vida religiosa, pastorais e grupos de jovens, tendo envolvimento direto desde essas questões mais sociais e até mesmo um envolvimento comunitário nas questões de lazer, como atividades da escola, times de futebol e vôlei.

Além desses aspectos, J.D.1 relata que sua mãe estava "a frente do tempo dela", pois mesmo se inserindo nesses espaços comunitários, a exemplo dos Clubes de mães, fazia duras críticas a sua forma de atuação, o que fazia com ela fosse considerada uma *liderança* por muitos da comunidade. Parte disso, se deve a aproximação com a Teologia da Libertação através do Bispo D. José Gomes, o que também revela os caminhos trilhados pelos seus pais e irmãos no envolvimento político. Seus pais, durante muito tempo, tiveram atuação no sindicato e posteriormente sua mãe passou a atuar no MMC/SC. Seus quatro irmãos, por diversos caminhos, acabaram construindo uma aproximação com movimentos sociais e sindicatos ao longo de suas trajetórias. Sua irmã mais velha que optou por seguir a vida religiosa, nesse próprio meio acabou se aproximando do MST e desistindo de se tornar freira.

Sobre a participação política de sua mãe, J.D.1 explica que as pessoas da comunidade comentavam que sua mãe "não parava em casa" em função de seu envolvimento político e as diversas reuniões, formações e tudo mais que esse envolvimento exigia. No entanto, relata que para ela e os irmãos era muito compreensivo esse processo, pois a mãe era uma importante liderança para o sindicato e movimento social. Ela acredita que essa visão vem do fato de ter crescido aprendendo uma forma de relação "totalmente diferente" entre pai e mãe e com os vizinhos, pois não ocorriam confrontos internos e nem externos e quando ocorriam conflitos em outras famílias, seus pais eram as referências que a comunidade chamava para conversar.

As demais jovens também dão ênfase em seus relatos a aspectos da vida comunitária no meio rural. J.D.5 relata que sua família tem aproximação e participação na Igreja Católica, sendo inclusive a partir dessa aproximação com a vida comunitária que sua mãe passou a assumir diversas tarefas dentro do sindicato. Apesar dela não ter uma participação religiosa tão ativa, tampouco ter interesse pela vida religiosa, frequentava a Igreja por entender que no

meio rural as comunidades “giram” em torno da Igreja e era nesse ambiente que encontrava uma forma de se relacionar com as pessoas da comunidade e também participar de espaços de debate que eram comuns.

Para J.D.2, a vida religiosa em torno da comunidade em que nasceu foi muito significativa em sua vida, pois sua família tinha participação ativa dentro da comunidade católica, participando de todas as atividades, das festividades e também de grupos de reflexão. Com essa participação em locais como grupos de reflexão, sua mãe participou do MMC/SC na base, ou seja, mais ativamente dentro no âmbito local da comunidade e sua irmã mais velha passou a participar do movimento também, integrando durante um período uma coordenação regional.

Ainda sobre a vida religiosa, desde cedo J.D.2 já fazia parte da equipe de liturgia dentro da Igreja, assumiu o compromisso de catequista e passou a participar de grupo de jovens da Pastoral da Juventude e retiros. Com esse intenso envolvimento religioso, J.D.2 despertou o interesse pela vida religiosa enquanto forma de *doação aos oprimidos*, momento em que decidiu estudar na Congregação das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei. Após um ano de experiência viu que “não era essa sua opção”, o que fez com que perdesse o grande interesse que tinha pelos estudos por um período, o que retomou logo após por incentivo da irmã, ingressando no ensino superior.

J.D.4 também chama atenção a aspectos relacionados à vida religiosa e participação comunitária de sua família. Relata que seu avô foi um dos *colonizadores* da comunidade em que residiam e como tal foi membro fundador da Igreja Evangélica de origem alemã, presidente de sindicato e vereador representando sua comunidade. J.D.4 relata que a vida em comunidade envolvia a realização de bingos mensais, onde todas as famílias iam e tinham espaços separados de confraternização entre homens ou mulheres, como jogar cartas, bocha e futebol para os homens e a participação no clube de mães para as mulheres, onde jogavam bingo e compartilhavam alimentos.

No desempenho dessas atividades também eram realizadas festas comunitárias, bailes, matinês, com o intuito de arrecadar recursos. As mulheres faziam comidas e vendiam, sendo que muitas vezes o dinheiro era investido para a reforma de escola. J.D.4 considera que era um tipo de meio social, uma forma de organização social para as pessoas se encontrarem e ajudarem a manter organizada e viva a comunidade. Era também nesses espaços que ocorriam diversas atividades relacionadas aos sindicatos, movimentos sociais e partido político.

Para que existissem esses espaços de “confraternização” da comunidade, existia toda uma organização que envolvia a existência de uma associação jurídica para arrecadação dos

recursos. Com isso, J.D.4 relata que sua mãe desempenhava diversas funções como diretora da "escolinha", tesoureira e presidente dessa associação comunitária, além de envolver-se com o citado Clube de Mães de sua comunidade, o que levou a ser reconhecida pelos demais moradores da comunidade como uma *liderança* local e ter envolvimento com o MMC/SC.

J.D.3 enfatiza que foi através da participação no Clube de Mães sua mãe passou a ser liderança de base do MMC/SC em seu município. Para J.D.3, sua mãe era reconhecida enquanto uma liderança local porque desempenhava diversas atividades que beneficiavam o conjunto da comunidade, como oficinas de sementes crioulas e a representação em reuniões locais e estaduais do MMC/SC.

J.D.4 relembra também que foi nos anos de participação mais ativa da sua mãe nos espaços da comunidade e da Igreja, assumindo diversas tarefas, que J.D.4 se aproximou mais das atividades desenvolvidas nesses ambientes coletivos e com essa aproximação optou por estudar como aspirante em um convento, ficando um ano interna em uma escola nesse processo de vocacionada. Nesse um ano, além do ensino médio, passou por diversas formações de cunho religioso, o que a fez perceber que, mesmo com grande interesse pelos estudos, não era isso que almejava para seu futuro.

Conforme Carneiro (2001), enviar filhos para o convento era uma prática com a finalidade principal de impedir a fragmentação excessiva do patrimônio familiar, no entanto, aponta que embora a "opção" pela vida religiosa tenha esse forte viés econômico, não se pode restringir o significado dessa prática a isso. Nesse sentido, há aspectos culturais presentes no imaginário social que costumam considerar a opção pela vida religiosa como algo extremamente positivo para uma jovem.

Segundo Renk (2004), na região de origem destas jovens (Oeste Catarinense), o estudo passou a fazer parte das estratégias de reprodução social do campesinato principalmente a partir do trabalho do clero e da profusão de escolas confessionais e comunitárias, mais tarde se consolidando com a expansão do ensino público. No entanto, inicialmente o direcionamento à carreira religiosa entre católicos e evangélicos era bastante expressivo, motivo pelo qual o Sul foi considerado por muito tempo "celeiro de vocações" (RENK, 2004, p. 37).

Relacionado ao processo de expansão do ensino público, um aspecto que chama atenção no relato das dirigentes diz respeito ao acesso formal à educação no meio rural. Segundo Fagundes e Martini (2003) no processo de alfabetização do meio rural catarinense as escolas multisseriadas desempenharam um papel determinante e quase exclusivo, podendo ser consideradas o maior órgão alfabetizador da história educacional desse estado. Nos relatos das

dirigentes entrevistadas é muito presente o papel dessas escolas e também as consequências sofridas a partir das mudanças nas políticas educacionais que levaram à necessidade de fazer parte do ensino fundamental e médio no meio urbano.

Para J.D.1, tem uma dificuldade que sempre lhe vem à memória quando pensa no tempo em que estudava e vivia no campo, pois só pode cursar até a quinta série na escola multisseriada que existia em sua comunidade. Para concluir seus estudos no nível básico precisou frequentar uma escola no meio urbano. A jovem relata que se inserindo em uma escola urbana ela e seus irmãos vivenciaram um olhar preconceituoso por parte dos colegas do meio urbano pela forma de se vestir, pelo calçado que usavam "porque quando não chovia nós tínhamos os calçados empoeirados, quando chovia nós tínhamos o calçado embarrado", além do jeito de falar, todos esses aspectos que "atormentavam" a vida dela e dos irmãos. No entanto, dentro da família, eram orientados a "não se deixar ser humilhados" e, ao mesmo tempo, respeitar os colegas, evitando reações agressivas e compreendendo "esses processos da sociedade". Como o estudo era muito importante, não era por esses motivos que deveriam "desanimar" de ir à escola.

J.D.5 estudou apenas dois anos de sua vida em escola multisseriada no meio rural, pois com o fechamento da escola foi obrigada a cursar todas as outras séries no meio urbano. Da mesma forma, J.D.4 só estudou até a quarta série na escola multisseriada de sua comunidade, quando também passou a estudar em uma escola no meio urbano devido ao fechamento de sua escola.

A jovem relata ter muita diferença de uma experiência para a outra. Acredita que no meio rural havia muito mais solidariedade entre os colegas, o que fez com que a experiência na cidade tenha sido muito difícil para ela. Além disso, outros aspectos tornavam o processo difícil, como as adversidades relacionadas ao processo de deslocamento até a cidade e a bagagem de preconceito que enfrentavam todos os dias. Mesmo assim, acredita que as dificuldades impostas faziam com que ela e seus colegas oriundos do meio rural tivessem grande responsabilidade pelos estudos.

J.D.4 tem na lembrança que elas e seus colegas do meio rural valorizavam mais aquelas horas em que ficavam na escola em função dos estudos, pois era uma oportunidade que muitos dos seus pais não tiveram. Acredita que ela e as outras meninas de sua comunidade eram mais responsáveis com os estudos, pois viam na continuidade de estudos uma oportunidade de construir uma vida melhor futuramente, diferente da de seus pais. Sobre isso, também é presente em todas as falas que a família, na figura materna ou da irmã mais velha, incentivava que as jovens procurassem construir uma vida melhor que a delas.

Segundo o estudo realizado por Aguiar e Stropasolas (2010) nas regiões de origem dessas jovens, ter uma "vida melhor" carrega a expectativa de ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, autonomia financeira e a independência dos pais e para a maioria das jovens entrevistadas para alcançar esse objetivo é preciso "ter um estudo". Além disso, vai ao encontro do que os pais pensam. Para os autores citados:

> Eles percebem os estudos como uma condição necessária para que os (as) filhos(as) tenham possibilidade de construir uma vida melhor que a deles, sobretudo no caso das moças cujas mães não querem vê-las reproduzir a sua condição de mulher agricultora. Neste caso, elas são incentivadas a estudar para construir a sua vida fora do meio rural. (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p.174).

Dessa forma, é perceptível que costuma ocorrer incentivos por parte dos pais para o aumento do grau de escolaridade, principalmente das filhas, o que reforça o ideário de que o estudo tem relação direta com melhores condições de vida. Os autores também apontam que o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, quase como uma condição indispensável para garantir uma inserção social mais digna: "para alcançar uma condição diferente do que representa ser agricultor (a), é preciso estudar" (p. 174). Os autores mostram que esse processo tem nuances particularidades em relação às jovens:

> Para a moça, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior, significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca como necessária para que se alcance o reconhecimento social. No caso do rapaz, o reconhecimento social não passa, necessariamente, pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo que possua um baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor; o mesmo não acontecerá com a moça, que conquistará a condição de agricultora caso venha a se casar com um agricultor, mas não por ser reconhecida socialmente enquanto tal. (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p. 175).

Com isso, fica evidente que a possibilidade de construir uma profissão a partir do estudo tem relação direta com a desvalorização do trabalho da mulher, e também dos jovens, dentro da unidade de produção familiar. Além da forte dependência financeira e em relação à figura paterna, ocorre que a hierarquização dos papeis dentro da família destitui essas jovens de uma identidade profissional enquanto agricultoras. No caso das jovens dirigentes isso opera diferentes conformações, principalmente a partir da militância, mas o que parece fortemente presente é que a busca e a oportunidade de construir uma profissão pela qual sejam reconhecidas é algo bastante evidente. Nesse sentido, todas as cinco entrevistadas acessaram ensino superior.

Para Stropasolas (2006), para as filhas de agricultores além de o estudo representar independência familiar e um possível emprego na cidade, ocorre uma maior valorização do estudo devido ao fato da formação educacional exercer peso sobre os seus planos futuros orientados à "mudança" de sua condição de vida, inclusive através do questionamento de padrões que restringem sua liberdade no meio rural. Além disso, ao serem escutados, reconhecidos e entendidos, os jovens fazem emergir o sentimento de quem busca um lugar e um papel na sociedade, para o autor "obter uma identidade social, uma vontade de afirmar a dignidade do lugar que se ocupa no mundo social" (STROPASOLAS, 2006, p. 171).

Ao contrário dos caminhos trilhados pelas demais jovens (mesmo que também tenha acessado o ensino superior), J.D.5 hoje é uma agricultora. A mudança nas relações de poder dentro da família foi crucial para isso, o que pode ser visualizado na entrevista com J.D.5:

> É difícil esse diálogo familiar pra jovem querer fazer alguma coisa em casa, pra ter uma autonomia, ou trabalho em família né, porque a gente ainda vive muito essa questão do homem do pai da família cuidar, administrar o dinheiro, todo mundo trabalha, mas quem administra é ele, claro que isso vai levar as pessoas embora, **se na minha família fosse assim eu não ia querer ficar, não ia mesmo** [...] hoje a gente consegue, a gente tem as feiras orgânicas, a gente vende pra merenda escolar e pro PAA quando os projetos são liberados [...] a gente se organizou de outra forma, toda a renda que a gente, que entra lá, a gente consegue juntar tudo isso e dividir em partes, pagar as contas e dividir o que sobra em partes iguais sabe, todo mundo trabalha na medida que da assim e todo mundo consegue ter uma autonomia financeira também (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Mesmo assim, J.D.5 demonstra que a mudança na forma de conceber o trabalho familiar e a contribuição dos diferentes membros da família não foi um processo fácil e isento de contradições. Ela relata que cresceu ouvindo durante muito tempo sua mãe dizer que era necessário pensar outra forma de produzir, no entanto, para o pai as atividades que a mãe desenvolvia não eram relevantes para obtenção de renda. Diante disso, dentro da família de J.D.5 a mudança só ocorreu depois de muitos anos de insistência da mãe (militante do MMC/SC) e com o reforço trazido a partir da militância de J.D.5 e de seu irmão (militante do MPA). A perceber em seu relato:

> A gente tem todo uma terra produtiva, mas não consegue fazer aquilo ali render sabe, ai muito muito recentemente assim que a gente conseguiu sentar todos juntos, mas isso acontece só quando foi consenso [...] porque sozinha a gente não consegue mesmo, a gente tem que ter um poder de convencimento muito grande né, pra mostrar que existe uma outra forma [...]mas é isso, foi um processo até ver que aquilo ali da certo, por exemplo, ver até os homens se convencerem né que a produção, que as mulheres produzem lá a diversidade, produz na horta, aquilo ali pode dar um retorno, pode ser economicamente viável né, se plantava lá muito feijão, muito milho, mas nunca conseguia ter um retorno financeiro daquilo, tanto que tinha que trabalhar fora e só hoje a gente consegue o quanto a diversidade e as formas de mercado também né, conseguem te dar uma autonomia ali dentro. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

O debate sobre a agroecologia faz parte das bandeiras que o MMC/SC defende e do Projeto de Agricultura Camponesa construído por suas militantes. No entanto, a dimensão do poder nas relações sociais, a hierarquias de papeis e a forma como o trabalho dos membros da família é concebido dentro das famílias camponesas impedem que muitas mulheres coloquem em prática o que está presente em seus discursos militantes. São aspectos que constroem a barreira principal que impede que muitos outros casos como o de J.D.5 se materializem. Sobre isso, na visão da jovem:

> Agroecologia não é só ausência do agrotóxico, ela é todo uma relação né, porque, inclusive essa relação de administrar aquilo porque, por exemplo, essa falta de espaço dentro da unidade de produção né, da propriedade, da jovem plantar alguma coisa, de fazer uma experiência agroecológica, muitas não tem esse espaço e esse diálogo dentro da família pra conseguir ter esse espaço né, ou conseguir ter uma coisa conjunta com todos, com toda família e que não seja só um espaço, mas que seja toda experiência da unidade de produção, que seja agroecológica e todo mundo consiga trabalhar junto e usufruir do retorno financeiro junto sabe, então eu acho que é isso que, acho que é esse o caminho do negócio sabe, porque sozinha a gente não consegue. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

No caso de J.D.5 é fulgente que o processo de transição para um modelo de agricultura alternativo por si só não teria tantos impactos na sua vida. Dentro desse modelo foi essencial a construção de uma forma de gestão produtiva e financeira mais horizontal, o que desconstruiu hierarquias por décadas inquestionáveis e permitiu uma real aproximação e inserção da jovem na agricultura. Consequentemente, ela passa a se reconhecer enquanto uma jovem mulher do meio rural que exerce a profissão de agricultora: “hoje a minha profissão é agricultora e eu não tenho vergonha de dizer isso porque é a minha profissão” (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Mais do que isso parece ser o entendimento de que o trabalho familiar não é mais um trabalho para o outro, no caso, a figura paterna, mas de fato para todo o conjunto da família. Diante disso, o questionamento da hierarquia interna da família construída com base na dimensão do poder leva a mudanças significativas no próprio entendimento do que caracteriza o campesinato como tal. Nesse caso, a *dominação masculina* de Bourdieu (2014), parte constitutiva das estratégias de reprodução do grupo familiar no campesinato perde sua primazia enquanto meio de garantir a manutenção econômica e moral, dando espaço a novas estratégias.

2.2 EXPERIÊNCIAS DE VIDA DAS JOVENS CAMPONESAS: ENTRE MUDANÇAS GERACIONAIS E TRAJETÓRIAS ASCENDENTES

Jovens mulheres que nasceram, cresceram e viveram boa parte de suas vidas no espaço rural. A vida comunitária, religiosa, as dificuldades e importância do estudo aparecem em todos os relatos. Também foi vivenciando experiências a partir das modificações ocasionadas pelo processo de modernização, como os financiamentos e consequentes endividamentos, que as jovens dirigentes do MMC/SC foram socializadas nesse espaço. Muitas de suas experiências envolvem lembranças marcadas pelas inseguranças quanto aos ganhos proporcionados pelo trabalho na agricultura e os rumos da própria família frente a um cenário de incertezas para a pequena produção. Em casos mais extremos, como o da família de J.D.3, as lembranças também são presenças para uma família que hoje vive no meio urbano devido a "perda da propriedade para as dívidas".

Além do mais, suas experiências são marcadas pela posição social que ocupam dentro do grupo familiar: além de mulheres também são as *filhas*, facilmente traduzido nas palavras de Stropasolas (2006, p. 243):

> O sexo era o estigma que rotulava a mulher ao nascer, pois o grupo doméstico e sua hierarquização encarregavam-se de inculcar nos filhos, e sobretudo nas filhas, o espaço da submissão à família. (STROPASOLAS, 2006, p. 243).

Os relatos carregam a presença desse *estigma* que segue ao longo das gerações e se materializa nas experiências traduzidas nos reclames sobre a atribuição de papeis específicos às jovens (como a ordenha e as atividades domésticas), desconsideração do seu trabalho enquanto *trabalho*, presença da violência doméstica no grupo familiar, falta de autonomia. Da mesma forma, se materializam na falta de perspectiva quanto à oportunidade de desenvolver experiências na propriedade e de participar do processo de sucessão, bem como no desejo de construir sua autonomia financeira e familiar "por outros meios" que não a agricultura.

Essas são algumas das questões que "sobrevivem" e aparecem nos relatos de diferentes gerações de mulheres[28]. Mas essas não são todas as questões (tampouco explicações) quando olhamos para as trajetórias dessas jovens. Como diz uma frase comum na fala de pessoas mais antigas: "hoje não é mais como antigamente", nem o espaço rural é. Muitas coisas continuam e outras se modificam e sobre isso se destaca dois principais pontos no caso estudado: as

[28] Ver estudos Silvestro, et al. (2001); Renk (2004); Stropasolas (2006); Aguiar e Stropasolas (2010); Renk et al. (2010).

mudanças geracionais (nas relações familiares e nas perspectivas individuais) e as trajetórias ascendentes.

A literatura a partir da qual se alicerçou as reflexões nesse estudo associa à economia moral do campesinato a ideia da prevalência de um projeto familiar (pensado para a reprodução do grupo) sobre interesses individuais, principalmente através da desconsideração dos "desejos" das mulheres e jovens e pela preeminência da figura masculina paterna na tomada de decisões. No entanto, foi possível perceber, além das continuidades, muitas modificações (e rupturas). Além da empiria, para afirmar isso se toma por base reflexões de importantes autores: Renk (2004), Carneiro (2001) e Aguiar e Stropasolas (2010).

Para Renk (2004), a compra de terras por parte dos descendentes europeus no processo de colonização do estado de Santa Catarina permitiu a reprodução desse campesinato e posteriormente possibilitou a emergência de trajetórias ascendentes, inclusive abrindo possibilidade de atuação na política. Para Carneiro (2001), o processo de modernização agrícola e de expansão do mercado através da ampliação da rede de rodovias também permitiu que as famílias desenvolvessem estratégias diferenciadas de reprodução social: acaba a fusão entre o destino da unidade produtiva e o da própria família.

Ao mesmo tempo, considera que é associado à forma de reprodução social padrão (agora enfraquecida) que se mantem relações familiares hierarquizadas e com submissão feminina. E Aguiar e Stropasolas (2010) afirmam que é bastante recorrente nas duas regiões em questão a associação de que "vida melhor" tem relação com "ter um estudo". No caso das jovens dirigentes entrevistadas parece que, além das afirmações anteriores, todas essas se apresentam e significam suas trajetórias. Além disso, de diferentes maneiras, em algum momento essas afirmações se relacionam com a atuação do MMC/SC.

Conforme analisado por Carneiro (2001) há algum tempo as mulheres do meio rural já não veem como fonte para inserção social apenas o casamento ou a carreira religiosa. Como exemplo, duas das jovens dirigentes que viam a possibilidade de reprodução social através da construção de uma carreira religiosa, a partir do entendimento que esta não era a opção de vida desejada, se sentiram em condições de desistir da escolha anteriormente feita e de construir novas possibilidades de inserção social, ganhando destaque outros meios para desenvolver o interesse pulsante pelo estudo.

Nesse sentido, é unânime entre todas as jovens e por parte de suas famílias que o estudo se apresenta como uma possibilidade real para tanto. É através do estudo que sempre emerge nos discursos o desejo de construir uma condição melhor de vida. Ademais, permanecer no meio rural e exercer a profissão de agricultora, como é o caso de J.D.5, não detém um caráter

de obrigação ou pressão e prevalência de um projeto familiar em detrimento das escolhas individuais. Na realidade, representa que atualmente as tradições e costumes se flexibilizam para que, em alguns casos, a agricultura represente a possibilidade de atendimento aos interesses e anseios individuais de cada um dos membros do grupo familiar. Da mesma forma, a situação de J.D.1 que construiu residência no meio rural, mas exerce outra profissão, também ganha destaque.

Em partes, essas experiências parecem demonstrar que, após gerações onde o coletivismo familiar ganhava destaque para garantia da reprodução social, atualmente um projeto individual, como a vontade de estudar, ser militante em tempo integral e/ou apenas viver no meio rural, se sobressaem, além de representar alterações nos papéis dentro da família. Em todos os casos as escolhas das jovens não estiveram condicionadas à vontade coletiva. Além disso, nenhuma das jovens relatou casos muito comuns à geração de suas mães, como o "destino" tão costumeiro do casamento e a reprodução da condição de agricultora através de tal. Isso é importante ao se levar em consideração o estudo realizado por Gaspareto (2009), onde é demonstrado que entre as jovens entrevistadas que participaram de algum espaço de formação do MMC/SC é recorrente a ideia de que não querem viver a mesma vida das mães.

Além disso, com o advento da modernização agrícola surgiram os *Clube de Mães* (RENK *et al.*, 2010) de que algumas das jovens dirigentes fazem referência sobre a participação de suas mães. Na década de 1980, setores mais progressistas da Igreja Católica contribuíram para que o espaço da comunidade passasse por algumas modificações, representando novos significados e oportunidades para os camponeses de Santa Catarina (POLI, 1995). Conforme os relatos das jovens, suas mães iniciaram o envolvimento com a política (principalmente com o MMC/SC e sindicatos) devido a participação em *Clube de Mães* ou nos espaços da Igreja (como os grupos de reflexão), ambas situações nas respectivas comunidades de origem das jovens.

Nesse sentido, os espaços da comunidade e suas instituições (como a Igreja) que representam espaços de ampliação das relações sociais da família camponesa, passaram a adquirir também um caráter de espaço de contato com a política (e em alguns casos isso também aconteceu com os demais familiares), de construção de solidariedade e do "cuidado com o coletivo". Frente a isso, percebe-se que as jovens dirigentes representam uma geração socializada em grupos familiares cujos membros possuem alguma experiência e/ou inserção na política.

Todas as jovens dirigentes entrevistadas relataram um olhar positivo sobre a participação ativa das mães e demais familiares na comunidade e no campo político. Trata-se de um olhar de admiração frente às experiências vivenciadas na agricultura e o contraponto que faziam, sentimento expresso nos dizeres: "eu olhava para minha mãe como uma liderança", "minha mãe era uma mulher à frente do tempo dela", "eu olhava pra ela e pensava que queria ser igual", "a gente não se importava com o que os vizinhos diziam, entendia a importância disso, sempre explicaram pros nós". Mas também se chama a atenção de que isso não se trata de um padrão. Como bem relatado por uma das jovens "não é toda jovem que acha bonito", visto que para muitas a participação política da mãe passava a ser associado como algo negativo devido às ausências e comentários maliciosos dos vizinhos e comunidade em geral.

Para Paulilo (2010), o MMC/SC trouxe para as mulheres que participam/participaram do movimento a oportunidade de transformar o que era tipo como "lei" em suas vidas em apenas "uma realidade sempre repetida". Segundo Renk et al. (2010) a inserção política de uma geração levou a mudanças nos padrões de socialização, visto que essas mulheres investiram novas perspectivas nos filhos e filhas. Nesse caso, os familiares (principalmente nas figuras femininas) possibilitaram às jovens em questão o contato com discursos alternativos sobre suas condições de vida e que permitiram o reforço na construção das perspectivas individuais.

Diante disso, evidencia-se que quando falam sobre suas vidas no espaço rural elas não falam apenas de histórias de incertezas, perspectivas negativas e de relações hierárquicas, ainda tão presentes no campesinato. Elas falam também de aspectos novos, como é o caso da participação política dos familiares enquanto lideranças e os discursos atrelados, o que possui relação direta com as mudanças vivenciadas nesse meio a partir da emergência, na década de 1980, do sindicalismo *combativo* e dos movimentos sociais (e os discursos veiculados) e dos novos significados atribuídos aos espaços coletivos da comunidade[29].

Somam-se a isso as novas possibilidades de reprodução social, onde parece ganhar maior significância a possibilidade de realização de projetos individuais, destacando-se o acesso ao ensino superior, seja por ver na continuidade dos estudos uma forma de construir uma "vida melhor" ou uma forma de viver no rural mas exercer outra profissão. Além do mais, essas mudanças apontam para experiências de gestão compartilhada da propriedade

[29] Sobre isso ver Poli (1995).

rural com participação da mulher e dos jovens e a possibilidade de dedicar parte de suas vidas para a militância em um movimento social.

Assim, o aspecto principal que ganha destaque é a ocorrência de uma dualidade de questões que influenciam as decisões das jovens, de maneira semelhante ao referido em trabalhos como o de Castro (2013). Isso porque se misturam velhas e novas concepções sobre o espaço rural, a partir das experiências vividas e das significações e simbologias construídas entre o *ficar* e o *sair*, devido a comum persistência da autoridade paterna dentro da família, mas também das mudanças geracionais citadas.

No caso das jovens dirigentes há uma convergência entre suas trajetórias individuais e o MMC/SC, visto que para quatro das cinco jovens a possibilidade de continuar os estudos se materializou através do movimento. De que forma suas trajetórias (e de suas famílias) e as mudanças geracionais contribuíram para seu engajamento e de que forma o próprio engajamento influenciou em suas trajetórias é foco do último capítulo da dissertação. A hipótese é que, em certo momento, suas trajetórias são construídas a partir do encontro entre suas expectativas individuais e a participação política.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE TORNAR-SE UMA DIRIGENTE *JOVEM CAMPONESA* NO MMC/SC: UMA APROXIMAÇÃO COM O ENGAJAMENTO MILITANTE

O presente capítulo tem por objetivo compreender o processo de engajamento militante das dirigentes *jovem camponesa* no MMC/SC. Diante disso, a análise do "encontro" entre trajetórias das jovens e a trajetória política do MMC/SC e de como esse encontro leva as jovens a se identificarem enquanto militantes se dará com base em uma tentativa de diálogo entre os autores já utilizados e a literatura sobre engajamento militante, principalmente as contribuições desenvolvidas recentemente no Brasil. Para o entendimento do significado de *engajamento militante* se considera a contribuição de Sawicki e Simeant (2011, p. 201) que consideram ser "toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa". Ademais, admite-se para fins de análise a existência de uma dimensão processual do engajamento militante que será evidenciada a partir das trajetórias individuais das jovens dirigentes[30].

Essa perspectiva processual se dá com base nas contribuições de Ruskowski e Silva (2010; 2012; 2016) que demonstram ser uma perspectiva comum em duas abordagens internacionais: a *contentious politics* e a sociologia do militantismo. No Brasil são abordagens ainda recentes, mas que ganharam destaque entre pesquisadores que procuram romper com a naturalização do agir coletivo. Diante disso, salienta-se que a construção da análise do engajamento nessa dissertação se dá, principalmente, com base no debate teórico realizado no Brasil.

Para tanto, destaca-se os trabalhos realizados por grupos de pesquisadores da UFRGS (REIS, 2007; RODRIGUES e OLIVEIRA, 2008; RUSKOWSKI, 2009; SILVA e RUSKOWSKI, 2010; 2016; RUSKOWSKI, 2012; SEIDL, 2009; ANJOS, 2008), sob a orientação dos professores Odaci Luiz Coradini (Departamento de Ciência Política/UFRGS) e Marcelo Kunrath da Silva (Departamento de Sociologia/UFRGS). Todos os trabalhos acessados foram considerados na construção desse capítulo e, de modo particular, as contribuições de Silva e Ruskowski, em relação ao modelo de análise que constroem com

[30] A maioria dos trabalhos nessa temática utilizam o conceito de *carreira militante* de Fillieule (2001). Nesse estudo será utilizado o conceito de *trajetória* com base em Bourdieu, para manter consonância com o capítulo anterior e por entender que o conceito de trajetória a partir das contribuições de Pierre Bourdieu também permite apreender a importância dos processos e da conjugação entre as histórias individuais e elementos organizacionais.

base na literatura internacional e com o objetivo de contribuir para ampliar e qualificar o campo de pesquisas sobre militantismo no Brasil.

O modelo de análise dos autores foi construído a partir de uma ampla pesquisa sobre as perspectivas teórico-metodológicas que orientam trabalhos sobre movimentos sociais em todo o mundo, principalmente as que têm emergido recentemente na França, através da *Sociologia do Militantismo*. Diante disso, os autores responsáveis por esse modelo de análise têm como principal objetivo de sua construção reunir em um único modelo uma série de conceitos e categorias que não se encontravam articulados. A perceber:

> O modelo parte da análise das socializações prévias que constituem as disposições, recursos e capacidades dos indivíduos e que condicionam as oportunidades de contato e interação com as organizações, para depois analisar como os mecanismos de **mediação**, de **interação associativa**, de **socialização militante**, de **conexão estrutural**, de **alinhamento identitário** e de **retribuição** do engajamento se relacionam na conformação dos processos de engajamento. Um aspecto importante a ser destacado é que, na análise de processos empíricos, observou-se que a presença ou ausência de determinados mecanismos e as formas como os mesmos se articulam apresentam significativa variação. (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p. 31).

A partir da ampla revisão das vertentes presentes dentro dessa perspectiva, buscam articular elementos que são centrais em cada uma das perspectivas e fazer o diálogo entre eles. Na articulação entre a revisão da literatura internacional do militantismo e pesquisas empíricas, Silva e Ruskowski confrontam a naturalização do agir coletivo a partir da articulação de quatro perspectivas existentes para explicar o engajamento militante: *disposicional*, *identitária*, *relacional* e *retributiva*.

Frente a isso, salienta-se que no presente trabalho toma-se a realidade empírica enquanto orientadora para determinar as contribuições do modelo proposto e das demais elaborações teóricas sobre militantismo. Isso porque, como já exposto, apesar de se tratar de trajetórias individuais para explicar o processo do engajamento militante no MMC/SC reafirma-se que entre as cinco jovens dirigentes entrevistadas foram observados aspectos semelhantes em suas trajetórias quanto à posição social delas dentro da família e das famílias no espaço rural e na sociedade como um todo[31]. Diante disso, desconsiderou-se a utilização "na íntegra" do modelo de análise, evitando uma extensa análise sobre as formas possíveis de um indivíduo ter contato com uma organização, mas dando ênfase à análise dos principais

[31] Nesse sentido algumas abordagens utilizadas na construção do modelo de análise perdem "força explicativa", como, por exemplo, as que preveem uma ampla possibilidade de socialização na trajetória individual, visto que isso não foi visualizado na análise das trajetórias do capítulo 3.

práticas políticas do MMC/SC às quais as jovens foram socializadas que conformaram no engajamento militante das jovens no MMC/SC e na posição interna de dirigentes.

Da literatura internacional, tem-se o uso da noção de engajamento individual desenvolvida por Fillieule (2001), autor que entende o militantismo a partir de uma perspectiva processual. Embora o autor utilize o conceito de *carreira militante* ao invés de *trajetória*, noção a qual é utilizada no presente estudo, parte do entendimento de que a militância é uma atividade social que também é individual e dinâmica e que em cada etapa da carreira militante ocorrem influências de questões relacionadas ao seu passado e que também condicionam as possibilidades futuras (p. 200). Além disso, apreende-se do autor a noção de que o militantismo envolve etapas de acesso e exercício enquanto uma série de mudanças objetivas de posições, que envolvem responsabilidades e compromissos, bem como uma série de rearranjos subjetivos associados.

Ainda, cabe também relembrar que o surgimento do MMC/SC tem forte vinculação com setores da Igreja e a emergência de um *novo sindicalismo* na década de 1980. Com isso, a formação de lideranças/dirigentes esteve, inicialmente, atrelada aos espaços de formação de lideranças das pastorais sociais da Igreja católica e seus demais espaços formativos e a socialização política alinhada as suas perspectivas teóricas. Com o passar dos anos, as próprias militantes do MMC/SC constroem o entendimento de que necessitavam de "maior autonomia" nesse processo, criando seus próprios espaços formativos. Frente a isso, pretende-se compreender o engajamento militante das jovens dirigentes à luz da temporalidade em que ocorre, entendendo as continuidades e as transformações que operaram dentro do movimento e que conformam os mecanismos atuais de socialização política e formação de militantes/dirigentes.

Assim, pretende-se compreender de que forma elas se aproximam do MMC/SC, mas também de que forma elas se mantem e assumem a direção do movimento. Para tanto, também será necessário retomar elementos que são anteriores à militância delas (tanto em termos de trajetórias individuais como de trajetória política do MMC/SC) e que foram evidenciados nos capítulos anteriores. Além do mais, pretende-se retomar as trajetórias das *jovens camponesas* consideradas dirigentes, buscando demonstrar particularidades em relação ao processo de engajamento militante no MMC/SC e da posição que atualmente nele ocupam.

3.1 PARA ENTENDER MELHOR: COMO SE ORGANIZA A ORGANIZAÇÃO?

Para melhor compreender a inserção das jovens no MMC/SC é preciso conhecer a organização em questão. A forma como se organiza o MMC/SC, no sentido de organicidade interna, pode ser inicialmente entendida a partir de algumas inferências feitas por Casagrande (1991) e complementada a partir da descrição encontrada no site do MMC do Brasil e em cartilhas recentes do MMC/SC.

O autor considera que o movimento se estrutura de uma forma que permite uma "participação democrática" para todo o conjunto envolvido desde as "bases" até as instâncias "superiores". A partir disso, demonstra que as questões consideradas de grande importância começam a ser discutidas no grupo de base e a coordenação estadual irá discutir a pertinência/relevância das mesmas para encaminhar às coordenações regionais que encaminham para as coordenações municipais que, por sua vez, encaminham para todos os grupos de base que irão discutir a questão. Fazendo o caminho contrário, o que foi discutido nos grupos de base é encaminhado para a coordenação estadual que reúne todas as informações e repassa para todos os grupos de base a decisão sobre o assunto.

Os grupos de base citados são formados em nível de comunidade onde as mulheres se reúnem para realizar discussões, formações e fazer a preparação para as "lutas", geralmente a partir de materiais elaborados pelo MMC/SC, a exemplo de cartilhas. Nesses grupos são escolhidas duas mulheres que serão as dirigentes que coordenam as atividades em nível de grupos de base.

Já a direção municipal é composta por uma dirigente de cada grupo de base organizado no município e tem como papel coordenar e organizar as mulheres em nível de município e fazer a relação com as demais instâncias do movimento. As demais instâncias seriam a direção regional e a direção estadual, ambas compostas por duas dirigentes. Conforme os relatos das jovens dirigentes, existe também uma direção executiva composto por dirigentes que se responsabilizam por diferentes questões como educação, formação e comunicação.

A instância máxima de deliberação em nível estadual é a Assembleia Estadual que geralmente ocorre de três em três anos. Em nível nacional existe também uma coordenação nacional responsável por definir as linhas políticas do movimento em nível nacional e articular a relação com os estados, sendo composta por duas dirigentes de cada estado. Além disso, existe direção executiva em nível nacional composto por 10 dirigentes da coordenação nacional. O movimento ainda conta com um escritório nacional localizado em Brasília-DF e uma secretaria nacional com sede em Passo Fundo - RS, ambas consideradas estruturas de apoio do movimento. Por fim, tem-se o Congresso Nacional que ocorre de três em três anos e

é a instância máxima deliberativa do MMC do Brasil, onde se aprofunda o processo de decisão das assembleias estaduais.

Todas as jovens dirigentes do MMC/SC, já socializadas em um ambiente familiar e comunitário com envolvimento político, tiveram sua mediação com o movimento através das atividades realizadas nos grupos de base de suas comunidades. Ao longo de suas trajetórias foram responsáveis por diferentes tarefas de dirigentes, como a coordenação das oficinas realizadas com os grupos de base, composição da direção municipal, regional, estadual e nacional do movimento e na direção executiva em temas diversos.

Ao questionar uma dirigente nacional sobre qual seria a *metodologia* de trabalho político do movimento foi informado que existem três eixos de atuação centrais que são "pilares" do MMC: organização, formação e luta. Para as militantes do MMC, sem um desses três pilares o movimento não existiria. A importância atribuída à organização é um dos motivos pelos quais o movimento vive e pode ser entendida como a existência das instâncias anteriormente citadas.

Em relação à formação, a dirigente informou que se parte do entendimento de que não se reúne mulheres "só por reunir", é preciso que ocorra o processo de formação, pois o movimento quer "construir uma sociedade sem patriarcado na qual as mulheres sejam respeitadas como ser" e para que isso seja possível é necessário que quem faz parte do movimento passe por processos de formação técnica e política em temas específicos e gerais.

Em relação à luta é percebido que é considerada como também um importante processo de formação. Diante disso, um pilar complementaria o outro. A partir da emergência do projeto de agricultura camponesa defendido pelo movimento e de programas como o *Programa de Recuperação de Sementes Crioulas de Hortaliças* pode-se falar em um "quarto eixo" de atuação do MMC, bastante recente, que seria a implementação de experiências e que toma forma principalmente nas atividades nos grupos de base. Através disso, mostram experiências concretas do projeto de agricultura que defendem e atribuir também um caráter de "resistência" às suas práticas produtivas.

A experiência das jovens camponesas relatada em suas trajetórias permite compreender o processo de passagem da condição de quem possuía predisposições e um contato "superficial" com a organização, por meio de mediação de familiares, para o engajamento militante a partir de uma inserção no movimento, independente da participação de terceiros. Com isso, foi possível evidenciar os principais momentos de socialização política que marcaram suas trajetórias e são representativos dos processos de interação comunicativa

que contribuíram para o engajamento militante das jovens e a incorporação de uma identidade coletiva.

3.2 O PROCESSO DE ENGAJAMENTO MILITANTE

3.2.1 O contato inicial das jovens dirigentes com o *universo da militância*

As socializações prévias dos indivíduos nas diversas redes e esferas de vida que transitam ao longo de suas trajetórias se configuram enquanto "condições que predispõem à ação" (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p. 23), uma vez que são responsáveis pela constituição de disposições, recursos, capacidades e inserções relacionais que condicionam as oportunidades de contato e de interação com organizações sociais que promove causas. Compreender como as trajetórias individuais das jovens se encontram com a trajetória do MMC/SC exigiu um olhar que apreendesse os principais elementos que demonstram essa aproximação.

Para tanto, foi necessário evitar que os relatos se tornassem uma explicação própria sobre a militância, o movimento social e suas pautas, visto que a pretensão era compreender suas experiências vividas, o momento da vida em que passam a ter contato com o movimento social, através das experiências que antecedem a militância ativa (aqui tratada como engajamento militante). Diante disso, a pergunta inicial feita para as jovens foi que "falassem sobre suas vidas até o momento que começaram a participar ativamente do MMC/SC", o que possibilitou apreender elementos relacionados a familiares engajados, situações vividas no espaço rural, ou seja, elementos presentes em suas trajetórias e que já foram apresentados e discutidos no capítulo anterior.

Além disso, através dessa estratégia foi possível demarcar em suas trajetórias anteriores ao engajamento de que forma as jovens foram socializadas em relação ao MMC/SC e quando passam a ter contato mais direto. Em pergunta posterior foi pedido para que falassem sobre os momentos de contato inicial e os de envolvimento mais intenso com o MMC/SC, o que possibilitou que se compreendesse momentos cruciais para que ocorresse o engajamento militante, entendido como momento em que a militância das jovens ocorre "com suas próprias pernas".

Conforme exposto no capítulo anterior, todas as jovens são oriundas de famílias de pequenos agricultores e aprenderam desde cedo o quanto pode ser "dura" a vida no campo,

ainda mais para mulheres em posição de forte dependência e restrições econômicas e socioculturais dentro de suas famílias. Em partes, suas perspectivas foram construídas com base nas experiências vividas no espaço rural em grande parte de suas trajetórias, demonstrando as influências de hierarquias que atribuem a essas jovens diferentes papeis e posições na família. Diante disso, pode-se dizer que suas experiências são marcadas pela posição que a família ocupa na estrutura social da sociedade e pela posição que elas ocupam dentro do grupo familiar, pois além de mulheres são também *filhas*. Essas são "condições" que explicam em parte os motivos pelos quais as jovens se aproximam do MMC/SC, visto que são de fato jovens oriundas do meio rural e que possuem em suas próprias experiências elementos trabalhados e ressignificados no discurso do movimento.

No entanto, também não se pode esquecer que significativas mudanças geracionais são apresentadas em suas trajetórias, o que possibilitou o questionamento sobre diversos aspectos. A reprodução social de suas famílias no estado de Santa Catarina permitiu uma trajetória ascendente aos membros familiares, em muitos casos com envolvimento político. Com isso, os familiares (principalmente nas figuras femininas) possibilitaram às jovens em questão que, desde cedo, tivessem contato prévio com o movimento através de suas mães/irmã, além de contato com opiniões e explicações delas sobre a condição de vida da mulher com base nas suas experiências de militância. Assim, ver a vida e sua condição de forma crítica é algo que marca toda a trajetória de vida das jovens, mesmo que isso não se dê imediatamente na forma de inserção política.

Por terem nascido, crescido e vivido boa parte de suas trajetórias no meio rural, a vida comunitária e a relação com as instituições presentes nesse meio tomam centralidade na fala das jovens. Como já explicitado, a comunidade e as instituições formais que se apresentam nela (escola, igreja, clubes, campo de futebol) tem papel central e bastante significativo na vida e relações sociais das famílias camponesas. Além do mais, foi através da construção de uma vida ativa no ambiente comunitário que os integrantes das famílias das jovens tiveram seu primeiro contato com o envolvimento político, o que se repete no caso das jovens, pois todas tiveram seu primeiro contato com o movimento através da mediação por familiares e no espaço da própria comunidade em que viviam.

Além de evidenciar que ocorrem *socializações prévias*, no sentido que convivem diretamente com pessoas, membros de suas famílias, que possuem envolvimento político pretende-se elucidar como e quando ocorreu a mediação entre as jovens e o próprio MMC/SC, no sentido de empreender em que momento de suas trajetórias participaram ativamente de alguma atividade relacionada ao movimento para posteriormente entender em meio a quais

práticas políticas do MMC/SC as jovens passam a participar "com suas próprias pernas", se assumindo enquanto militantes.

J.D.1 cresceu em uma família que tinha um elevado envolvimento comunitário e também político, para ela a participação em sindicatos e movimentos sociais era algo que fazia parte da rotina de sua família. Quando sua mãe era liderança do sindicato, devido ao fato de existir um grupo de mulheres na comunidade rural em que a família vivia, realizava contato com dirigentes do MMC/SC. Em um desses contatos foi combinado que o movimento realizaria um teatro com o grupo de mulheres da comunidade para contar a "História da Opressão das Mulheres". Com 12 anos, J.D.1 foi convidada por uma dirigente do MMC/SC a participar do teatro declamando uma poesia. Relata que gostou muito de participar do teatro e por isso começou a acompanhar as demais atividades junto com o grupo de mulheres de sua comunidade, o que ocasionou sua participação em diversas oficinas de sementes.

No relato de J.D.2 é notório que sua família tinha participação ativa na comunidade em função da questão religiosa, o que é demonstrado em seu relato sobre a participação da família em grupos de reflexão e no fato de desde cedo fazer parte da equipe de liturgia e ser catequista. Além disso, tinha participação no grupo de jovens da *Pastoral da Juventude*, o que pode explicar o viés de *doação aos oprimidos* presente na ideia de seguir carreira religiosa. Foi nesse mesmo período que teve o primeiro contato direto com o MMC/SC, participando de alguns espaços do movimento por influência da irmã mais velha que era dirigente regional. Entre esses espaços estavam oficinas de sementes realizadas em sua comunidade e uma mobilização pública realizada na data de 8 de março.

Já J.D.3 relata que na sua comunidade o *Clube de Mães* funcionava junto com o MMC/SC, visto que eram designadas duas mulheres do *Clube de Mães* para fazer parte do movimento. Com isso sua mãe iniciou a militância no movimento e se tornou uma liderança local. Era principalmente nas atividades na comunidade em que residiam e no conjunto do município que sua mãe participava mais e que J.D.3 costumava ir junto, no entanto, não se considerava participante. Tais atividades eram, basicamente, oficinas de sementes e plantas medicinais, além de algumas reuniões a nível local.

J.D.5 relata que, além de sua mãe participar do sindicato, também participava do MMC/SC desde a década de 1990, motivo pelo qual conhece o movimento desde muito cedo. No entanto, foi a partir do início da década de 2000 que J.D.5 começou a acompanhar a mãe em algumas atividades do movimento, o que fazia perceber que se tratava de uma grande responsabilidade, sendo inclusive objetivo da mãe ao levá-la junto que conhecesse o

movimento e a responsabilidade que era. No entanto, para J.D.5 esse envolvimento inicial significava mais uma forma de socialização.

Já para J.D.4 quando o movimento iniciou em seu município sua mãe passou a se envolver, principalmente através do *Clube de Mães* e participando de atividades como oficinas, reuniões e encontros locais. Foi devido ao envolvimento da mãe que J.D.4 conheceu o MMC/SC, pois costumava acompanhá-la desde os 14 anos para contribuir principalmente na organização das refeições e das culturais, mas também porque as amigas acompanhavam suas mães, o que acabava se tornando um momento de encontro com elas.

Diante dos relatos, retoma-se a evidência de que a partir da década de 1980 o espaço da comunidade, que já era importante para a ampliação das relações sociais familiares passa a ganhar novos significados. Para Poli (1995) trata-se de uma mudança influenciada pela atuação da igreja que alterou conteúdo e forma de funcionamento dos espaços comunicativos já existentes no cotidiano dos camponeses. Com isso, ocorre uma transformação no significado da vida em comunidade e de suas atribuições, tornando-se comum a realização de encontros, reuniões e tudo mais no âmbito comunitário, grande parte desses espaços de formação que foram extremamente importantes para a construção de lideranças dos movimentos sociais em Santa Catarina.

As jovens em questão fazem parte de uma geração socializada em comunidades onde essas transformações citadas já haviam ocorrido (facilmente perceptível em seus relatos). Soma-se a isso o fato de que os próprios movimentos sociais já haviam se consolidado enquanto importantes espaços comunicativos. Nesse sentido, não passaram por uma socialização política em instituições como sindicatos, comum na geração anterior de lideranças do MMC/SC. Ocorre uma socialização em atividades comunitárias que, por vezes, são elas próprias espaços formativos, como é o caso da *Pastoral da Juventude*, mas principalmente de forma direta com o MMC/SC.

Isso se deve ao fato do movimento já estar presente e organizado localmente nessas comunidades e suas familiares participarem nesse meio. Para Silva e Ruskowski (2010, p. 36) "a apropriação das relações e espaços do cotidiano" se configura enquanto uma forma de mediação que opera como conduto para o processo de engajamento. Com isso, nota-se a existência de vínculos prévios com participantes do movimento social, no caso mães e irmã mais velha. Além disso, os autores evidenciam que ter um vínculo prévio com alguém que já participa configura uma mediação do tipo *natural*, visto que representa uma conexão indireta devido a laços construídos em outras esferas de vida, que nos casos estudados, na própria esfera de vida familiar e comunitária. Com isso, a esfera de vida da família e da comunidade

se “entrelaçam” com a esfera de vida da militância no cotidiano das jovens no espaço rural. Em favor disso tem-se a própria estrutura bastante horizontal do movimento, que valoriza a realização de certas atividades nos grupos de base.

Em seu estudo, Poli (1995) já evidenciava que, com o tempo, o espaço do movimento social ia se tornando um importante canal comunicativo. Isso ocorre na medida em que as militantes do movimento passam a ter contato com outros discursos, para além do religioso, que permitem explicar sua condição de vida, além da ampliação das relações políticas do movimento. Para Daboit (1996), o contato com novas bases discursivas permitiu que a reivindicação de direitos das mulheres se fortalecesse no âmbito individual. Frente a isso, passam a construir argumentos e suas práticas no próprio espaço do movimento e com a participação de assessores que escolhem.

Além desses fatos, é necessário relembrar que todas as jovens demonstraram um olhar positivo que construíram em relação à participação ativa dos familiares nas atividades comunitárias e no envolvimento político. Diante disso, pode-se anunciar que as experiências vividas ao longo de suas trajetórias permitem uma pré-disposição ao engajamento, o que não significa necessariamente transformar suas vidas e dedicar seu tempo para a militância. Isso porque, como já comentado, nem todas as jovens que tinham familiares com envolvimento político, sobretudo suas mães no MMC/SC, se tornam automaticamente militantes e dirigentes. Por isso, é preciso entender os demais processos envolvidos e que procedem as socializações prévias e a mediação entre indivíduos e movimento social.

3.2.2 Experiências relacionadas à mudança nas posições ocupadas: de jovens socializadas com o MMC/SC a jovens dirigentes

Após participar do teatro realizado pelo movimento em sua comunidade, devido ao interesse em continuar acompanhando as atividades do MMC/SC junto com o grupo de mulheres de sua comunidade, J.D.1 participou de diversas oficinas realizadas localmente e também acompanhou a 7ª Assembleia Estadual do MMC/SC que ocorreu em 1999 na cidade de Chapecó-SC, que tinha como lema *Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída*. Nessa época, as assembleias estaduais eram massivas e contavam com a presença de mais de duas mil mulheres. Além disso, acompanhou mobilização pública do 8 de março realizada na capital do estado (Florianópolis-SC) em 2001 e o Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre-RS no ano de 2002. Nesses espaços pode contribuir assumindo a responsabilidade pelos momentos de *mística* e a tarefa de falar em nome do movimento no

carro de som. Para J.D.1 foram experiências marcantes em que ela era a única jovem a fazer falas, o que fez sentir que naquele momento ela "representava" o MMC/SC.

No ano de 2001, J.D.1 assumiu a tarefa de *monitora* em algumas oficinas sobre sementes, o que representou a possibilidade participar de diversos *mutirões* realizados em diversas comunidades pelo MMC/SC, o que para ela representa os momentos mais bonitos na militância, pois é o contato direto com a base, com as mulheres vivem o dia-a-dia de camponesas e que colocam em prática a agricultura que debatem nos espaços do MMC/SC. Além disso, J.D.1 pode acompanhar o debate sobre a mudança de nome do movimento de *Movimento de Mulheres Agricultoras* para *Movimento de Mulheres Camponesas*, acompanhando inclusive o Congresso Nacional realizado em Brasília e que fundou o Movimento de Mulheres Camponesas em nível nacional.

Aos 14 anos de idade, J.D.1 já participava do Curso de Dirigentes realizado pelo MMC/SC, onde teve acesso a debates sobre a tarefa e o compromisso de ser dirigente no movimento de mulheres, além de assuntos relacionados a gênero e funcionamento da sociedade. J.D.1 teve também a oportunidade de iniciar o curso de *Pedagogia da Terra* pela parceria entre a UERGS e o ITERRA, momento este que relata ter sido de grandes aprendizados, pois tinha formação política muito intensa e também entendeu melhor a relação do MMC/SC com outros movimentos e lutas mais amplas. J.D.1 fez quatro semestres do referido curso quando desistiu para ingressar no curso de Direito na Unochapecó, curso com o qual tinha maior identificação. Durante a graduação participou de debates relacionados à *defensoria pública* e sempre fez questão de se posicionar enquanto dirigente do MMC/SC.

Ademais, J.D.1 relata que quando começou a participar mais ativamente do movimento a principal questão que gostava de acompanhar estava relacionada ao debate sobre sementes, além da possibilidade de contribuir no setor de *mística*. Também relata que quando iniciou no movimento ela era a mais jovem das participantes sendo que a segunda mulher mais jovem tinha 30 anos e com isso não era comum a realização de encontros específicos para a juventude, sendo que posteriormente participou da organização de alguns espaços formativos para jovens.

No caso de J.D.2, como já relatado, além de ter participado de alguns espaços do MMC/SC com a irmã (atividade do 8 de março em Florianópolis em 2001 e oficinas na sua comunidade), teve envolvimento político com a *Pastoral da Juventude*. Com esse envolvimento tinha no seu ideário a vontade de construir uma carreira religiosa como forma de *doação aos oprimidos*. Por ter desistido dessa escolha inicial, acabou perdendo um pouco do interesse que tinha pelos estudos. No entanto, relata que antes mesmo de "oficializar" sua

desistência, a irmã mais velha, dirigente regional do MMC/SC, já havia escrito ela para cursar *Pedagogia da Terra* pelo convênio UERGS/ITERRA.

Quando retornou para sua comunidade passou a acompanhar alguns espaços do MMC/SC com a irmã, entre eles o Curso de Formação de Dirigentes realizado no ano de 2003. Para J.D.2 a participação nesse curso representou um momento em que teve maior contato com alguns debates do MMC/SC e se sentiu desafiada a voltar a estudar. Foi a partir dessa atividade que começou a contribuir mais ativamente com sua irmã na organização local e regional do MMC/SC.

Algum tempo depois, foi chamada para prestar o vestibular relacionado ao curso citado e no período de 2003 a 2007 cursou *Pedagogia da Terra*, momento em que participou também de diversas atividades de militância. Em meio à graduação também desempenhava a tarefa de Dirigente Estadual do MMC/SC. Ao término da graduação, quando retornou à Santa Catarina voltou a contribuir mais diretamente com o MMC/SC, assumindo a coordenação do trabalho com as jovens (2007) e sendo convidada a participar de uma Formação de Dirigentes Camponesas em Moçambique - África no ano de 2008. Nessa formação, J.D.2 era a única representante do MMC/SC e jovem, motivo pelo qual sentiu a responsabilidade de "assumir mais" a militância, pois percebeu que estava representando o movimento.

No final do ano de 2008 foi convidada para assumir a Coordenação Pedagógica da FUNDEP, função que desempenhou até o final de 2010. Nesse mesmo período contribuiu na Direção Política da "Luta pelo fim da violência contra a mulher" (2008), na Direção Executiva através do Grupo de Elaboração e Proposição-GEP (2009) e realizou seleção do mestrado, tendo como temática da dissertação o MMC/SC. Após conclusão, realizou seleção do doutorado também com proposta de estudar o movimento. Nesse sentido, relata que todos os trabalhos que realizou na graduação, mestrado e doutorado são com temáticas relacionadas ao movimento. Além disso, em paralelo à pós-graduação J.D.2 assumiu a Coordenação e Direção Nacional do MMC representando o estado de Santa Catarina, principalmente na formação, só se afastando dessas tarefas para a escrita da tese, no período de março de 2015 até o ano de 2016.

J.D.3 relatou que no ano de 2004 sua mãe não pode participar da Assembleia Estadual do MMC/SC, pois estava com muitas atividades "atrasadas" em casa, pedindo então para que J.D.3 participasse em seu lugar. Dessa forma, J.D.3 foi representando sua mãe na 9ª Assembleia Estadual do MMC/SC realizada na cidade de Itapiranga-SC com o lema *MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil*. Nesse momento J.D.3 disse ter conhecido melhor o que era o movimento e começou a ter mais interesse em participar,

motivo pelo qual acompanhou outros espaços do movimento, no entanto, tinha dificuldade de se reconhecer como movimento.

No período entre 2004 e 2005 J.D.3 participou de alguns encontros do MMC/SC específicos para as jovens e no ano de 2006 foi convidada para fazer o curso superior de Tecnólogo em Agroecologia pela *Escola Latinoamericana de Agroecologia da Via Campesina*. Esse momento de estudo exigiu uma atuação "mais forte" no movimento e J.D.3 começou a se assumir mais enquanto movimento e também enquanto camponesa, pois antes se considerava apenas uma participante, visto que participava de atividades pontuais do MMC/SC, mas não tinha responsabilidades com o movimento.

Em 2010, logo que terminou a graduação já assumiu a Secretaria de Formação do MMC/SC, atuando em diversos temas como debates sobre gênero, agroecologia, formação de dirigentes. As responsabilidades com a formação se dava tanto com os espaços realizado na *base* como também em nível de estado. Dentre os espaços que organiza destaca que ajudou a coordenar projetos e espaços exclusivos para jovens a partir de 2010. Atualmente J.D.3 atua na Coordenação de Educação, principalmente coordenando projetos do MMC/SC.

Para J.D.5, apesar de acompanhar sua mãe nas atividades do MMC/SC desde o início da década de 2000, relata que começou a entender melhor o movimento a partir de quando participou dos encontros específicos de jovens nos anos de 2004 e 2005. Para ela, esses espaços eram especiais porque trabalhavam na "linguagem" e realidade das jovens. No primeiro deles J.D.5 relata que estudou sobre socialismo e capitalismo e os reflexos para a juventude, o que chamou muito sua atenção.

Foi a partir do primeiro espaço de formação para jovens que J.D.5 começou a participar das demais atividades do MMC/SC mesmo que sua mãe não participasse, pois "não conseguia mais se enxergar fora", motivo pelo qual passou a assumir responsabilidades pelo movimento. Nesse mesmo período J.D.5 foi convidada pelo movimento para cursar *Licenciatura em Educação do Campo* através de um convênio entre a UnB e o ITERRA. Um pouco antes de concluir o curso em 2011 foi convidada para entrar na Direção Estadual do movimento e para a Coordenação Executiva assumindo o setor de Comunicação, tarefas que desempenha até hoje, além de contribuir regionalmente.

J.D.4 diz que desde os primeiros espaços que participava com sua mãe já se considerava uma militante do MMC/SC, pois o debate do movimento a "tocava" muito. No entanto, em seus relatos também ganha destaque a importância da participação nos encontros específicos de jovens. Inicialmente acompanhava sua mãe, mas relata que na época em que o movimento começou a ficar "forte" em sua região participou de alguns encontros regionais

com jovens realizados pelo MMC/SC, onde tinham formação política com elementos da realidade da juventude.

Após a realização desses espaços relata ter participado de três encontros de formação para jovens a nível estadual. J.D.4 participou de um desses encontros realizado em fevereiro de 2005. Após tentar carreira religiosa e não ter se identificado, retornou para Santa Catarina no final deste mesmo ano e no início do ano seguinte participou de mais um encontro do MMC/SC para jovens. Nesse encontro, várias jovens estavam indo estudar pelo movimento em diversos lugares, inclusive fora do país. Além disso, durante o encontro passou uma "listinha" para que quem tivesse interesse em fazer algum dos cursos oferecidos pelo movimento (pedagogia, tecnólogo em agroecologia, medicina). J.D.4 se interessou pelos cursos que envolviam agroecologia, devido a algumas formações que participou.

J.D.4 relata que seguiu participando das atividades do movimento localmente e em nível regional e em junho do mesmo ano (2006) recebeu uma ligação da coordenação de formação do movimento para que escolhesse entre o curso de tecnólogo em agroecologia oferecido pela *Escola Latinoamericana de Agroecologia* ou Licenciatura em Agroecologia pela *Instituto Latinoamericano Paulo Freire* na Venezuela. J.D.4 conta que mesmo com muitas incertezas e receios pela distância optou por realizar o curso na Venezuela.

Para iniciar o curso, J.D.4 precisou passar por um processo de formação e preparação que aconteceu no Centro de Formação do MMC/SC em Chapecó-SC. Posterior a isso, teve que participar de uma formação de 30 dias em São Paulo realizada na *Escola Florestan Fernandez* e que era coordenado pela Via Campesina. Após isso, no final de 2006, foi para a Venezuela onde cursou Licenciatura em Agroecologia até 2012.

Durante todo o tempo da graduação J.D.4 retornava ao Brasil durante as férias e participava dos espaços de formação do MMC/SC, principalmente dos espaços específicos para jovens onde relatava sua experiência de ser uma jovem camponesa que estuda na Venezuela. Após concluir o curso superior em outubro de 2012 e retornar ao Brasil foi convidada para ir a Brasília contribuir na construção do 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil[32] e posteriormente J.D.4 foi convidada para trabalhar na prestação de contas do Encontro e acabou "ficando por Brasília". A partir disso, assumiu a secretaria nacional do movimento, além da coordenação e da direção nacional como representante do MMC/SC.

[32] Realizado em fevereiro de 2013.

Nota-se que a mudança de posições dentro do movimento em todos os relatos se tratam de um conjunto de compromissos, responsabilidades e tarefas que as jovens vão assumindo com o movimento e que ocorrem de forma particular em cada uma das trajetórias individuais em questão. Ao mesmo tempo, representam uma mudança ascendente na posição que as jovens passam a assumir dentro do movimento até chegarem na condição de dirigente. É perceptível que representam possibilidades de acesso e de exercício de práticas militantes bastante comuns para quem atua em um movimento social. São posições que envolvem representações frente ao conjunto das militantes e toda a sociedade e que significam estar contribuindo diretamente na organização do movimento, se sentindo parte da construção e responsável por garantir que ela ocorra.

A partir dessas observações percebe-se que o processo de fazer parte e sentir-se parte do movimento de mulheres envolve uma série de questões subjetivas, que dizem respeito às retribuições simbólicas, como por exemplo ganhar respeito, admiração e reconhecimento dos demais no campo político. Diante dos relatos de suas trajetórias e do reconhecimento de espaços de socialização oferecidos pelo MMC/SC pode-se considerar a ocorrência de um processo alicerçado em uma série de mudanças objetivas nas posições ocupadas pelas jovens, o que é acompanhada de uma incorporação de significados, representações e discursos pelas jovens a partir dessa inserção nos espaços e práticas políticas do MMC/SC, sendo esse segundo aspecto melhor trabalhado a seguir.

3.2.3 PARTICIPANDO E FAZENDO PARTE DO MMC/SC

3.2.3.1 Práticas políticas do MMC/SC no processo de socialização das jovens: mobilizações públicas, cursos de dirigentes e os momentos da "mística"

Para compreender de que forma ocorre o processo de *interação comunicativa* entre as jovens e o MMC/SC é necessário levar em conta as transformações que ocorreram ao longo da trajetória do movimento. Estudos como o de Gaiger (1995), Poli (1995) e Daboit (1996) é demonstrada a grande influência dos espaços da Igreja Católica, a exemplo de pastorais, grupos de reflexão e cursos de lideranças, na construção e preparação de dirigentes camponeses.

As evidências presentes nos dois primeiros capítulos dessa dissertação vão ao encontro dessas afirmativas ao demonstrarem a importância da relação com a Igreja e com o sindicalismo no processo de socialização política das militantes do MMC/SC, sobretudo nas

décadas de 1980 e 1990. No entanto, também foi possível perceber que com a ampliação das relações políticas das militantes do movimento, bem como com novas bases interpretativas acessadas, as militantes do movimento passam a questionar a autonomia do mesmo e a construir seus próprios espaços de formação. A trajetória das jovens e o contato inicial com o movimento parecem reafirmar isso. Todas as jovens dirigentes foram socializadas em um universo familiar e comunitário onde o envolvimento político já ocorria, ao contrário do que é evidenciado em relação às primeiras gerações de dirigentes dos movimentos sociais do campo em Santa Catarina.

Com as mudanças que operaram principalmente a partir da metade da década de 1990 e início da década de 2000, os espaços da Igreja e a própria prática sindical perdem espaço para uma formação militante que ocorre essencialmente dentro do próprio espaço do movimento social, fato este apontado inicialmente por Poli (1995) ao evidenciar que aos poucos o espaço do movimento ia se tornando um importante *espaço comunicativo* no processo de formação das militantes do MMC/SC. Com exceção de J.D.2, que participou da *Pastoral da Juventude*, nenhuma das demais jovens teve no espaço da Igreja um espaço de "atuação política" ou de exercício de liderança, mesmo que tenham tido seu envolvimento político inicial no espaço da comunidade. Da mesma forma, não passaram por uma atuação política dentro sindicalismo. Diante disso, é evidente que a formação política e o exercício de liderança construídos a partir das práticas políticas do MMC/SC refletem o caráter da trajetória militante de dirigentes na atualidade.

Nas falas de J.D.1 e J.D.2, que se engajaram antes de ocorrer o processo de unificação, é eminente a importância de atividades e formações relacionados às práticas políticas e repertórios de ação mais habituais do MMC/SC, a exemplo das manifestações públicas de 8 de março, que ocorrem desde a origem do MMC/SC, e dos cursos de dirigentes que ganharam maior centralidade na medida em que outros espaços de inserção inicial do movimento perderam centralidade. Já nos relatos das três jovens que se engajaram a partir do processo de unificação do MMC e das principais transformações desencadeadas com isso, ganham centralidade práticas políticas relacionadas aos encontros específicos de formação para jovens iniciados a partir de 2003 e à oportunidade de acesso à educação formal pelo movimento. Nesse sentido, o fato de todas as jovens terem tido a oportunidade de acessar a educação formal em escolas ligadas aos movimentos sociais do campo, representa que a educação formal também pode ser um importante meio de formação militante.

Em relação às manifestações públicas, Taborda (2013) aponta que o MMC faz uma ressignificação em relação à data de 8 de março, visto que é considerada pelas militantes do

movimento como uma data de resistência, motivo pelo qual todos os anos são realizadas manifestações públicas através da mobilização de toda a base do MMC/SC. A autora também evidencia que entre os anos 2000 e 2002, período ao qual duas das jovens fazem referência, o 8 de março foi marcado pela realização de acampamentos e debates em nível nacional, que tinham o intuito de denunciar o modelo de agricultura vigente e propor um contraponto, que seria o projeto de agricultura que estava sendo construído.

Nas cartilhas de preparação dos acampamentos é percebido que a realização tinha por pressuposto tornar "público" o debate sobre as consequências do modelo de agricultura vigente no período. No ano de 2001, ocorreu o 2ª Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (de 5 a 9 de março), o qual ocorreu de forma descentralizada em diversas capitais do país e foi organizado pela ANMTR. O lema do acampamento era *Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um novo Brasil* e reuniu cerca de 25 mil camponesas em todo o Brasil enquanto uma comissão nacional da ANMTR participava de audiências com o governo federal em Brasília-DF. No estado de Santa Catarina o acampamento ocorreu na capital Florianópolis-SC.

Uma das principais bandeiras do acampamento era debater a construção de um modelo de agricultura como parte do Projeto Popular para o Brasil como forma de contraponto ao modelo do neoliberalismo e as consequências que este ocasionava para a agricultura e a mulher. Para uma das organizadoras e integrante da comissão nacional, em entrevista à Revista Sem Terra (nº 209, 2001) era "papel da mulher estar conscientizada e lutando por um projeto próprio de agricultura e sociedade", pois as conquistas das mulheres estavam ameaçadas e o modelo agrícola do governo afetava a vida das camponesas que estavam perdendo sua raiz que era o "trabalho na terra, o quintal com fartura", no sentido de "vínculo e estabilidade". É perceptível na fala das duas jovens a importância da manifestação pública no 8 de março enquanto espaço de socialização política e de formação militante, visto que a oportunidade fazer falas, preparar a mística, estar no carro de som e participar dos debates que ocorrem são formas de se aproximar das práticas políticas e se inserir enquanto parte do conjunto do movimento.

Além disso, os cursos de dirigentes também ganharam centralidade nas falas das duas jovens e parecem ter importância na medida em que permitem o contato com diversas questões trabalhadas pelo movimento e por ter um caráter de "capacitação". A fala de J.D.1 objetiva essas oportunidades que lhes aparecem, como nesse trecho de sua entrevista:

> Eu com 14 anos fui para o primeiro curso estudar gênero, estudar sociedade como ela se dividia, o que que era os modos de produção, então antes de eu aprender na escola lá no segundo grau eu já aprendia no movimento e depois também a questão de já se capacitar para você dar os cursos. (Entrevista Jovem Dirigente 1 – 29/08/15).

Estes cursos são momentos importantes de contatos com princípios e valores fundamentais do MMC/SC, mas principalmente de instrumentalização para o exercício de liderança dentro do movimento. Além disso, esses cursos tiveram destaque no período em que ocorreu o processo de nacionalização e troca de nome do movimento. Em relatórios de cursos de dirigentes realizados nesse período é reafirmado o marco representado pelo momento histórico vivido com a troca de nome e unificação e é inegável o desprendimento solicitado por parte das dirigentes. Além do mais, o período de transição para MMC é o momento em que ocorrem os "primeiros passos" de algumas das jovens dirigentes e também de contato mais direto das outras.

Sobre a tarefa de ser uma dirigente dentro do movimento cabe destacar que, devido sua organicidade interna mais "fluída", grande parte das militantes do movimento desempenham em algum nível o papel de dirigente, sendo reconhecidas pelo conjunto como tal. Nesse sentido, através de entrevista realizada com uma das dirigentes que participa do movimento desde a década de 1980 foi possível entender essa perspectiva:

> Os quadros do movimento se fazem na luta, a medida em que vão se encontrando [...] aquelas que tem uma atuação a nível estadual, que estão na executiva, que tem tarefas pontuais, seja da comunicação, da divulgação, da formação, do trabalho de base, são dirigentes do movimento. Porque são elas que são as principais responsáveis para encaminhar todo esse processo de organização lá nas diferentes instâncias do movimento, então são militantes, mas numa condição dirigente [...] obviamente que as dirigentes normalmente são aquelas que estão efetivamente dedicando a sua militância para construir a luta das mulheres (Entrevista Dirigente 1 – 08/04/16).

A "luta" em que uma militante vai se tornando uma dirigente pode ser associada às diversas experiências vivenciadas na prática militante e relacionadas aos diferentes repertórios de ação, sejam as práticas políticas como as mobilizações públicas, os encontros específicos e até mesmo os momentos da mística. No entanto, nos cursos de dirigentes as militantes participantes aumentam o contato com visões relativas ao papel que se espera de dirigente em um movimento social.

Elementos como conhecer e fazer uma boa leitura da realidade, ter um bom conhecimento sobre as condições históricas de vida das mulheres no campo, a necessidade de desprendimento individual em nome do coletivo estão presentes em tais cursos. Além disso,

opera a noção de que "uma dirigente não se acha pronta". Com essas afirmações, é evidente que os cursos são espaços onde ocorre o contato das militantes com um conjunto de elementos necessários para a prática dirigente e que são esperados para que ocorra o reconhecimento enquanto tal. No entanto, é somente a partir da prática de assumir esse compromisso com o movimento que uma dirigente se forma (aprender fazendo), o que acaba tomando um tom de desafio às militantes que participam de tais cursos.

Assim, nos citados cursos se discute e aprofunda o debate em relação ao papel da dirigente dentro do MMC/SC e da necessária dedicação que essa tarefa exige, visto que para o conjunto do MMC/SC, a figura da dirigente representa o que o movimento é. Nesse sentido, os valores e princípios do movimento devem ser assumidos em suas vidas para serem referências às demais militantes e mulheres que tem contato com o MMC/SC. Na fala da J.D.1 a participação no curso ganha o caráter de algo desafiador para uma jovem de 14 anos (na época), mas muito significativo pelo grande "aprendizado" que decorreu da participação e que permitiu ter condições de assumir alguns compromissos.

Outra prática política que tem centralidade para as jovens dirigentes é a *mística*. A mística é uma prática política de exposição das aspirações e representações das militantes na forma simbólica e se trata de parte importante no processo subjetivo de engajamento das jovens, pois desencadeia um envolvimento afetivo. Na entrevista de J.D.1, a esse respeito ela declarou:

> Eu acho que ela por si só ela já fala o que ela é. Essa questão da mística é algo que não se explica, ela é simbólico né, e mística feminista é a simbologia do ser feminista, é o que nos alimenta [...] é trazer o elemento que tá, como que eu vou explicar, que tá subjetivo né dentro da gente, que nos acalora, por isso que tem as poesias, tem os cantos né, e que se não mexe profundamente com a gente [...] Tipo assim, pra academia pode ser que não existe sem teorização, mas existe sentimento na mística e é o que nos move a continuar sempre lutando (Entrevista Jovem Dirigente 1 – 29/08/16).

As *místicas* fazem parte de todos os momentos de encontro e ação do movimento. Na fala das jovens aparece como elementos de luta e de renovação da luta, o que pode representar uma interface importante no processo de construção da identidade *camponesa*. Essas afirmações remetem à categoria de análise da *experiência* quando Thompson afirma que as pessoas não experimentam suas experiências apenas como ideias, também as experimentando enquanto sentimentos (THOMPSON, 1981, p. 189).

Para Poli (1995), a importância que a mística ganha nos processos de luta dos movimentos sociais pode estar atrelada a uma herança histórica do campesinato, onde por

tradição religiosa era comum os camponesas recorrerem a orações e celebrações em momentos de grandes dificuldades. Em Castro *et. al.* (2009, p. 183) a mística é observada a partir da ótica da conversão da condição de instrumento religioso em político, à medida que a prática de realização da mística pode ser associada enquanto herança de militantes da Igreja Católica. Além do mais, é considerado que a mística permite trazer elementos da própria realidade vivida pelas mulheres camponesas para o momento em que é realizada, como pode-se perceber na entrevista de J.D.5:

> Eu acho que a mística é uma forma de diálogo que você tem com as mulheres e quando a gente fala em mística feminista, é essa forma de dialogar sobre a vida das mulheres, sobre os direitos das mulheres, sobre as conquistas, sobre as preocupações, os desafios, por exemplo, a gente pegar a mística de hoje e de ontem, é arrancar o patriarcado pela raiz e construir a possibilidade de construir uma outra forma de vida, acho que é nesse sentido assim, a mística é o diálogo que você tem, o diálogo e a reflexão que você faz sobre a realidade das mulheres. (Entrevista Jovem Dirigente 5- 29/08/16).

Desta forma, a mística é trabalhada a partir dos elementos do cotidiano das mulheres camponesas e opera enquanto uma prática política que permite uma constante renovação da entrega individual à luta e das convicções envolvidas. Muitas vezes remete a pessoas que foram centrais no processo da luta da classe trabalhadora e a elementos do que consideram como pertencentes à cultura camponesa (chapéu de palha, por exemplo). Além disso, representa um momento em que se reafirma um "vir a ser" com caráter coletivo, pois também costuma trabalhar elementos que permitem a construção e reafirmação da identidade coletiva assumida quando se passa a fazer parte do MMC/SC, bem como dos vínculos que decorrem desse engajamento.

3.2.3.2 Práticas políticas recentes do MMC/SC no processo de socialização das jovens: os encontros específicos de jovens e o acesso à educação formal

Outros elementos que ganham destaque nas falas das jovens são os encontros específicos para jovens realizados pelo MMC/SC. Esses espaços começaram a ser organizados a partir do ano de 2003 e eram pensados para o público específico considerado jovem. Ao contrário de J.D.1 e J.D.2 que se engajaram antes de iniciar esses encontros, as jovens dirigentes que se inseriram nesses espaços assumem a identificação de *jovens camponesas*, o que sinaliza que a realização desses encontros representa o momento em que a categoria passa a ser reconhecida enquanto tal.

Em estudo realizado por Castro *et al.* (2009)[33] evidencia-se que, com exceção da PJ e PJR (ambas surgiram na década de 1980), nos demais movimentos sociais que fazem parte da VC e no movimento sindical a organização específica da juventude começa a ocorrer a partir dos anos 2000, não sendo um processo isolado ou particular de um ou outro movimento. A autora também evidencia que ocorreu no âmbito da Via Campesina um processo de articulação da juventude, que passou a ser denominado *Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina* e foi criado em 2006. A partir de então, ocorreu através dos movimentos sociais que compõem a Via um *Programa de Formação para a Juventude da Via Campesina* em diversos estados, nos anos 2007/2008.

Diante disso, é no bojo desse processo que já foi percebido em diversas organizações do campo que se insere a emergência da categoria política *jovem camponesa*. Evidentemente, a emergência da categoria se relaciona com o reconhecimento da juventude enquanto *ator político*. Nesse sentido, Gaspareto (2009) demonstra que além do peso de aspectos relacionados ao espaço social ocupado pelas jovens militantes do MMC/SC, falar em *jovem camponesa* é falar em uma categoria construída em processos de socialização política. No caso em específico do MMC/SC trata-se de uma socialização política que se dá principalmente através do "assumir" responsabilidades com o movimento e da possibilidade de inserção nas mobilizações públicas, nos cursos, encontros e demais espaços que configuram o conjunto de práticas políticas do próprio movimento.

Ademais, Castro *et al.* (2009) demonstra que o processo de emergência da organização da juventude torna-se notório a partir da expressão que toma através da organização de diversos eventos regionais e nacionais que se anunciam como "da juventude" (p.64) e que se "avolumaram" a partir de 2006, momento em que ocorre a identificação dessa juventude enquanto uma identidade política (p. 20). No caso do MMC/SC ocorreu uma sequência de eventos específicos de formação para jovens a partir do ano de 2003, principalmente estaduais, mas também regionalmente no estado nos anos de 2006 e 2007 e em conjunto com outras organizações como a *Consulta Popular* e a Via Campesina. Além disso, no ano de 2014 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Jovens Camponesas em Goiânia-GO[34].

De qualquer forma, é necessário evidenciar que no caso específico do MMC, ao contrário do que vem ocorrendo na maioria das organizações do campo, a juventude não configura um "setor" ou uma instância organizativa específica. Ao contrário, é explicito na

[33] Ver Tabela 10 nos anexos do livro "Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político" (CASTRO, 2009).
[34] Ver Tabela 3 em anexos.

fala das dirigentes que a lógica do movimento é trabalhar com a juventude inserida nas lutas gerais do movimento e pautando as questões que lhes são específicas, como pode ser visto:

> Nesse espaço do movimento das mulheres camponesas, as jovens não constituem um grupo a parte, um setor. Elas estão dentro dum processo como um todo, com a luta, com o movimento, embora elas criam espaços específicos próprios para irem colocando outros ingredientes que talvez ali, no conjunto todo, não vem com tanta força e o movimento incentiva, potencializa, apoia, cria condições para que isso aconteça. Então isso é bem interessante porque essa é uma especificidade do MMC, ele não cria setor, ele não fragmenta, ele luta pela libertação da mulher e pela transformação da sociedade. (Entrevista Dirigente 1 – 08/04/16).

Na fala dessa dirigente mais "antiga" é manifesto que a não criação de um setor ou instância se trata de uma especificidade do MMC que reflete um objetivo de manter a "coesão" e centralidade em torno do debate de mulheres. Nesse sentido, as jovens vão se inserindo no movimento como um todo, com o intuito de construir lutas na perspectiva do movimento e inserindo suas pautas nos espaços criados em específico para juventude, onde discutem entre as jovens, geralmente mediadas pela assessoria de outras dirigentes. Mas também parece existir um entendimento de que o surgimento de espaços específicos é um fenômeno em movimento e que vem ganhando importância nos últimos tempos, fazendo emergir questões específicas da categoria, com um caráter geracional. Isso é percebido na visão de outra dirigente:

> Eu sempre brinco assim, eu sou uma dirigente lá da década de 80, que a gente não tinha celular, a gente não tinha internet, a gente não tinha um monte de coisa, o nosso jeito de militância, o nosso jeito de fazer as coisas eram muito diferentes e às vezes, eu sempre fico me policiando inclusive porque acho que a gente tem que ter uma sensibilidade muito grande, porque não é com jeito diferente da juventude que tem menos compromisso que nós, tem tanto quanto ou mais ainda o compromisso, porque da uma, tem uma ligação muito grande, tem formações muito rápidas, então assim, nós precisamos de criar espaços específicos pra as jovens, a ter seus, sua forma de formação, de se articular, de como ajudar esse movimento a olhar que esse público não pode ser tratado da mesma forma, eu acho que isso no passado, assim como com as mulheres, era meio que assim "normal", não tinha que distinguir nada, eu acho que ainda bem que hoje a gente tem uma outra visão de que é necessário organizar [...] porque a pauta da juventude ela tem muita da nossa pauta, mas ela tem coisas muito especificas da juventude [...] a gente vê nas contribuições e nas falas das mulheres, das jovens assim, a intervenção das jovens nos espaços onde a gente ta junto é completamente diferente, a gente vê como cresceu então é necessário ter esses espaços, e nós temos uma coordenação que tem muitas jovens, muitas jovens mesmo, o movimento tem muitas jovens, então nós precisamos que elas se auto-organizem dentro do movimento, que crie seus próprios espaços de criação, de arte, de formação, porque não? Eu acho que só vem contribuir com a luta feminista do movimento de mulheres camponesas. (Entrevista Dirigente 2 – 29/08/15).

Também é notório que existe um entendimento por parte da dirigente de que a forma de militar de uma geração para a outra sofre modificações. Além disso, considera que

antigamente não havia essa distinção em relação às jovens assim como por tempos não foi considerado importante espaços específicos para as mulheres dentro das organizações mistas o que, em partes, poderia levar a questionamentos sobre o fato de o MMC ser o único dos movimentos a não constituir um setor específico de jovens, visto que cada vez mais as jovens tem se inserido dentro do movimento, fazendo emergir diferenças na forma de pensar e atuar em relação às demais gerações de dirigentes.

Na visão de uma das jovens dirigentes, o fato de não existir um setor específico parece não ser mal interpretado, pois há um entendimento da importância de atuação conjunta entre todas as mulheres militantes, diante das diferenças geracionais em termos de conhecimento sobre a própria história do MMC/SC. O seguinte trecho da entrevista com J.D.3 demonstra isso:

> As jovens estão atuando junto com as outras dirigentes, nós não temos um coletivo de jovens, por exemplo assim, até porque o movimento é esse processo, há quem já está a mais tempo, há quem está chegando, há quem está desde o início do movimento, há quem tá chegando agora, que tem dois, três anos de caminhada, então assim esse processo que a gente discute que é importante, que a gente vá atuando junto com quem tá há mais tempo, porque não tem como ser um movimento só de lideranças jovens, porque se perde muita caminhada, historia, e também pra fazer esse processo de geração, então a ideia é que sempre a jovem esteja atuando junto com as lideranças que tão atuando a mais tempo também, então a gente não tem um coletivo específico, mas a gente tem os momentos de formação específico para as jovens, que a gente entende assim, por exemplo, que algumas questões relacionadas a vida das jovens precisa ser discutidas com as jovens e elas também precisam construir esses momentos, então assim a gente fez várias formação pra jovens. (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15).

É possível compreender na perspectiva da jovem dirigente entrevistada que mesmo que no MMC não exista um setor, os encontros e formações construídos para discussões a partir da ótica das jovens são momentos importantes e que parecem dar conta das particularidades da "categoria". No entanto, entre as jovens também há um discurso recorrente em relação à existência de diferenças geracionais, a perceber na entrevista de J.D.4:

> Mas assim, acho que todas as lutas que o movimento faz é da juventude também, precisa ser da juventude, porque é, quem vai assumindo o movimento também, pra ele não envelhecer e não morrer (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15)
> claro que existe a diferença, mas eu acho que existe assim, consegue se dialogar, consegue se construir apesar dessa diferença de geração, também uma questão de respeito, de participação, de promoção inclusive da participação nossa como jovens, tanto é que tem muitas lideranças jovens dentro do movimento assim, lideranças a nível nacional, a nível estadual, aqui tem várias companheiras que são da coordenação, a nível nacional tem várias companheiras, nos diferentes estados que são coordenações nos estados e na direção nacional, a gente tem um grupo de jovens bastante grande assim, mais ou menos par e par, metade metade, mais ou menos a metade tem menos de 30 ou 30 e poucos anos e outras que tá acima de 40 assim,

> vamos dizer é paritário assim, chega a ser bem paritário essa participação de jovens dentro dos espaços de direção, coordenação do movimento. (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/15).

De qualquer forma, na visão da própria jovem dirigente há um entendimento de que a partir do diálogo e respeito é possível conviver com as diferenças geracionais no conjunto do MMC, o que se comprovaria diante da grande quantidade de jovens que atualmente estão em instâncias de direção dentro do movimento. Em partes, o que levaria a isso se deve a "lógica de atuação" do MMC onde todas as militantes assumem as lutas gerais – e centrais - do movimento, assim como todas devem assumir as questões específicas que surgem a partir das discussões das jovens. Além do mais, a atuação "conjunta" das dirigentes de diferentes gerações é considerada positiva, diante do fato das militantes mais antigas terem "mais acúmulo" em muitas questões e pelas jovens trazerem novas contribuições.

Na leitura de uma dirigente que acompanhou o surgimento do MMC na época do surgimento a maioria das mulheres militantes era casada e com uma "certa idade", tanto que uma das lutas centrais estava relacionada ao direito à aposentadoria. No entanto, na visão da dirigente sempre houve uma preocupação com a "problemática das jovens" dentro do movimento, o que só passou a ganhar forças e condições objetivas para ser melhor discutido a partir dos anos 2000. Isso porque a partir desse período ganha força dentro do movimento o debate sobre a troca de nome de *agricultoras* para *camponesas* e o debate referente ao projeto alternativo de agricultura camponesa, que pensa uma nova forma de conceber o rural e o conjunto da família.

Segundo Gaspareto (2009), a partir das mudanças que operam no movimento com o debate referente ao projeto de agricultura camponesa, as militantes passam a olhar para a problemática da agricultura enfatizando as demandas e necessidades das mulheres e das famílias camponesas. Diante disso, as demandas e necessidades das jovens passam a ser discutidas pelo movimento, pois há um entendimento do rural para além das atividades agrícolas/econômicas enquanto espaço social de construção de vivências, valores, autônoma e identidade que se diferencia do espaço urbano, mas com ele dialoga (p. 57).

No entanto, também é preciso destacar outro possível motivo pelo qual se dá maior centralidade a temática da juventude nesse período, que seria a necessidade de renovação do quadro dirigente do movimento, visto que as grandes lideranças do movimento até então se formaram na década de 1980 e 1990 e já possuem uma caminhada significativa. Diante desse aspecto, logicamente que surge uma preocupação em relação ao "futuro" do movimento. Além do mais, não se pode esquecer que nesse período ocorre o início da organização da

juventude dentro da Via Campesina (CASTRO et al., 2009) e que o MMC também passou a compor essa organização nesse período.

Os Encontros de Jovens do MMC/SC costumam ocorrer com a intermediação de assessoras (geralmente dirigentes do próprio MMC/SC) e englobar temáticas que fazem parte da matriz discursiva do movimento, mas geralmente com um recorte para a condição da juventude no campo. As temáticas de cada um dos encontros podem ser vistas na tabela 1:

Tabela 1 – Temáticas dos Encontros de Jovens do MMC/SC.

EVENTO	TEMA	ANO	ARTICULAÇÃO
1º Encontro de Jovens do MMA/SC	Gênero, Classe e Movimento Autônomo	2003	MMC- Estadual
2º Encontro das Jovens do MMC/SC	Gênero e a influência dos meios de comunicação	2004	MMC- Estadual
3º Encontro das Jovens do MMC/SC	A militância da juventude pelo socialismo	2005	MMC – Estadual
4º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC	Missão da Juventude na Construção do Projeto Popular – Gênero e Agroecologia	2006	MMC – Estadual
Encontros Regionais das Jovens	Gênero e Agroecologia: Contribuições das Jovens no Auto-sustento e Renda	2006/2007	MMC – Regionais
5º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC	Afetividade e Sexualidade	2008	Estadual
1º Encontro Nacional de Jovens Camponesas	MMC: Feminismo, Saúde e Sexualidade das Jovens Camponesas	2014	Nacional
6º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC	MMC e os sonhos das jovens camponesas	2016	Estadual

Fonte: Betto, 2016.

Além disso, na tabela fica evidente que no período de 2003 até 2008 ocorreram encontros específicos de jovens em todos os anos e com diferentes temáticas. Após um período sem a realização dos encontros nota-se que os esforços se voltaram à organização de um evento em nível nacional que ocorreu no ano de 2014 em Goiânia-GO e contou com a participação de cerca de 50 jovens provenientes de mais de 20 estados (SITE MMC, 2014)[35]. Depois desse período somente no ano de 2016 foi retomado o processo, atualmente com a contribuição de jovens que são dirigentes e que tiveram seus primeiros contatos nos encontros anteriores. Ademais, ao conversar com a jovem dirigente que hoje compõe a direção nacional

[35] http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/234

do movimento foi informado que o MMC pretende realizar um encontro nacional de jovens por ano.

Cabe salientar que esses encontros envolvem formações, debates, atividades culturais e o momento da *mística*, comuns nas atividades do MMC/SC. Nos relatórios dos encontros percebe-se que entre os objetivos de suas realizações também está proporcionar formação para jovens mulheres darem "continuidade" ao movimento e a luta da classe trabalhadora. Para tanto, os encontros se propõem a serem espaços onde ocorre o entrosamento das jovens de diferentes regionais, conhecimento sobre o que é o movimento com e como se insere na luta da classe trabalhadora, o que pode ser percebido no relato de J.D.5:

> A gente pegava muito a partir da experiência da juventude, que a juventude vê as coisas por um outro viés, diferente de quem já tá no movimento há mais tempo, que é mais velha e tal. Então você extrai da realidade da juventude uma forma de você explicar o que que é o socialismo, o que que é o capitalismo, como é que o capitalismo tá presente na vida das jovens e o que é o socialismo e o que a gente busca construir com isso. Então eu lembro que essa foi o primeiro espaço que me chamou muito a atenção, que é um novo jeito, que o movimento mostra uma outra forma de se viver e de você enxergar e fazer leitura da sociedade, a partir da juventude já, então... E trocar experiência e conviver com outras jovens também porque nesse encontro a gente tinha mais de 100 jovens. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Para tanto, o movimento busca aliar elementos da realidade dessas jovens para explicar os processos de organização da sociedade, de forma a facilitar a compreensão de tais processos devido à relação que a leitura faz com as experiências de vida das jovens no espaço rural. Além disso, com a realização dos encontros o movimento busca conhecer os anseios das jovens e de como, a partir de suas experiências de vida, elas significam ser *jovem camponesa*. Esse processo pode ser percebido na entrevista com J.D.5:

> Ter essa troca da experiência, porque, por exemplo, eu estava estudando na época, fazia ensino médio, estudava numa escola na cidade onde eu era uma das poucas pessoas do interior, gurias principalmente, então aqui você chega aqui num espaço com cento e poucas jovens, todas na tua faixa etária e que compartilham a mesma realidade que você. Que são do campo, que estuda na cidade, que vivem uma série de outras coisas e vivem nessa sociedade que te diz que o campo não é o lugar da juventude, que você tem que ir embora, sabe. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Ao mesmo tempo, são espaços que permitem às jovens olharem para os elementos de sua realidade a partir de outra ótica, em um sentido de ressignificação do espaço rural e da condição da juventude a partir da leitura que o movimento oferece. Além do mais, é visível que representa um momento em que emerge uma identificação mais coletiva, como pode ser visto no relato de J.D.3:

> A gente trabalhou toda essa questão dos valores da jovem camponesa, a gente trabalhou o projeto de agricultura que nós queremos também, o projeto que o movimento defende, mas que nós jovens também estamos inseridas. (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15).

É evidente que para as jovens reunir com outras pessoas que vivem uma condição e posição na sociedade semelhante permite compreender que seus anseios em relação ao espaço rural e a perspectiva de uma "vida melhor" não é particularidade de uma ou outra jovem, mas possui relação com as relações sociais estruturais a partir do poder dentro da família, bem como das desigualdades que operam no espaço rural. A partir dessa experiência de estar reunida com outras jovens e discutir sua condição através da leitura oferecida pelo movimento as experiências passadas ganham novas interpretações e significações. Essa mudança pode ser percebida nas entrevistadas realizadas com J.D.3 e J.D.5:

> Nós também discutíamos toda essa questão do êxodo rural da juventude, a gente discutiu o esvaziamento das jovens principalmente do campo, a gente discutiu também a questão das relações de gênero dentro desse projeto, a gente discutiu agroecologia [...] a gente trabalhou a questão dos valores, a sexualidade, identidade, e ai nós trabalhamos também o projeto de vida (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15).

> O movimento mostra essa outra forma de a gente ler isso e mostra que é possível também as jovens ficar no campo e que tem um movimento que pensa também sobre elas, está ali e faz ações concretas, enfim, e isso foi me chamando a atenção assim. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Frente a isso, é perceptível que a partir da experiência do coletivo, da busca de compreender elementos da realidade a partir da sua leitura na ótica do movimento as jovens começam a construir novas perspectivas em relação ao futuro e ao próprio espaço rural, visto que a experiência de discutir no coletivo envolve refletir sobre a forma como elas se identificam enquanto mulheres que cresceram no espaço rural, o que diz respeito à emergência de elementos simbólicos sobre o "ser camponesa" e à criação de vínculos entre as militantes a partir dessa experiência coletiva no movimento, pois também é uma nova experiência de sociabilidade.

Além disso, a metodologia dos encontros é bastante comum nas atividades de movimentos sociais, onde tem-se assessores que abrem as falas sobre determinadas temáticas para posteriormente ocorrerem discussões em grupo, além de um momento determinado para a realização da *mística*, elemento simbólico e afetivo importante na reafirmação de identidades que emerge a partir das novas experiências. Nos encontros em questão também

ocorrem discussões para elucidar a "missão da juventude" na construção das alternativas que influenciam a vida das mulheres, geralmente no sentido de relacionar as discussões sobre a realidade vivida pelas jovens com a matriz discursiva do movimento, sobretudo em relação ao debate de gênero e classe e o modelo de agricultura camponesa.

Com isso, ficou manifesto que uma leitura recorrente nesses encontros é de que conhecer a própria realidade e se reconhecer uma nas outras são passos essenciais para que as jovens despertem o interesse por construir uma nova sociedade junto ao movimento. Nesse sentido, os momentos pensados para as jovens exporem suas experiências, anseios e expectativas costumam ser avaliados como muito emocionantes e que desencadeiam debates sobre as experiências das jovens a partir das leituras das relações de gênero e classe no rural das militantes do MMC/SC.

Além das questões relacionadas à dinâmica desses encontros, cabe salientar que conforme relatos das jovens dirigentes, é comum nesses espaços ocorrerem convites do movimento às jovens que possuíam interesse em continuar os estudos. Ao participar do encontro em agosto de 2015, ficou evidente que no movimento o e*studo* é encarado enquanto uma tarefa contínua e permanente para as dirigentes e que compõe o processo de formação militante que ocorre através da organização, da luta e da formação. Isso porque, na leitura das militantes presentes no encontro, *estudar* possibilita a aproximação com conceitos que permitem manter a centralidade no que é capaz de transformar a realidade, ou seja, estudar é se apropriar e criar condições também teoricamente para orientar as ações militantes conforme a leitura que acreditam responder melhor as perspectivas que elas defendem. Nesse sentido, a indicação de jovens do movimento para estudar em cursos relacionados à proposta pedagógica das escolas da VC também é uma forma de criar meios de garantir que a própria militância atue intelectualmente em relação às leituras e elaborações do movimento e para qualificar a intervenção das dirigentes.

Segundo Vieira (2011), desde sua gênese os movimentos sociais do campo tem se defrontado com o debate sobre a formação política e a educação de seus militantes, o que inicialmente era realizado em parceria com o movimento sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular. No entanto, a partir dos anos 2000 se fortalecem os espaços de formação específicos dos movimentos, principalmente a partir da inserção dos movimentos na Via Campesina. A partir disso, com o intuito de criar espaços de formação que se diferenciem das escolas tradicionais que afastam os educandos do meio rural, foi desenvolvida a chamada *pedagogia da alternância* presente em todos os cursos em escolas da Via Campesina ou em parceria com universidades públicas.

Segundo Gaspareto (2009) o MMC assume, juntamente com a VC, a proposta de intensificar a formação através da viabilização de cursos de educação superior para as dirigentes e militantes dos movimentos que compõe a VC. Nesse sentido, dentro do MMC/SC foi a partir da unificação em 2004 que passaram a ser feitos convites às jovens para acesso à educação formal como forma de continuar seus estudos em escolas da Via Campesina (GASPARETO, 2009). Dentre esses cursos podem ser destacados os de ensino superior que ocorrem em parcerias entre universidades brasileiras e escolas da VC (ITERRA, FUNDEP, ENFF) e que, em relação às jovens dirigentes do MMC/SC, parece contemplar diretamente os seus anseios.

Na pesquisa realizada por Castro *et. al.* (2009, p. 103) os dados sobre escolaridade de participantes de eventos promovidos por sindicatos e movimentos sociais do campo surpreenderam, estando acima da média aferida para a população rural. Pelos dados levantados por Gaspareto (2009, p. 117), entre graduadas e graduandas, até o ano de 2009, havia 38 jovens indicadas MMC em cursos oferecidos pela Via Campesina (ou nas escolas da VC, ou através de novos cursos via convênios com universidades públicas).

Nessa pesquisa, todas as cinco jovens dirigentes entrevistadas acessaram[36] ensino superior por indicação do movimento, o que denota que participar do movimento foi porta de entrada para o ensino superior e para a continuação dos estudos. No entanto, diferentemente da maioria dos cursos em universidades públicas e particulares da rede de ensino brasileira, os cursos frequentados pelas jovens seguem outra proposta pedagógica, a perceber nas falas de J.D.2 e J.D.5:

> O curso foi em regime de alternância, sendo duas etapas por ano de Tempo Escola, em média de 60 a 70 dias e Tempo Comunidade, com desenvolvimento de atividades acadêmicas e de militância. [curso Pedagogia da Terra]. (Entrevista Jovem Dirigente 2 – 28/06/16).

> Era uma formação por área do conhecimento, onde você vê, se habilita pra dar aula, no caso, em artes, literatura e linha portuguesa, [...] E foi a primeira turma da UnB a fazer esse curso, então era uma experiência também e que, ela é muito interessante porque você sai dessa coisa das gavetas do ensino, tenta esse ensino por área [Curso Licenciatura em Educação do Campo]. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

A proposta pedagógica encontrada nesses cursos alia a formação em educação com a formação política de maneira a manter um diálogo com o contexto social de origem dos graduandos. Dessa forma, busca produzir o conhecimento necessário para formar o

[36] Lembrando que uma das cinco jovens não concluiu o curso *Pedagogia da Terra*, cursou apenas quatro semestres.

profissional em diálogo com a cultura e modo de vida presente no contexto do espaço rural. Ademais, outras questões diferem em relação a cursos com propostas pedagógicas convencionais, o que é visualizado na fala de J.D.3:

> Os movimentos sociais do campo em um fórum nacional, agora não me lembro que fórum que foi, não lembro se foi no terceiro ou no quarto que eles discutiram que quando começa ali alavancar o debate de agroecologia, se discute nesse fórum a criação da escola latina, uma escola de agroecologia para formação de militantes dirigentes né dos movimentos sociais do campo para atuarem também nessa proposta da agroecologia. (Entrevista Jovem Dirigente 3 – 29/08/15).

Os cursos oferecidos que as jovens dirigentes ingressam não tem por objetivo uma formação acadêmica com perspectivas de atender a demanda de mercado. Na realidade, a matriz curricular é construída com base em princípios que dialogam com as lutas dos movimentos, a exemplo do modelo de agricultura camponesa. Com isso, evidentemente o objetivo é capacitar dirigentes e militantes para atuar a partir da perspectiva e modelo defendidos pelo movimento para possíveis construções práticas. Além disso, chama a atenção outro aspecto da formação presente nessa perspectiva, percebido na entrevista com J.D.4:

> A gente chegou e teve muita formação política, muita formação com uma coordenação politica pedagógica do Brasil e de vários países, na época era uns 14 países, e éramos 200 estudantes, dessa turma né. [...] universidade era isso, era a partir do olhar dos movimentos sociais, a partir da visão da construção da educação dos movimentos sociais, então era uma educação diferente, a partir das bases de Paulo Freire, a partir das bases de Simon Rodriguez, que é um grande pedagogo e pensador venezuelano, a partir do Gramsci enfim, dessa pedagogia da construção coletiva, da construção do saber, não do consumo de ideias, e a partir de ter tanto a formação com vários, com 4 pilares a formação acadêmica na agroecologia, mas com o olhar político da agroecologia, não só o olhar academicista técnico, mas um olhar político da agroecologia, a formação política mesmo em si, então Marxista, Leninista, Rosa, Mao Tse Tung, vários processos de formação política, sempre paralelo a formação técnica, o trabalho no campo todos os dias, então como a gente, trabalhar a roça, trabalhar o campo e colocar em prática aquilo que a gente aprendia na sala de aula, essa questão da formação, do trabalho de campo, também da geração da nossa própria alimentação, que era nossa soberania alimentar e o trabalho com as comunidades a gente fazia a formação política, fazia estudo acadêmico, mas também fazia trabalho de campo né, e o trabalho com as comunidades. (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/15).

A partir da experiência das jovens fica evidente que, mais do que o acesso à educação formal e a possibilidade de continuação dos estudos, ingressar em um curso superior nessa perspectiva pedagógica trabalhada pelos movimentos da VC é um processo de socialização militante, através do qual ocorre um intenso processo de formação política e de práticas comuns à forma de organização dos movimentos. Em todos os casos representou um período de intensos aprendizados técnicos, políticos e de repensar o espaço rural enquanto um espaço

de possibilidades. Além disso, na experiência de J.D.4, em particular, outras questões emergem:

> Então, como a universidade era uma universidade da via campesina, que na verdade não existia [..] com muitas dificuldades estruturais, muitas dificuldades financeiras, não tinha nada, e a universidade não existia, então era essa parceria pra nós fazer esse curso de 4 anos na licenciatura, mas a gente nunca quis ser um curso só com parceria com a universidade [uma universidade venezuelana] [...] a gente decidiu ocupar uma área no campo, uma área que a gente já tinha que era uma área de 50 ha que a gente fazia trabalho de campo [...] o objetivo era construir a universidade campesina, ou seja, o IALA, que é o Instituto Agrocológico Latinoamericano Paulo Freire [...] Nós não tinha quem cozinhava, então nós mesmo cozinhávamos, nós que, nós éramos organizados em núcleos de base, que eram os núcleos de discussão dos estudantes que formavam a coordenação geral e discutiam junto com a CPP os rumos da universidade e aí a gente foi construindo as condições, mas foi muito bom, pois dai a gente teve um, tipo assim um retorno pra terra [...] Dai sim em 2008 só que o Chavez assinou o decreto de constituição do instituto e a gente teve várias batalhas, várias batalhas em relação ao próprio ministério de educação venezuelano que não compreendia nossa proposta [...] então a gente teve muitos processos de enfrentamento até o ultimo dia da graduação (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/16).

Além da perspectiva pedagógica e estrutura curricular dos cursos oferecidos já contarem com um amplo processo de formação política, no caso específico de J.D.4 aparecem elementos que se aproximam também de outras práticas políticas de movimentos como o MST, pois os próprios estudantes foram os responsáveis pela garantia de que o instituto onde cursariam o ensino superior saísse do papel através do processo de ocupação. Nessa ocupação se organizaram de forma semelhante ao que ocorre nos acampamentos do MST, divididos em brigadas para garantia do bom funcionamento do acampamento.

Fica evidente que além da formação técnica, tem-se um processo intenso de formação política, de aproximação com os repertórios de ação dos movimentos da VC e de sociabilidade através do "viver coletivamente" com militantes de diferentes movimentos e de realidades diversas, mas que de alguma forma se encontram por razões semelhantes. Diante disso, encontram na própria oportunidade de estudar uma forma de reafirmar princípios e valores coerentes com a luta dos movimentos, através da aproximação com práticas políticas militantes, formações e elementos que remetem aos repertórios de ação e ao projeto de agricultura e sociedade defendido pelos movimentos da VC.

Diante de todos os elementos suscitados, a oportunidade de estudar via movimento também representa fortalecer a ideia de construção de uma luta coletiva e para o coletivo, é um momento em que "se aprende o viver no coletivo, conviver junto com outras pessoas e trabalhar em conjunto" (Entrevista J.D.2 – 28/06/16). Frente a isso, pode-se dizer que o próprio acesso à educação formal na proposta dos movimentos da VC se configura enquanto

um espaço de socialização política e aproximação com práticas e perspectivas defendidas pelo conjunto do MMC/SC. Além disso, em todos os casos enquanto cursavam o ensino superior as jovens continuavam contribuindo com o movimento, assumindo tarefas e participando de encontros e demais espaços e mobilizações e, na maioria dos casos, próximo ou após concluir o curso já assumem a posição de *dirigentes* do MMC/SC.

Outro aspecto que chama atenção diz respeito à diferença geracional entre dirigentes percebido na fala de J.D.1. A jovem dirigente demonstra que muitas dirigentes contam com um recurso fixo por mês proveniente da aposentadoria. Nesse sentido, pode-se falar em uma diferença significativa em relação a ser dirigente em um movimento social quando se é aposentada e ser uma jovem dirigente quando se está em um processo de busca por autonomia em relação à família e principalmente financeiramente. Conforme exposto no capítulo anterior, o acesso ao estudo como forma de construir uma vida melhor estava presente nas perspectivas das jovens, diante de um espaço rural onde ocupam posições subalternas.

Com isso, notoriamente que a oportunidade de acessar a educação formal através do movimento pode representar uma estratégia de conciliação entre as expectativas das jovens e a necessidade de formar novas dirigentes do movimento. Assim, as jovens acessam o ensino superior que permite se construir profissionalmente a partir das novas convicções que emergem da experiência de militância, garantindo que, mesmo que dedicam suas vidas ao movimento, possuam uma identidade profissional, ou seja, também consigam ampliar as perspectivas de vida e projetos individuais. Diante disso, é possível afirmar que a própria militância é uma "nova opção" na vida dessas jovens, o que não ocorria na geração passada que mesmo sendo militante, tinha nas lutas centrais do movimento a busca do reconhecimento da identidade profissional de agricultora. Já as jovens podem aliar a militância com a continuidade dos estudos na perspectiva de contribuir para a militância, mas também de construção de outra identidade profissional. Isso também demonstra que o próprio espaço rural tem outro sentido dentro do projeto de agricultura camponesa do MMC.

3.3 ENCAMINHANDO A DISCUSSÃO: O PROCESSO DE ENGAJAMENTO MILITANTE E A IDENTIDADE COLETIVA DAS CAMPONESAS MILITANTES DO MMC/SC

A partir das referências teóricas de Melucci (2001) e Silva e Ruskowski (2010; 2012; 2016) voltou-se o olhar ao processo de engajamento militante pelo entendimento que o fato de serem jovens camponesas oriundas do meio rural é um elemento importante para

compreender a aproximação com o MMC/SC, no entanto, não suficiente para explicar a passagem à ação enquanto militante. Pelo contrário, o desafio de compreender o processo de engajamento militante se deu a partir disso. Diante de tais fatos, voltou-se a atenção para a trajetória anterior à militância das jovens para buscar nessas experiências elementos que permitissem entender as demais condições previamente construídas para que o engajamento no MMC/SC fosse possível.

Com isso se percebeu que a socialização das jovens em famílias com envolvimento político, bem como em um ambiente comunitário com novos significados a partir da ação de instituições como igreja, clube de mães, sindicatos e movimentos, permitiram o contato inicial com o movimento de mulheres, operando a emergência de novos significados e olhares sobre suas realidades vividas e perspectivas de vida no decorrer de suas trajetórias. Esses elementos compõem *condições previamente construídas* (SILVA e RUSKOWSKI, 2016), as quais aumentam as possibilidades do engajamento, se configurando enquanto parte desse processo.

De qualquer forma, é evidente que nem todas as jovens oriundas do meio rural que possuem familiares ou conhecidos com envolvimento político se engajaram no MMC/SC. Isso porque ter um pré-condição ao engajamento não permite afirmar que consequentemente irão dedicar suas vidas à militância. Por isso, foi preciso compreender os processos pelos quais as jovens camponesas aumentam seu contato com a matriz discursiva e as práticas políticas do MMC/SC e passam à participação continuada na esfera da militância.

Nesse sentido, apreende-se a perspectiva de Silva e Ruskowski (2016) de que as condições e mecanismos que emergem da interação do indivíduo com a organização em questão se tratam de *contingências situacionais*, parte importante no processo de engajamento. Além disso, apreende-se da noção de *carreira militante* a divisão em dimensão objetiva, enquanto série de mudanças objetivas de posição, e dimensão subjetiva construída a partir da inserção no movimento.

Diante da análise da trajetória política do MMC/SC realizada nos dois primeiros capítulos é possível afirmar que com as mudanças que operaram no movimento ao longo de sua existência, em determinado período os espaços mais tradicionais de socialização e formação dirigente perdem espaço devido ao entendimento das militantes de que o próprio MMC/SC precisa construir seus espaços formativos, aumentando a centralidade do movimento no processo de socialização política de suas militantes.

Apesar de todas as jovens se engajarem no MMC/SC a partir de um momento em que conforma uma nova configuração a partir da discussão sobre o projeto de agricultura camponesa, é preciso apontar também algumas diferenças internas nessa geração de

dirigentes. As duas jovens que se engajaram em momento anterior à unificação dão maior centralidade em suas falas às atividades realizadas na base do movimento, às manifestações públicas e para os cursos de dirigentes, enquanto momentos importantes em suas socializações políticas para posteriormente assumirem determinadas tarefas e posições. Já as demais jovens, socializadas a partir da consolidação do MMC do Brasil, dão maior centralidade aos encontros específicos de jovens e ao acesso à educação formal, o que demonstra que essas transformações refletem na forma como se constrói a militância do movimento. Além do mais, demonstram importantes mudanças que ocorrem a partir da unificação e da aproximação com o conjunto da VC, como é o caso do processo de reconhecimento da juventude enquanto importante *ator político*.

Diante das trajetórias das militantes, entende-se as mobilizações públicas, os cursos de dirigentes, os encontros para jovens e o acesso à educação formal em cursos com uma proposta pedagógica diferenciada enquanto experiências vividas pelas jovens que configuram um processo de *comunicação interativa*, através do qual as jovens são socializadas com as práticas políticas do MMC/SC e sua matriz discursiva, além de se aproximarem e criarem laços com o conjunto das militantes. A entender a partir da perspectiva da jovem dirigente J.D.1:

> Eu me construí muito mais junto com as minhas companheiras do que junto com a minha família, do que junto com colegas de aula, do que junto com amigos, então as minhas verdadeiras amigas que me ajudaram a me construir enquanto mulheres são o movimento de mulheres camponesas, então por isso que essa relação ela é de reciprocidade. (Entrevista Jovem Dirigente 1 – 29/08/15).

A esfera da militância passa a ganhar importância e ser parte constitutiva de suas vidas. Além do mais, é nessa esfera que passam a construir também as releituras que fazem sobre experiências e sobre o conjunto da sociedade. Na lógica apreendida em Thompson "ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência modificada*; e que essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões (THOMPSON, 1981, p. 16). É necessário considerar as proposições do autor que enfatiza que a elaboração da própria consciência das experiências ocorre dentro das coordenadas da cultura e das condições sócio-históricas e de uma forma bastante complexa e que pode agir sobre a situação dada.

Nesse sentido, para Ruskowski (2012, p. 52), o sucesso do engajamento na ação coletiva depende da capacidade de líderes e organizadores em conseguir efetuar uma conexão entre algum (ns) elemento (s) da cultura da população mobilizada e dotá-lo (s) de valor,

articulando-o (s) com os objetivos do movimento num dado contexto. A fala de J.D.4 demonstra essa conexão:

> a sociedade, a escola, a igreja, a família nos coloca como uma pessoa sem direitos, uma pessoa sem voz, que tem que tá, tem que andar de cabeça baixa, sem papel, sim cumpre um papel importante, mas que não é valorizado, não é visível, não é visto e o movimento faz esse trabalho de que eu vejo que aquilo que eu faço lá na roça, que o trabalho doméstico, o trabalho da produção de alimentos, que isso tem valor, que justamente o que interessa que isso não seja visto que isso é uma ajuda, que isso é qualquer coisa mas não é trabalho, que não gera renda, então esse trabalho do movimento da gente se sentir sujeito, de se libertar inclusive dessas formas de opressão, de ver que tá sendo oprimido, porque a maioria das mulheres nem se veem oprimidas, nem se veem dominadas, dai perceber que você esta sendo proibida e esta sendo dominada e desnaturalizar tudo isso. (Entrevista Jovem Dirigente 4 – 29/08/15).

Com a socialização que ocorre a partir dessas experiências passam a operar mudanças que dizem respeito ao contato com outra forma de compreender a sua própria experiência, renovando suas representações e valores. Além disso, emerge uma nova forma de ser a partir do momento que elas consideram que deixam de ser "cegas", ou seja, elas passam a desnaturalizar e aplicar explicações para questões que antes eram dadas como naturais.

No capítulo inicial se evidenciou o caráter da luta das mulheres camponesas na atualidade, a qual se dá a partir de três principais eixos: a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa. A leitura feita nesse capítulo permitiu compreender que as práticas políticas do MMC/SC as quais as jovens tiveram acesso configuram momentos que permitiram que as jovens fizessem releituras de suas próprias experiências a partir da interação com a matriz discursiva e as militantes do MMC/SC. É diante disso que se torna comum no ideário das jovens que mudar a realidade com a qual não concordam exige a transformação da sociedade a partir da negação do sistema capitalista, do patriarcado, do agronegócio, ou seja, que transformar a sociedade é transformar o que não é condizente com o projeto que visam construir.

O processo desencadeado a partir da inserção das jovens que buscavam construir uma vida melhor, com autonomia e através dos estudos, passa a contar com um novo elemento, que é a consciência do seu papel na luta por uma emancipação plena das mulheres. Dessa forma, a participação continuada – engajamento – pressupõe assumir uma identidade que emerge de uma consciência política de caráter reivindicatória e conflitiva, ou seja, baseada na existência de um "nós" em contraposição ao "outro", no sentido antagonista, a partir do momento em que elas vivenciam experiências de contato com o MMC/SC.

É importante chamar a atenção para o que ocorre a partir da participação nesses diferentes espaços (curso de dirigentes, encontros de formação), pois são momentos em que as jovens passam a acessar e adquirir mais informações do que a base do movimento, questão importante para entender a posição de dirigente que assumem. É nesse processo de *interação comunicativa* que a compreensão da condição de vida passa a se alinhar a uma compreensão de sociedade baseada no discurso de antagonismo de classes que existe nas leituras do movimento.

Além disso, observou-se uma série de mudanças objetivas que dizem respeito às mudanças de posições das jovens dentro do movimento. Essas mudanças ocorrem a partir do momento em que as jovens passam a assumir uma série de responsabilidades e compromissos com o movimento. Ao cumprir determinadas tarefas, as jovens passam a assumir para si a responsabilidade: elas são o MMC/SC. Com isso, conformam uma trajetória ascendente que ajuda a compreender o processo de engajamento, na medida em que com as experiências acumuladas de responsabilidades com o coletivo passam a se sentir parte desse coletivo, sentir que representam o movimento e que sua continuidade e conquistas dependem de seu desprendimento e dedicação, ao ponto de assumirem para si a tarefa de dirigentes do MMC/SC. Assim, compor as instâncias da organização, aliado à inserção nas práticas políticas das lutas e formação, conforma os eixos nos quais ocorre o processo de engajamento militante. O que essa inserção representa pode ser melhor entendido a partir da afirmativa de de Gaiger, a saber:

> O camponês que ingressa na luta sente que inicia uma nova etapa de sua vida, a partir da qual tudo se torna suscetível de questionamento. O engajamento militante faz com que ele contemple o mundo de outro modo, que reconsidere os objetivos e as condutas, que repense o futuro. [...] O que conta é a solidariedade, a fidelidade e a firmeza na luta; o coletivo torna-se um valor, uma nova "grande família"; a autonomia individual é vinculada à conquista da liberdade para toda a classe dos trabalhadores rurais etc. (GAIGER, 1995, p. 120).

O contato e inserção nas instâncias, práticas políticas e repertórios de ação do MMC/SC permite as jovens o entendimento de que existe outra forma de se ver, enquanto jovem mulher oriunda do meio rural, outra forma de fazer a agricultura, outra forma de conceber o rural onde elas podem viver ou produzir de maneira diferente: “o movimento mostra outra forma de se viver e de você enxergar e fazer” a partir da realidade vivida. Mas, principalmente, essa interação faz emergir a consciência de que elas podem (e precisam) protagonizar essa mudança. O processo de engajamento militante das jovens no MMC/SC permitiu a emergência de uma identidade coletiva construída no entendimento comum de que

a única saída para os problemas enfrentados pela *classe* é participar, é se doar ao coletivo, tornar-se sujeito e protagonista do próprio processo de transformação.

Além disso, é preciso fazer um diálogo com as considerações realizadas no final do capítulo inicial. A identidade coletiva *camponesa* no ideário das jovens demonstra o entendimento do espaço do movimento específico de mulheres enquanto "ideal" para atuarem politicamente. Essa percepção pode ser vista na fala de J.D.1:

> Eu ia pra dentro da universidade, eu ajudava e tal quando tinha os debates das questões de estudantes, mas nunca, eu nunca tive a paixão pelo movimento estudantil como eu tenho pelo movimento de mulheres, então, não me despertava essa vontade [...] eu quero acabar minha militância, minha vida dentro do movimento de mulheres, isso eu sempre tive clareza. (Entrevista Jovem Dirigente 1 – 29/08/15).

A experiência vivida pelas jovens na militância específica de mulheres leva à emergência da identidade coletiva *camponesa* que representa uma consciência social particular, pois envolve a descoberta de elementos comuns devido à condição de mulher em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e uma percepção de classe enquanto algo não homogêneo, afinal para elas é necessário elucidar que a classe trabalhadora tem dois sexos e que as mulheres também são parte da luta pelas transformações que dizem respeito à essa classe. Diante disso, é no espaço de militância do MMC que as jovens também se reconhecem enquanto sujeitos na sociedade, pois "participar do MMC significa se reconhecer enquanto gente, enquanto mulher, enquanto ser que sabe e que pensa" (Entrevista Jovem Dirigente 2 – 28/06/16).

Os reflexos da atuação política dos jovens identificados por Castro *et. al.* (2009) se reafirmam nesse estudo: "permite releituras da própria identidade camponesa associadas à disputa por um futuro melhor e reforça a imagem positiva do campo em diálogo com a cidade. Mas não qualquer campo, e sim um campo transformado (p. 188). Diante desses aspectos, enfatiza-se que a identidade coletiva que emerge a partir do engajamento militante permite que as jovens sejam uma *camponesa* da cidade, uma *camponesa* advogada, uma *camponesa* militante, uma *camponesa* doutora ou ainda uma *camponesa* que sobrevive da terra. Essa identidade não restringe o seu ser àquela figura da jovem mulher desvalorizada diante da estrutura familiar hierarquizada e "vítima" das escolhas familiares, mas permite que essas jovens sigam sendo *camponesas* nas suas mais distintas variações e que construam a representação do espaço rural de forma diferente.

Além do mais, se ao longo de suas trajetórias anteriores à militância as jovens não construíram a perspectiva de reproduzir a condição de agricultoras, a possibilidade de estudar nos cursos da Via Campesina parece representar uma conciliação entre perspectivas e projetos individuais com a esfera da militância. Em um caso em particular, a militância de demais membros da família e o diálogo permitiram a construção de uma alternativa produtiva mais horizontal e que permitiu reproduzir uma condição de *camponesa* que sobrevive da terra, mas de forma ressignificada.

Por fim, diante do todo apresentado no capítulo pode-se falar em uma série de retribuições acessadas a partir da militância e em diferentes esferas, seja uma retribuição simbólica devido ao reconhecimento de si enquanto sujeito ou pelo respeito, admiração e reconhecimento devido à posição ocupada, como também retribuições relacionadas às novas possibilidades e perspectivas individuais geradas a partir do acesso cultural e escolar através da militância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MMC/SC surge em um período de mudanças intensas no Brasil e na região em questão, de emergência de novos *atores políticos* com formas específicas de "fazer política". Nesse período, identificou-se a uma proximidade com instituições e sindicatos, a busca pelo reconhecimento da identidade profissional de *trabalhadora rural/agricultura*, esforços para a formação de lideranças e a busca por autonomia do movimento. Além disso, foi possível compreender, ao olhar para a trajetória política do movimento, os caminhos da transição de MMA/SC para MMC/SC, sobretudo no que diz respeito às transformações políticas e econômicas da década de 1990, a expansão das relações políticas do movimento, aos esforços para construção de um modelo de agricultura alternativo e da identidade de *camponesa*.

Entende-se que as transformações sociais que ocorreram ao longo dos mais de 30 anos de MMC/SC levaram a participação das mulheres em lutas nas esferas local e também global, o que permitiu uma ampliação no processo de socialização política das mulheres, sendo uma das questões que levou a um maior afastamento da estrutura sindical para aproximar-se de outros movimentos sociais. Notoriamente, isso gerou influência direta nas suas formulações, leituras e definições estratégicas do MMC/SC, principalmente porque os movimentos articulados na VC tem um caráter conflitivo.

O reconhecimento enquanto movimento de caráter feminista é algo bastantes recente, assim como o *feminismo* das militantes e a definição do *feminismo popular camponês* do MMC ainda estão em plena construção. Mesmo diante dessa afirmativa é evidente, diante das leituras e práticas políticas das suas militantes ao longo da história do MMC, que se trata de um *feminismo* de bases marxista, dadas as leituras políticas baseadas na imbricação entre questões de gênero e de classe.

Além disso, é possível afirmar que o caráter da luta das mulheres camponesas na atualidade, a qual se dá a partir de três principais eixos: a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa. A identidade coletiva de *camponesas* é resultado das experiências vividas, socializações e concepções políticas, bem como alianças que as lideranças do MMC/SC construíram ao longo de suas trajetórias. Se hoje elas se reconhecem entre si sobre a identidade *camponesas* devido ao seu fazer-se, é preciso reconhecer a importância da incorporação nas leituras políticas da indissociabilidade entre as questões de classe e as de gênero para a construção dessa

identidade coletiva: a partir da militância no movimento específico elas não se sentem mais contempladas por leituras que não compreendam essa relação.

Em um segundo momento da pesquisa, voltou-se o olhar às trajetórias sociais das *jovens camponesas*. Elas nasceram, cresceram e viveram boa parte de suas vidas no espaço rural, onde bivenciaram experiências a partir das modificações ocasionadas pelo processo de modernização que ocorreu nesse meio. Suas experiências também são marcadas pela posição social que ocupam dentro do grupo familiar: além de mulheres também são as *filhas*.

No entanto, apesar de muitas experiências se manterem em diferentes gerações de mulheres, muitas se modificaram e sobre isso se destaca dois principais pontos no caso estudado: as mudanças geracionais (nas relações familiares e nas perspectivas individuais) e as trajetórias ascendentes. Nesse sentido, foi unânime entre todas as jovens e por parte de suas famílias que o estudo se apresenta como uma possibilidade real de construção de uma condição de vida melhor.

A socialização dessas jovens dirigentes em famílias com envolvimento político, bem como em um ambiente comunitário com novos significados, permitiram o contato inicial com o movimento de mulheres, operando a emergência de novos significados e olhares sobre suas realidades vividas e perspectivas de vida no decorrer de suas trajetórias. Sobre o engajamento militante das jovens, percebeu-se que na atualidade ganham centralidade no processo de socialização política das militantes os próprios espaços formativos do MMC/SC, aumentando a centralidade do movimento nesse processo. Percebeu-se que as transformações percebidas na trajetória política do MMC/SC refletem na forma como se constrói a militância do movimento. Em meio a essas transformações é que ocorre um processo de reconhecimento da juventude rural enquanto importante *ator político*.

Percebeu-se que, ao cumprirem determinadas tarefas, as jovens passam a assumir para si a responsabilidade: elas são o MMC/SC e com isso conformam uma trajetória ascendente. Compor as instâncias da organização, aliado à inserção nas práticas políticas das lutas e formação, conforma os eixos nos quais ocorre o processo de engajamento militante. Nesse processo ganham destaque as mobilizações públicas, cursos de dirigentes e a *mística*. Mais recentemente, ganham maior centralidade os encontros específicos de jovens e o acesso à educação formal através do movimento. Cabe salientar que o acesso à educação formal pelas escolas da VC pode também representar uma preocupação com a elevação da formação acadêmica da militância e com a formação intelectual de quadros políticos.

A participação continuada – engajamento – das jovens pressupõe assumir uma identidade que emerge de uma consciência política de caráter reivindicatória e conflitiva, ou

seja, baseada na existência de um "nós" em contraposição ao "outro", no sentido antagonista. Além disso, a militância permitiu para as jovens o acesso a uma série de retribuições, sejam simbólicas devido ao reconhecimento de si enquanto sujeito ou pelo respeito, admiração e reconhecimento devido à posição ocupada, como também retribuições relacionadas às novas possibilidades e perspectivas individuais geradas a partir do acesso cultural e escolar.

A aproximação com o MMC/SC e suas dirigentes ao longo da pesquisa permite inferir ao final desse estudo que, na luta em conjunto com outras organizações, talvez as mulheres organizadas no MMC/SC atualmente se diferenciem do conjunto das organizações do campo devido a maior centralidade a um projeto de agricultura que considera o espaço rural enquanto um espaço de vida e de diversidade, para além das questões produtivas. O MMC/SC é um movimento específico de mulheres, que inicialmente teve sua existência questionada, mas que prova sua significância diante de uma trajetória de mais de três décadas. As militantes do MMC/SC constroem seus próprios espaços de formação política, propõem, analisam, questionam. Foram da busca por direitos sociais e reconhecimento profissional à elaboração de um projeto de agricultura camponesa, demonstrando uma capacidade de se repensar ao longo do tempo e de perdurar.

Cabe ressaltar que nessa pesquisa ocorreu uma aproximação com o processo de engajamento militante, a fim de se delimitar elementos presentes nas trajetórias individuais das jovens, devido à percepção de que o engajamento não pode ser entendido através de uma naturalização de seu processo, tampouco olhando para a ação coletiva como um todo unitário e coeso. No entanto, aponta-se a necessidade de pesquisas que deem maior atenção e centralidade para tais aportes teóricos, para ser possível compreender a totalidade dos elementos que influenciam o processo de engajamento, para além dos apontados nesse estudo. Frente à diversidade de elementos envoltos no processo de engajamento são necessárias pesquisas com aportes teóricos que aproximem a sociologia e a psicologia, para entender não apenas como os indivíduos se comportam em relação aos grupos e a ação coletiva, mas também como os grupos comportam-se no interior dos indivíduos, permitindo uma explicação mais completa do engajamento individual e de suas subjetividades.

Ademais, entende-se o processo de pesquisa e elaboração de uma dissertação como de caráter limitado, o que impossibilita que no mestrado seja possível aprofundar certas reflexões que vão surgindo ao longo do próprio processo de pesquisa. Diante disso, pretende-se apontar algumas questões fundamentais para a continuidade de reflexões acerca dos temas englobados na presente pesquisa: (1) Sobre a relação entre movimento específico de mulheres e o *feminismo*: além das experiências de vida e militância, com base em que teorias feministas e

relações com movimentos feministas as militantes elaboram e consideram o que chamam de *feminismo popular camponês*? A partir das mudanças recentes no movimento como ficam questões que remetem aos conflitos entre interesses das mulheres e a organização familiar, ao acesso à terra e renda pelas mulheres e pelas jovens? (2) Sobre a questão da juventude: como as jovens constroem as suas próprias pautas e leituras dentro do movimento, diante de suas especificidades de vida, e quais os conflitos geracionais que isso ocasiona? Quais as principais diferenças no engajamento e participação da juventude nas distintas organizações do campo? O que as organizações do campo, que possuem suas pautas/bandeiras centrais, oferecem para a categoria *juventude* que a contemple enquanto juventude?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, V.V.P; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

ANJOS, G. dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, n.31, p. 509- 534, jul.-dez. /2008.

BONI, V. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas.** 2012. 253p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 289-302, jan.-abr./2004.

BORDALO, C.A. **Os caminhos da política:** o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

BOURDIEU, P. et al. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: génese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina:** a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Ed. BestBolso, 2014.

BRENNER, A. K. Tornar-se militante: experiências de 3 jovens engajados em partidos políticos. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba/ PR, 2011.

BRENNER, A.K. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso em universitários.**2011. 307p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

BRITO, L.L. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **R. Espaço Acadêmico**, n.111, p. 81-89, ago. /2010.

BRUMER, A.; PAULILO, M.I.S. As agricultoras do Sul do Brasil. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p.171-174, jan.-abr./2004.

BRUMER. A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 205-227, jan.-abr./2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, n. 7, p. 50-81, jan.-jun./2002.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 4 eds. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPPELIN, P. **Atrás das Práticas:** o perfil das sindicalistas. In: XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1994, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG, 1994.

CAPPELIN, P. **Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no nordeste 1976-1986.** UFPB, 1987.

CARNEIRO, M.J. **Espaço adquirido/espaço permitido no contexto da Reforma Agrária**. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA, Campinas, 1987.

CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **R. Estudos feministas**, v. 9, p. 22- 55, 2001.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 11-22, 1994.

CARNEIRO, M. J. Esposa de Agricultor na França. Revista Estudos feministas, Ano 4, p. 338-254. 1996.

CASAGRANDE, J.L. **Movimentos sociais do campo:** mulheres agricultoras de Santa Catarina. 1991.87p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1991.

CASTRO, E. G. de. et. al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X/ EDUR, 2009.

CASTRO, E. G. de; CARNEIRO, M. J. **Juventude Rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2013.

CAZELLA, A.A.; BÚRIGO, F.L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersetorialidade. **R. Extensão Rural**, v. 15, p.5- 30, jan.-jun./ 2008.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Ed. Cortez., 2014.

CORADINI, L.O. Escolarização, militantismo e posições políticas. In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG, 2002. p. 73-74.

DABOIT, P.C. **Do sócio-religioso ao sócio-político:** a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense. 1996. 104p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1996.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Mato, D. (Org.). **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización.** Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004. p. 95-111.

DEERE, C.D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **R. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.

DEERE, C. D.; ROYCE, F. S. **Rural Social Movements in Latin America**: Organizing for Sustainable Livelihoods. Gainesville: University Press of Florida, 2009.

DELGADO, N. G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** IPEA, Brasília, 2005.

DELGADO, N.G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional.** Rio de Janeiro: IICA, MDA, CPDA/UFRRJ. 2009.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ed. Expressão Popular. São Paulo. 2013.

FAGUNDES, J.; MARTINI, A.C. Políticas educacionais: da escola multisseriada à escola nucleada. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 6, n.1, p. 99-118, 2003.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **R. Française de Science Politique,** n.1, v.51, 2001.

FOSCHIERA, A.A. Para além dos partidos políticos: a consulta popular. **R. Pegada**, v. 16, n. 1, p. 213- 224, jul. /2015.

GAIGER, L.I. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil:** quadro de interpretação sociológica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

GAIGER, L.I. As condições socioculturais do engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, p. 70- 92, out. /1999.

GAIGER, L.I. Entre as razões de crer e a crença na razão Mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. **R. Brasileira de Ciências Sociais**, n. 27, fev. /1995

GASPARETO, S.A.K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):** trabalho, família e projetos de vida. 2009. 178p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2009.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Ed. Vozes. Petrópolis. 1995.

MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro. Fase, 1989.

MEDEIROS, L. S. "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.p. 103- 128.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: rede de jovens e participação política. **R. Brasileira de Educação**. n. 5 e 6, p. 134- 150, maio/dez. /1997.

NAUJORKS, C.J.; SILVA, M, K. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**, v. 16, n. 1, p. 136-152, jan.-mar. /2016.

OLIVEIRA, W.J.F.de. Os usos da educação no militantismo ambientalista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 77-92, maio-ago. /2009.

PAULILO, M.I.S. Intelectuais e militantes e as possibilidades de diálogo **R. Estudos Feministas**, v.16, n.3, p. 927-940, set.- dez. /2010.

PAULILO, M.I.S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr./2004.

PAULILO, M.I.S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, n. 21, p. 1-17, jun./2000.

PAULILO, M.I.; SILVA, C.B. da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **R. Estudos Feministas**, v. 15, n.2, p. 399- 417, maio-ago. /2007.

PAULILO, M.I. Movimentos das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. Nead, 2009.

PICOLOTTO, E.L. **As Mãos que Alimentam a Nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

POLI, O.L. **Leituras em movimentos sociais**. 2 ed. Chapecó: Ed. Argos, 2008.

POLI, O.L. **Aprendendo a andar com as próprias pernas:** o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. 1995.370p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

REIS, E.T. dos. **Constestação, engajamento e militantismo: da "luta contra a ditadura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul.** 2007. 330p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

RENK, A. **Narrativas da Diferença.** Chapecó: Ed. Argos, 2004.

RENK, A. et. al. Mudanças Socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

RODRIGUES, D.O.; OLIVEIRA, W.J.F. Mulheres, Escolarização e Participação Política. In: IX CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL. FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES, 2008, Posadas. **Anais...** Posadas: Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008.

RUSKOWSKI, B.O. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude.**2012. 153p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

RUSKOWSKI, B. 0. **Levante juventude, juventude é pra lutar: a relação entre esferas de vida e identidade na constituição do engajamento juvenil.** 2009. 76p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

RUSKOWSKI, B.O.; SILVA, M.K. O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condições e mecanismos de engajamento. In: XXIX CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 2013, Santiago. **Anais...** Santiago: Acta Científica, 2013.p. 1-11.

SALLUM JR., B. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX. **R. Brasileira de Ciências Sociais.** v.18, n. 52, p.35- 54, jun./2003.

SALVARO, G.I.J.; LAGO, M.C.S.; WOLFF, C.S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **R. Estudos Feministas**, v.22, n.1, p.51-70, jan.-abr./2014.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, v.13, n. 28, p. 200-255, set.-dez. /2011.

SCHWENDLER, S. F. As Mulheres da Via Campesina: processos educativos e organizativos no Brasil e no Chile. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015.

SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? **Educação e realidade.** v. 15, n. 2, p. 71- 89, jul.- dez. /1990.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, v. 20, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2009.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, n. 52. Rio de Janeiro, 1985.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Santa Catarina em Números**: Macrorregião Serra Catarinense/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Brasília: NEAD/ MDA, 2001.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **R. NERA**, n. 7, p. 1-21, jul.- dez. /2005.

SILVA, M.K.; RUSKOWSKI, B.O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **No prelo** (2016).

SILVA, M.K.; RUSKOWSKI, B.O. Levante juventude, juventude é prá lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **R. Brasileira de Ciência Política**, n.3, p. 23- 48, jan.-jul. /2010..

SILVA, V.C.A. **Análise das relações entre quadro interpretativos e repertórios de ação em duas organizações feministas.** 2013. 201p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L. Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro. **Série Sociológica**, n. 153. Brasília, 1998.

STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**, Ed da UFSC. Florianópolis. 2006.

TABORDA, N. Mulheres camponesas e o dia 8 de março na luta de classes. **R. Grifos**, n 34/35, 2013.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e *ethos* camponês.? Passo Fundo: EDIUFP, 1999

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser,** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOMIZAKI, K. Sucessão geracional no sindicato: reconfigurando a militância política o caso dos metalúrgicos do ABC. **Cadernos CERU**, v.24, n.2, p. 65-88, dez. / 2015.

VANDENBERGHE, F. A Sociologia na escala individual: Margaret Archer e Bernard Lahire. **Cadernos do Sociofilo**, p. 70- 112, 2013.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 42- 61, out. /2003.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.p. 31- 44.

WELLER, W. Karl Mannheim: Um Pioneiro da sociologia da juventude. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007, Recife. **Anais...** Recife/PE, 2007. p. 1- 15.

VIEIRA, F. B. A formação política como elemento estratégico de Articulação Internacional da Via Campesina Brasil. In: COLÓQUIO NACIONAL MARX E MARXISMO 2011: TEORIA E PRÁTICA, 2011, Niterói. **Anais...** Niterói/ RJ, 2011, p. 1- 11.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n.87, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **R. Brasileira de Estudos da População**, jan/jun.1990.p.35- 53.

APÊNDICE A – TABELA DE ENTREVISTADAS REALIZADAS

Entrevistada	Posição ocupada	Data	Local
Jovem Dirigente 1 (J.D.1)	-	29/08/2015	Chapecó – SC
Jovem Dirigente 3 (J.D.3)	Dirigente Estadual	29/08/2015	Chapecó – SC
Jovem Dirigente 5 (J.D.5)	Dirigente Estadual	29/08/2015	Chapecó – SC
Jovem Dirigente 4 (J.D.4)	Dirigente Nacional	29/08/2015	Chapecó – SC
Dirigente 2	Dirigente Nacional	29/08/2015	Chapecó – SC
Dirigente 1	Dirigente Estadual	08/04/2016	Santa Cruz do Sul - RS
Jovem Dirigente 2 (J.D.2)	Dirigente Nacional	28/06/2016	Via Skype

APÊNCICE B - TABELA DE ASSEMBLEIAS ESTADUAIS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/SC

	LOCAL	ANO	TEMA/LEMA
1ª Assembleia Estadual do MMA/SC	-	-	LEMA: Mulheres Unidas jamais serão vencidas
1º Encontro Inter-Estadual de Mulheres Agricultoras	Chapecó-SC	1986	Clarear os objetivos e bandeiras de luta do MMA
2ª Assembleia Estadual do MMA/SC	-	1987	LEMA: Trabalhadoras organizadas lutando por seus direitos
3ª Assembleia Estadual do MMA/SC	-	1988	LEMA: Semeando justiça, brotando libertação
4ª Assembleia Estadual do MMA/SC	-	1990	LEMA: Mulheres organizadas jamais serão pisadas
5ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Caçador - SC	1992	LEMA: Por um futuro de igualdade, justiça e democracia construindo cidadania
6ª Assembleia Estadual do MMA/SC	LAGES - SC	1996	LEMA: organizar... libertar... construir... na luta sempre mulher
7ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Chapecó - SC	1999	LEMA: Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída
8ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Concórdia - SC	2001/2002	TEMA: O MMA/SC e o modelo de agricultura que queremos LEMA: Filhas da terra na construção de um projeto novo"
9ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Itapiranga - SC	2004	MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil
10ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Quilombo - SC	2007	Produzir alimentos saudáveis. Construir o projeto de agricultura camponesa.
11ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Xaxim - SC	2010	TEMA: Identidade camponesa e feminista LEMA: Mulher camponesa produzindo alimentos saudáveis, construindo libertação
12ª Assembleia Estadual do MMA/SC	Dionísio Cerqueira - SC	2014	TEMA: Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista LEMA: Construindo emancipação, agroecologia, autonomia, vida

APÊNDICE C – TABELA DE EVENTOS DE JUVENTUDE EM SANTA CATARINA

EVENTO	TEMA	ANO	ARTICULAÇÃO
1º Encontro de Jovens do MMA/SC	Gênero, Classe e Movimento Autônomo	2003	MMC- Estadual
2º Encontro das Jovens do MMC/SC	Gênero e a influência dos meios de comunicação e organização do setor das jovens do MMA/SC	2004	MMC- Estadual
3º Encontro das Jovens do MMC/SC	A militância da juventude pelo socialismo	2005	MMC - Estadual
4º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC	Missão da Juventude na Construção do Projeto Popular – Gênero e Agroecologia	2006	MMC - Estadual
Encontros Regionais das Jovens	Gênero e Agroecologia: Contribuições das Jovens no auto-sustento e renda	2006/2007	MMC - Regionais
Encontro Estadual das Jovens de Santa Catarina	-	2006	Estadual
1º Encontro da Juventude da Consulta Popular de Santa Catarina	-	2006	Consulta Popular – Estadual
Encontro Estadual da Juventude	Por um Projeto Popular para o Brasil	2006	
Curso de Formação para Jovens da Via Campesina	-	2007/2008	Via Campesina - Estadual
5º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC	Afetividade e Sexualidade	2008	Estadual
1º Encontro Nacional de Jovens Camponesas	MMC: Feminismo, Saúde e Sexualidade das Jovens Camponesas	2014	Nacional
6º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC	MMC e os sonhos das jovens camponesas	2016	Estadual

APÊNDICE D – FOTOS DE CARTILHAS UTILIZADAS COMO FONTE DE DADOS PRIMÁRIOS

APÊNDICE E – FOTOS DO ENCONTRO ACOMPANHADO NO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MMC/SC "MARIA ROSA" EM AGOSTO DE 2015 EM CHAPECÓ-SC E DA VISITA REALIZADA EM ABRIL DE 2016

APÊNDICE F – MÚSICA QUE COMPÕE O TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

CRIATURA DIVINA – GRUPO ECO-SUL

A vida de todo este povo nós queremos libertar
Somos contra a exclusão toda mulher quer participar
Pois na luta das mulheres há projeto de libertação
Somos filhos da justiça e construiremos a nossa nação
Chega de ficar de fora já chegou a hora de participar
Venha pra luta de novo vem ser a força que vai transformar
Somos parte de um sistema
Com garra e coragem nós vamos mudar
Defender nossos valores
Nosso direito e nós vamos lutar
Basta pra essa exclusão
Temos coração sabemos amar
Nós gestamos a criança, que é a esperança de um mundo mudar
Com a bandeira da CUT, essa é a nossa conduta, esse é o nosso pensar
Nosso Deus que é criador, que é pai e que é mãe quer nos libertar

ANEXO A – DOCUMENTOS ACESSADOS/UTILIZADOS COMO DADOS PRIMÁRIOS

MMAa – Relatórios do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

Relatório da 4ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. 1990.
Relatório da 5ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. 1992.
Relatório da 6ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. 1996.
Relatório da 1ª Assembleia Interestadual de Mulheres Agricultoras. 1986.
Relatório de preparação da 7ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. 1998.
Relatório da 7ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. 1999.
Relatório da 8ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. 2002.

AIMTR-Sul – Cartilhas do Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul

Cartilha "Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos". 1994.

MMCa – Relatórios do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina

Relatório de Avaliação das Assembleias Municipais e Preparação das Assembleias Regionais. 2004a.
Relatório da 9ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2004b.
Relatório 10ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2007a.
Carta da 10ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2007b.
Relatório da 11ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina.2010a.
Carta da 11ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2010b.
Relatório da 12ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2014a.
Carta da 12ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2014b.

MMCb – Cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina/Brasil

Cartilha "Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina: hoje consolidando e fazendo parte do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil. 2004.
Cartilha "Jovem Camponesa: gênero, produção de auto-sustento e renda". 2006.
Cartilha "Sementes da vida nas mães das mulheres camponesas. Sem data.

Cartilha “Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história e conquistas, reafirmando a luta camponesa e feminista. 2013.
Cartilha “As camponesas e os camponeses da Via Campesina dizem: basta de violência contra as mulheres”. 2012.
Cartilha “Mulheres Camponesas: caminhando rumo à superação da violência”. 2008.
Cartilha “Conhecer, Prevenir, Lutar e Cuidar: a saúde da mulher. 2006.
Cartilha “Como Organizar o Grupo de Base do MMC”. Sem data.
Cartilha “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos”. 2004
Cartilha “Mulheres Camponesas construindo autonomia”. 2011.
Cartilha “Gênero, sexualidade e direitos das mulheres”. 2008.
Cartilha “Mulheres Camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência”. 2015.
Cartilha “Mulheres Camponesas produzindo alimentos saudáveis”. 2015.
Cartilha “Avançando a partir de uma perspectiva feminista para a construção da soberania alimentar no Brasil”. 2015.

MMCc – Relatórios sobre Juventude do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina

Relatório da Preparação para o 1º Encontro das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2003a.
Relatório do 1º Encontro das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2003b.
Relatório do 2º Encontro das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2004.
Relatório do 3º Encontro das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2005.
Relatório do 4º Encontro das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2006a.
Relatório do Encontro Estadual das Jovens de Santa Catarina. 2006b.
Relatório do Encontro Estadual da Juventude. 2006c.
Relatório do 1º Encontro da Juventude da Consulta Popular de Santa Catarina. 2006d.
Relatórios dos Encontros Regionais das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2007.
Relatório da Reunião do Coletivo de Juventude da Via Campesina. 2007.
Relatório do 5º Encontro das Jovens do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2008.

MMCd – Informativo/Revista do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina

Revista Camponesa do MMC/SC. Novembro/2015.
Informativo do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. 2014.
Informativo do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Março e Abril de 2016.

MST – Jornal Sem Terra do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra

Acesso a todas as edições do Jornal Sem Terra. Disponível na Hemeroteca "Luta pela Terra" (online)

ANMTR – Cartilha da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Cartilha do 1º Encontro Nacional da ANMTR. 1995.
Cartilha "Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos". 1997.
Cartilha "Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves". 2001.
Cartilha "Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais". 2000.
Cartilha "Gênero, Classe e Projeto Popular: compreendendo mais para lutar melhor". 2001.